



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 120

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 16 de janeiro de 2020

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Jorge Jorge (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Bruno Belo)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

A sessão iniciou-se com a apresentação de um [Voto de Congratulação ao Presidente da República e à população do Corvo](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Iasalde Nunes (*PS*), usando posteriormente da palavra os Srs. Deputados Luís Maurício (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), José San-Bento (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

O voto apresentado foi aprovado por maioria.

Ao abrigo do artigo 74.º foram apresentadas três declarações políticas.

A primeira [declaração política](#) coube ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*), usando da palavra sobre a mesma os Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*), Francisco César (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*) e ainda o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Usou da palavra para proferir um protesto o Sr. Deputado Francisco César (*PS*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*).

A segunda [declaração política](#) foi apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Sobre a mesma usaram da palavra os Srs. Deputados Iasalde Nunes (*PS*), Paulo Mendes (*BE*), Bruno Belo (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), João Paulo Corvelo (*PCP*) e a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*).

A última [declaração política](#) foi apresentada pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*).

Usaram de seguida da palavra os Srs. Deputados Luís Rendeiro (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*) e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*).

Posteriormente passou-se para a Agenda da Reunião com a **apresentação do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XI – “Cria o Comité de Bioética da Região Autónoma dos Açores”](#)**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação da iniciativa coube ao Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia (*PS*), usando de seguida da palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*).

Em seguida, iniciou-se o debate do **[Projeto de Resolução n.º 151/XI – “Que o Governo Regional, através das entidades por ele tuteladas, assumam todas as responsabilidades logísticas e financeiras relacionadas com a construção, reparação e manutenção dos reservatórios agrícolas na ilha do Corvo”](#)**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Usaram da palavra para o efeito os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), António Almeida (*PSD*), Iasalde Nunes (*PS*), João Paulo Corvelo (*PCP*), António Lima (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*).

Submetido à votação do diploma foi rejeitado por maioria.

Seguiu-se a [Petição n.º 40/XI – “Para que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores \(ALRAA\) delibere no sentido de dar instruções ao Governo Regional dos Açores para nomear, com caráter de urgência, uma Comissão de Gestão da SATA \(CGS\)”](#), apresentada por André Miguel Conceição da Silveira na qualidade de primeiro subscritor.

Após a leitura do relatório da Comissão de Economia pelo seu relator, Deputado Carlos Silva (*PS*), proferiram intervenções os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Paulo Corvelo (*PCP*), António Vasco Viveiros (*PSD*) e André Rodrigues (*PS*).

Posteriormente foi debatido e votado o [Projeto de Resolução n.º 140/XI – “Programas «Estagiar»”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

No debate participaram a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), os Srs. Deputados Tiago Branco (*PS*), Paulo Mendes (*BE*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), João Paulo Corvelo (*PCP*) Francisco César (*PS*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*).

Submetida à votação a proposta de substituição integral do diploma, a mesma foi aprovada por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Francisco César (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Alonso Miguel (*CDS-PP*) e a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*).

Seguiu-se a [eleição do Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Consultivo do Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência \(Me-CDPD\)](#), tendo sido eleita a Sra. Maria de Jesus de Sousa Medeiros Pacheco.

Em seguida foi aprovado por unanimidade [o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 180/XI – “Terreno para a construção do novo Estabelecimento Prisional de São Miguel”](#), apresentado

pelo Grupo Parlamentar do BE, após a justificação apresentada pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*).

No debate do [Projeto de Resolução n.º 180/XI – “Terreno para a construção do novo Estabelecimento Prisional de São Miguel”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, usaram da palavra os Srs. Deputados António Lima (*BE*), António Vasco Viveiros (*PSD*), João Paulo Corvelo (*PCP*), José San-Bento (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Submetido à votação do diploma foi rejeitado por maioria.

Por fim foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de janeiro.**

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 52 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 09 minutos.

Vamos iniciar a nossa reunião com a chamada. Para tal tem a palavra o Secretário.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dionísio Medeiros **Faria e Maia**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório **Ávila**

João Paulo Lopes Araújo **Ávila**

João Vasco Pereira da **Costa**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Maria de **Fátima** Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Eduarda Silva Moniz **Pimenta**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Manuel José da Silva **Ramos**

Mário José Diniz **Tomé**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Marta Ávila **Matos**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Elisa Lima de **Sousa**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Artur Manuel Leal **Lima**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Paulo José Maio de Sousa **Mendes**

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Deputada Independente

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Conforme decidido em Conferência de Líderes, a manhã de hoje está reservada ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos. Vamos iniciar com os votos.

Deu entrada na Mesa um Voto de Congratulação, apresentado pelo Partido Socialista, ao Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa e à população do Corvo.

Para apresentação do voto tem a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

**Ao Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, e
à População do Corvo**

O Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, esteve na Ilha do Corvo no passado dia 31 de dezembro para 1 de janeiro, de onde foi transmitido, no primeiro dia do ano, a habitual mensagem de Ano Novo.

O Chefe de Estado viajou de Lisboa para a ilha Terceira, onde foi recebido pelo Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro, e seguiu para a

ilha do Corvo, onde o Presidente da Câmara Municipal do Corvo, José Silva, acompanhado de diversas individualidades da ilha, o aguardavam.

Na ilha do Corvo, o Presidente da República começou por visitar o Caldeirão e passear a pé. Já na Vila, conviveu com os utentes do Lar da Santa Casa da Misericórdia, fez compras no comércio local, visitou a Casa do Tempo, contactou com os Corvinos e, no edifício da Câmara Municipal, assinou o Livro de Honra do Município.

À noite, no Ginásio da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira, esteve presente num jantar de confraternização com os Corvinos onde se celebrou a entrada no ano 2020.

Com esta presença, o Presidente da República quis deixar claro que tem "sempre no seu pensamento e coração todos os portugueses, estejam longe ou estejam perto".

Esta visita serviu também para demonstrar ao resto do País o verdadeiro significado de insularidade, o que é vencer as dificuldades impostas pela distância e pelos infortúnios da natureza, mostrando ser um Presidente que interpreta fielmente um sentimento de Açorianidade.

Na sua deslocação ao arquipélago dos Açores, o Presidente da República, teve ainda oportunidade de degustar alguns dos produtos da Região e até de adquirir alguns deles, num sinal claro de demonstração da sua excelência e qualidade.

A escolha da Ilha do Corvo para a passagem de ano de Marcelo Rebelo de Sousa e a conseqüente transmissão da sua tradicional mensagem de ano novo, é motivo de orgulho para todos os Açorianos.

É também motivo de orgulho para todos os açorianos, a forma cuidada, afetuosa e calorosa como os Corvinos receberam o chefe de estado e a sua comitiva.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de janeiro, que seja aprovado

um Voto de Congratulação pela escolha da Ilha do Corvo para a passagem de ano e consequente transmissão da Mensagem de Ano Novo de Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, bem como aos habitantes do Corvo pela forma como o receberam.

Mais se propõe que do mesmo seja dado conhecimento a Sua Excelência o Presidente da República, ao Presidente da Câmara Municipal do Corvo e à Presidente da Assembleia Municipal do Corvo.

Horta, Sala das Sessões, 16 de janeiro de 2020.

Os Deputados, Iasalde Nunes, Francisco César, José San-Bento, Maria Isabel Quinto e José Ávila

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome da bancada do PSD queria associar-me a este Voto de Congratulação pela passagem, mais uma vez, de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, pelos Açores.

O Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa é naturalmente um amigo de todos os portugueses, mas é um amigo também dos açorianos.

Já o demonstrou, em diferentes ocasiões, a proximidade e afetividade que tem para com os Açores, a preocupação que tem tido em acompanhar aquilo que se passa na nossa Região, a afetividade que tem demonstrado e o apoio perante algumas das nossas maiores adversidades.

E trouxe mais uma vez aos Açores a oportunidade de projetar a nossa Região a nível nacional, de identificar aqui, como ele muitas das vezes descreve, a

existência de outros “portugais”, de lugares longínquos, que muitos portugueses não conhecem e que por via dele reconhecem.

Por tudo isto, subscrevemos o Voto de Congratulação apresentado pelo Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Voto de Congratulação tem um objetivo e o objetivo é, da parte do Partido Socialista, tentar desgastar a imagem da Representação Parlamentar do PPM,...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

...opondo à figura mais popular do país...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... portanto, eu deveria encolher-me aqui nesta bancada e esconder-me.

Pois não é essa a minha forma de estar na política. Digo já que vou votar contra este Voto de Congratulação, porque a coerência é essencial em tudo.

Eu considero, desde já, que esta Assembleia não fica bem na fotografia e na sua dignidade quando, para uma deslocação presencial, a Presidente do Parlamento não foi convidada e a Assembleia Legislativa, enquanto tal, não foi convidada para estar ao lado do Presidente da República.

É convidada a autarquia, é convidado o Governo e a Assembleia Legislativa é completamente menosprezada.

Qual é a resposta que damos a este menosprezo por parte do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa (poderia ser outro, mas neste caso ao Presidente Marcelo Rebelo Sousa)? É dar-lhe um Voto de Congratulação.

Ah, não nos convidam, não nos ligam nenhuma, nós somos completamente ignorados e desvalorizados no papel que temos no sistema político açoriano e qual é a nossa resposta?

Sr. Presidente, tem aqui um Voto de Congratulação!

Eu acho que na situação e no contexto em que isto acontece é uma vergonha para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, este gesto.

O povo tem razão: quem não se sente não é filho de boa gente!

Deputado João Paulo Ávila (PS): E o senhor é o único!

O Orador: E devo dizer também que o que eu espero das visitas presidenciais, e tenho que terminar porque tenho uma declaração política para fazer a seguir, não posso alongar-me muito neste voto, mas dizer apenas que na minha perspetiva as deslocações dos Presidentes da República... Outros têm-nos visitado (termino já, Sr. Presidente), como por exemplo a visita do Dr. Mário Soares, foi uma visita que foi realizada ao Corvo, com grande sucesso, essa sim, com a participação de toda a população, mas também o Sr. Presidente Mário Soares teve na altura a preocupação de convidar os membros desta Assembleia e esta Assembleia para se fazer representar.

Mas devo dizer que estas visitas têm um papel pró-ativo na resolução dos problemas e o Dr. Marcelo Rebelo de Sousa não o fez, no caso do abastecimento da Ilha do Corvo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sr. Presidente. Felicidades na condução dos trabalhos.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Egocentrismos à parte, o que interessa salientar neste voto acima de tudo é que ele é um Voto de Saudação não é só pela pessoa Marcelo Rebelo de Sousa, é pela instituição Presidência da República.

E nós, autonomistas, presamos muito as instituições da República. Foi no quadro de uma República Democrática e parlamentar que se criou e aprovou uma Constituição que consagra a autonomia democrática.

E por isso, sempre que um Chefe de Estado visita os Açores, para o Partido Socialista é um motivo de celebração, mesmo quando esse Presidente da República pode ter uma mensagem que não é positiva para os interesses do Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E assim aconteceu em 2009, com um discurso que eu tive o testemunho de assistir na Universidade dos Açores, em que o Presidente da altura, em 2009, fez um discurso infame em relação àquela instituição e ao futuro daquela instituição.

E o Partido Socialista não deixou de participar nessa visita e de fazer tudo o que tinha a fazer porque era o Chefe de Estado, o Presidente da República, que visitava os Açores.

Por isso, para nós, é sempre positivo quando o Chefe de Estado, quando a instituição Presidência da República, numa visita aos Açores, valoriza a dimensão atlântica do nosso território no quadro do nosso Estado, quando prestigia e divulga as particularidades da nossa cultura e da nossa idiossincrasia, e quando obviamente valoriza politicamente a realidade e a Autonomia dos Açores. Isso é sempre um motivo de orgulho para o Partido Socialista e um motivo de orgulho para os verdadeiros autonomistas, não pelo Governo Regional ser do Partido Socialista, mas por ser um fator de elevação e de prestígio dos Açores. Isso é que interessa.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que o Sr. Deputado José San-Bento pôs a tónica exactamente onde ela devia ter sido posta.

Deputado José San-Bento (PS): Como normalmente faço!

O Orador: O que aqui se passa é o seguinte:

Quando a instituição Presidência da República vem à Região Autónoma dos Açores, e bem (a instituição Presidência da República é sempre, e deve ser sempre, bem recebida nos Açores), o que não se compreende é que a instituição Presidência da República não tenha convidado a instituição Parlamento, primeiro órgão da Autonomia dos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Não faz sentido!

O Orador: Se é uma visita institucional não é compreensível que todos os órgãos de governo próprio não tenham sido convidados a participar nas cerimónias.

Deputado José San-Bento (PS): Ia institucionalizar a passagem do ano, não faz sentido!

O Orador: Ao que parece, se é uma visita institucional, a nosso ver, devia ter sido tratada de forma institucional.

Até mesmo a forma como as pessoas foram convidadas: por edital, imagine-se!...

Que eu saiba, por edital, convoca-se para a tropa, faz-se uma séria de coisas, agora não um convite para participar num jantar.

Deixou o Sr. Presidente isso nas mãos de quem entendeu deixar e obviamente não correu bem para a população do Corvo.

Naturalmente que nos associamos a este Voto de Congratulação.

O Sr. Presidente da República é sempre bem-vindo aos Açores. Cá estamos para o acolher sempre com respeito e tratamento institucional, agora o tratamento institucional tem duas direções, é biunívoco, não pode ser só num sentido.

Julgo que essa é a principal razão que aconteceu durante esta visita.

Infelizmente não foram prezados os órgãos de governo próprio.

Não deixa de ser curioso, dizia ali o Sr. Deputado José San-Bento, aproveitamento político.

Sr. Deputado, eu julgo que a carapuça lhe passou as orelhas. A nível de aproveitamento político, Sr. Deputado, não sei que mais o senhor quer.

Quando os senhores fazem um Voto de Congratulação destes é exatamente o populismo levado ao extremo, pela vossa parte e pelo senhor.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, leia o voto!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Não havendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este voto façam o favor de se manter com estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do Partido Socialista, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Não existindo mais votos, vamos passar às declarações políticas. Para tal tem a palavra a Representação Parlamentar do PCP, Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Todos sabemos que é necessário proporcionar o desenvolvimento económico e social integrado dos Açores face à existência de ilhas onde a redução efetiva das desvantagens estruturais existentes está acrescidamente dependente do esforço de realização de investimento público nessas ilhas, através da melhoria dos serviços públicos nelas prestados (saúde, educação, segurança social) bem como com políticas que gerem e promovam a fixação de população jovem e qualificada; de outra forma não seria possível valorizar as potencialidades económicas, favorecer o crescimento sustentado das economias locais e caminhar no sentido da coesão económica, social e territorial.

A tendência para o êxodo de algumas das nossas ilhas, somada ao envelhecimento populacional generalizado da Região, torna-se muito preocupante, sobretudo para quem lá ainda vive e trabalha. Não contradigo quem afirma que nos Açores o envelhecimento populacional deve ser analisado ilha a ilha, mas ele existe e a perda de população também.

A ilha das Flores sofreu na última década um muito preocupante envelhecimento populacional e também algum agravado despovoamento, devido sobretudo ao facto de os jovens florentinos não terem emprego ou habitação para se conseguirem fixar.

Atualmente na ilha das Flores este fenómeno tem solução através da atribuição de incentivos e criação de mais habitações, possivelmente nos diversos terrenos pertencentes ao Governo. Os jovens florentinos precisam de saber que podem sempre ficar na sua ilha, com habitação e emprego que lhes proporcione qualidade de vida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

As ilhas das Flores e da Graciosa são os dois mais gravosos exemplos de parcelas da nossa Região que sofrem dos fenómenos demográficos atrás referidos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: As Flores e a Graciosa são dois casos em que é notória essa dissonância com o desenvolvimento económico e social harmonioso tão desejado pela Autonomia fundada no 25 de Abril.

Algumas questões têm sido reivindicadas regularmente pela população e diversas entidades da sociedade civil das Flores, nomeadamente através do seu Conselho de Ilha, de modo a tentar inverter a grave perda populacional e a gerar fixação de população.

Aqui aproveitamos para lembrar algumas dessas questões.

A instalação da Estação Geodésica na Ilha das Flores deverá levar à fixação de população qualificada. Tal projeto já consta em Planos Regionais nos últimos anos, mas ainda nada foi realizado de forma efetiva. Torna-se assim muito importante que seja urgentemente realizada a instalação da Estação Astronómica e Geodésica na ilha das Flores para a criação de postos de trabalhos altamente qualificados e o possível regresso de jovens florentinos à sua ilha para a ocupação dessas vagas.

Hoje em dia a qualidade das telecomunicações são um fator da maior importância e sinal de qualidade de vida. Nas Flores muitas são as freguesias e localidades que não têm acesso às redes digitais, sendo necessário e urgente a disponibilização de melhor cobertura das redes móveis e extensão da fibra ótica a mais população.

O direito à mobilidade dos residentes, nomeadamente para a deslocação de doentes, tem sido posto em causa com o crescente número de lugares ocupados

nos voos inter-ilhas com os reencaminhamentos gratuitos de passageiros chegados aos Açores através das companhias *low-cost*. Esperamos que na grelha de voos da SATA para este Verão IATA de 2020 sejam prevenidos estes constrangimentos, assim permitindo a mobilidade dos açorianos residentes nas ilhas menos populosas.

A promoção de um destino turístico de natureza só será verdadeira se conservarmos as nossas paisagens e preservarmos os ecossistemas e as suas espécies e habitats,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... ainda mais quando lidamos com uma Reserva da Biosfera da UNESCO. Tal só será efetivado com a garantia da sua preservação, para esta existir são necessários investimentos que por vezes não passam de anúncios.

Os caminhos florestais e a rede de caminhos agrícolas são de grande importância para a redução dos tempos de deslocação dos agricultores entre as suas parcelas e melhoria das condições de trabalho dos homens da lavoura. Muito ainda há por fazer na Ilha das Flores nesta área, assumindo especial importância e necessidade a pavimentação do caminho que faz a ligação Ribeira Grande – Morro Alto – Burrinha – Ponta Delgada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Aqui referimos alguns assuntos que julgamos que poderiam alavancar a dinâmica económica da Ilha das Flores e incrementar a qualidade de vida das suas populações; para a RPPCP as ilhas menos populosas não devem ser lembradas somente quando existem calamidades. A ilha das Flores merece um investimento constante, com estas propostas do PCP entendemos que se poderia caminhar rumo a alguma convergência do desígnio autonómico de desenvolvimento económico e social harmonioso das nove ilhas da nossa Região.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Assistimos claramente a uma assimetria progressiva entre as nossas ilhas, acentuando-se a tendência para o despovoamento, envelhecimento e conseqüentemente o empobrecimento das ilhas mais pequenas.

A perda de coesão territorial, social e económica deve convocar-nos a todos, para a procura urgente de soluções que contrariem uma trajetória insustentável.

Este é o desígnio da autonomia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É urgente desconstruir a perceção de periferia e insularidade que desvirtua o potencial das nossas ilhas, sobretudo aquelas mais pequenas.

É urgente afirmar pela positiva as ilhas mais pequenas, de economia mais frágil, impondo-se políticas públicas orientadas para este fim.

Ao longo do tempo acentuou-se a convicção profunda de que a primeira razão para tal assimetria económica e social resultará do facto de terem sido sucessivamente implementadas políticas iguais de forma transversal a todas as ilhas, ou seja, tratando de forma igual aquilo que é diferente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É imperioso a obrigatoriedade da Região manter os serviços públicos com a mesma qualidade e proximidade aos cidadãos açorianos em todas as ilhas e em todos os concelhos.

A constatação evidente de que é urgente reduzir os custos de contexto associados à insularidade, temos de ir mais longe e não tão só onde a atual situação da Região nos permite, na certeza porém de que, à medida que a economia o permita, as reduções destes custos de contexto terão certamente que se aprofundar a bem da coesão regional e da justiça social.

Se dúvidas houvessem, o parecer do Conselho Económico e Social referente ao Plano para 2020 refere, e cito:

“Temos propostas no domínio da população e do estudo da população e da necessidade que temos de implementar uma estratégia de médio e longo prazo, que é uma questão estrutural, que não se resolve num dia e que tem a ver com o despovoamento de algumas ilhas e com a necessidade de uma abordagem integrada de vários pareceres sociais. Não basta só o Governo, nem só os privados, mas outras instituições têm de cooperar, porque isto é um desígnio regional dos Açores – a questão da dinâmica da população”.

Esta foi a apreciação do Conselho Económico e Social.

O PSD, aqui, nesta Casa, propôs, no debate do Plano para 2020, a criação de Planos Integrados de Desenvolvimento para cada uma das ilhas,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... com o objetivo de combater os riscos de desertificação e do envelhecimento da população.

Estamos perante problemas que, apesar de atingir toda a Região, assumem maior gravidade nas ilhas mais pequenas.

O PSD propôs também nesta Casa, que fossem implementadas medidas excecionais para a fixação de professores na Ilha das Flores. Estas medidas

estão tipificadas no Estatuto da Carreira Docente. O Partido Socialista chumbou.

O PSD ainda tem nesta Casa, para ser discutido, um conjunto de medidas de apoio à economia da Ilha das Flores na sequência daquilo que foram os graves constrangimentos provocados pelo furacão “Lorenzo”.

Mais!... Não é aceitável que nas ilhas sem hospital se mantenham as dificuldades de acesso ao Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é aceitável que um utente das Flores não tenha efetivamente a livre escolha do hospital onde quer ser tratado.

Um utente da Ilha das Flores não pode continuar a pagar do seu bolso o diferencial da passagem aérea entre o Hospital da Horta e, por exemplo, o Hospital do Divino Espírito Santo em Ponta Delgada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Acresce ainda, a necessidade de existir um sistema de transporte aéreo que seja capaz de servir o Arquipélago.

O modelo político há mais de 20 anos em vigor falhou...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quarenta anos!

O Orador: ... e não foi por falta de dinheiro ou de Autonomia, foi mesmo o modelo que nunca considerou cada ilha como uma realidade própria que complementa uma realidade regional.

Finalizando, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PSD, mesmo estando certo, tem a profunda convicção de que muitas vezes será visto como errado por aqueles cuja posição não lhes permite ter uma visão global e abrangente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições para participação neste debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este tema é talvez dos assuntos mais interessantes e importantes enquanto conceito de discutir num Parlamento Regional, porque trata-se da discussão da génese daquilo que significa a palavra Açores.

Os Açores, durante muito tempo, foram tratados enquanto ilhas adjacentes, cuja responsabilidade do Estado era de garantir o mínimo de desenvolvimento num conjunto de condições mínimas para o desenvolvimento da sua ilha.

Com o advento da Autonomia foi dada aos açorianos a possibilidade de poderem gerir aquilo que é seu de acordo com aquilo que são as necessidades, mas sobretudo de poderem tratar o arquipélago enquanto uma única Região...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e não enquanto um conjunto de ilhas separadas, cada uma com as suas possibilidades de desenvolvimento.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Essa é a génese da Autonomia e é por isso que o Partido Socialista se tem batido, no sentido de nós termos um desenvolvimento harmonioso...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se se têm batido por isso, não têm tido muito sucesso!

O Orador: ... entre todas as nossas ilhas e contrariando aquilo que hoje os Srs. Deputados querem fazer, uma espécie de revisionismo histórico.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Eu bem me lembro, enquanto o Sr. Deputado Bruno Belo e o Sr. Presidente de Câmara Bolieiro estavam na Juventude Social Democrata...

Deputado António Marinho (PSD): E nessa altura o que é que o senhor fazia?

O Orador: ... como é que era o desenvolvimento...

Deputado José San-Bento (PS): Bem lembrado!

O Orador: ... e o modelo de desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores. Era um modelo de desenvolvimento baseado em três polos, um modelo de desenvolvimento baseado no conjunto de umas ilhas que lideravam e outras ilhas que definham no sentido exatamente de suportarem outras ilhas.

Nós temos muito orgulho do património do Partido Socialista nos últimos anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Basta olhar para o crescimento económico das ilhas!

O Orador: Enquanto o Sr. Deputado Bruno Belo estava na Juventude Social Democrata, nestes tempos, com o Sr. Presidente de Câmara Bolieiro, basta lembrar o que aconteceu, por exemplo, na Ilha das Flores...

Deputado Bruno Belo (PSD): Se calhar o senhor já estava na Juventude Socialista!

O Orador: ... quando os franceses abandonaram a Base, na Ilha das Flores.

O que é que fez o Partido Social Democrata e os Governos de então quando a Região recebeu cerca de 2,5 milhões de euros. Aproveitou para investir na coesão territorial? Passou de 2 milhões de contos (ainda é muito mais do que isso). Aproveitou para investir na coesão territorial? Aproveitou para investir no emprego na Ilha das Flores?

Deputado Bruno Belo (PSD): O resultado está à vista!

O Orador: Não! Utilizou esses 2,5 milhões de euros para aumentar o capital da EDA, da Empresa de Eletricidade dos Açores.

Em 1996, e com a chegada do Partido Socialista ao Governo, tudo mudou!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O objetivo foi passar de uma região que era tripolar para uma região multipolar, onde a todos os açorianos deveria ser dado e garantido o mínimo de igualdade de oportunidades.

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor mais parece para que faz oposição ao PSD do que outra coisa!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, nós temos muito orgulho do trabalho que fizemos. Temos muito orgulho do trabalho que fizemos, por exemplo, ao nível do investimento público, investindo e tendo investimento público onde o investimento privado não existia, promovendo o investimento privado onde o investimento público não era suficiente.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Proporcionando aos açorianos a mobilidade entre as suas ilhas, em termos de transportes aéreos, ao nível da frequência, ao nível do seu custo.

Quem se lembra, como era e como é hoje?

A maior parte das nossas ilhas tem, um, dois, voos diários. Houve tempos, em que no sentido de coesão que V. Exas. traziam para o Governo dos Açores e para a nossa Região, havia ilhas que tinham um, dois voos por semana.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS dos Membros do Governo)

O Orador: Nós apostamos nas nossas ilhas levando o ensino obrigatório e a escolaridade até ao 12.º ano a todas as nossas ilhas.

Nós, quando fizemos a negociação da Lei de Finanças Regionais, quando fizemos a Revisão do Estatuto Político-Administrativo, quando negociámos os fundos comunitários...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... com a União Europeia, estabelecemos a possibilidade daquelas que são as ilhas que são mais desfavorecidas, que têm mais dificuldades por serem mais pequenas,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E resultados?

Deputado Bruno Belo (PSD): O resultado está à vista!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Claro que está à vista por isso é que os senhores continuam na oposição!

O Orador: ... e por isso mesmo criar economias de escala, e conseguimos contrariar e desenvolver estas ilhas.

Este é parte do nosso património de governação do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está é empenhado!

O Orador: Nós temos um conjunto de políticas de majoração, desde os sistemas de incentivo, desde de apoio à agricultura, por exemplo, ao nível do Pro-Rural, ao nível do POSEI, ao nível de apoios à criação de emprego.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Os Srs. Deputados sabem que hoje, nestas ilhas, a dificuldade não é tão só, não é única e exclusivamente, em conseguir ter emprego, a promoção de emprego. Nós sabemos que o emprego é o fator mais gerador da fixação de pessoas, de população nas ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por isso é que estamos a perder população!

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Hoje temos na maior parte das ilhas mais pequenas...

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar, se faz favor.

O Orador. ... uma situação...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe para o resultado de fixação de pessoas.

O Orador: Sr. Presidente, eu peço que desconte o conjunto de apartes que fizeram aqui, que interromperam a minha intervenção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Veja o despovoamento da Ilha Graciosa, por exemplo!

O Orador: Nós hoje temos a situação de pleno emprego nas ilhas mais pequenas.

Ainda há pouco tempo fizemos um conjunto de visitas, em jornadas parlamentares, em que naquilo que nos solicitavam diziam: nós temos falta de mão-de-obra, para trabalhar!

Aliás, num requerimento há pouco tempo respondido ao Sr. Deputado da Representação Parlamentar do PCP sobre incentivos à fixação de jovens, de um conjunto de programas de incentivo à fixação de jovens à habitação, uma das respostas que lhe foi dada é de que nos últimos anos as vagas de emprego preenchidas em termos de postos de trabalho para a Ilha das Flores, ou seja, procura da parte das empresas para preencher vagas de emprego, apenas 49% das vagas oferecidas foram preenchidas.

Portanto, nós hoje temos uma situação de pleno emprego nestas ilhas. Obviamente que há gente, muita gente, que poderá não conseguir eventualmente o emprego que gostaria, mas nós temos uma situação muito melhor do que aquela que tínhamos.

Aliás, bastou ver que na Ilha das Flores,...

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo que terminar, se faz favor.

O Orador: Vou terminar.

... nas reuniões que tivemos com os empresários, aquilo que nos foi transmitido foi que, o advento do turismo que nós trouxemos, o ano tinha sido bom.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Trouxeram! Logo o senhor que não queria a liberalização do espaço aéreo!

O Orador: Tinha sido um bom ano de desenvolvimento.

E por isso, Sras. e Srs. Deputados, nós temos orgulho do nosso património nos últimos anos, um património que olha para os Açores enquanto uma única entidade e cuja preocupação, em termos programáticos, é não deixar ninguém para trás e dar a todos uma igualdade de oportunidades para o seu desenvolvimento pessoal.

Deputado Bruno Belo (PSD): Falta aquela frase: a sabem que não fizeram tudo, mas ainda falta muito por fazer!

O Orador: E sobretudo, dar-lhes a esperança de que se trabalharem e se quiserem podem ter um futuro melhor.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições para participação neste debate. Não havendo mais inscrições... Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Cara e Caros Colegas:

Antes de mais uma saudação ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo por trazer aqui a este Parlamento este tema, o tema da coesão regional, que é talvez, fruto não só das nossas características muito específicas enquanto região arquipelágica, mas também fruto daquelas que são as circunstâncias atuais e a emergência do debate político, é talvez um dos mais importantes temas sobre o qual todos nós temos que nos debruçar.

Na avaliação e no diagnóstico que o Sr. Deputado João Paulo Corvelo faz sobre esta matéria refere muitas dessas questões, questões que não são, diga-se,

exclusivas dos Açores: a questão da desertificação, a questão daquela que é a evolução sociológica e o fluxo migratório de alguma população para os maiores centros urbanos. Enfim, um conjunto de questões que não são de todo exclusivas da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, dizer que as questões relacionadas com a coesão têm que estar obviamente no centro de qualquer agenda política que se quer progressista e que se quer verdadeiramente consequente na obtenção do objetivo que é talvez o mais importante objetivo de qualquer atividade política nos dias de hoje, ou seja, aumentar a qualidade de vida dos nossos concidadãos.

Este objetivo é indissociável daquilo que deve ser uma agenda política que materialize maior coesão social, maior coesão territorial, tudo isto associado ao reforço do conceito que é para nós o conceito que deve estar na base de qualquer projeto político, ou seja, a igualdade e a equidade de oportunidades.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado João Paulo Corvelo, saúdo a sua declaração política e o tema que aqui traz, sendo certo, porém que depois do diagnóstico também a avaliação que faz tem, em muitos casos a nossa discordância pelas razões que passarei já a explicar.

Antes de mais, duas notas prévias. A primeira, relativamente a uma questão que especificou da tribuna e ao ponto de situação da instalação da Estação Geodésica na Ilha das Flores, gostaria de informá-lo e informar a câmara também que já ocorreu a expropriação dos terrenos para a instalação das infraestruturas inerentes a esta estação geodésica e está neste momento a decorrer a avaliação do tipo de antena e as características técnicas da antena que deverá ser lá instalada no âmbito desta estação.

Dizer-lhe também que no âmbito da abordagem que fez na área da coesão, centrando muito a sua abordagem naquilo que são as questões relacionadas com

a habitação e aquilo que são as questões relacionadas com o emprego, eu recorde também (aliás fica aqui o convite e a sugestão a toda a câmara e à comunicação social) aquela que foi a resposta que lhe foi enviada recentemente ao requerimento n.º 681, quando o Sr. Deputado legitimamente colocou um conjunto de questões no âmbito da estratégia de Governo relativa aos incentivos à fixação de jovens na Ilha das Flores, centrando a sua abordagem na habitação e no emprego e o Governo, respondendo-lhe a este requerimento, avançou um conjunto de medidas que está a implementar não só para a Ilha das Flores, mas para todas as ilhas da Região e apresentou também um conjunto de resultados que nos dá o panorama atual destes dois setores na Ilha das Flores, no caso a habitação e o emprego. Portanto, fica aqui a sugestão de leitura da resposta do Governo ao requerimento n.º 681.

E no reforço à coesão dentro da nossa Região há inquestionavelmente um conjunto de medidas por parte do Governo dos Açores ao longo dos anos que tem vindo a contribuir permanentemente para o aumento dessa coesão. Desde logo, aquela que tem sido a estratégia do Governo na área do investimento público, e isso parece-nos evidente, aliás, há muito pouco tempo tivemos oportunidade de discutir aqui o investimento público no âmbito do Plano de Investimentos para 2020, e ficou (parece-nos!) absolutamente clara aquela que é a nossa perspetiva no âmbito do investimento público.

Ou seja, para o Governo dos Açores um açoriano do Corvo é exatamente igual a um açoriano da Ilha de São Miguel.

Deputado Bruno Belo (PSD): Ninguém diria!

O Orador: É isto que tem que estar como pressuposto base de qualquer ação política do Governo, no nosso caso, no âmbito do investimento público, porque isto é que nos permite levar à prática aquilo que na nossa perspetiva é fundamental, ou seja, não deixar ninguém para trás no desenvolvimento do nosso projeto político.

E há um conjunto vasto de medidas que estão a ser aplicadas na nossa Região, em diversas vertentes, e eu destacaria, permitam-me uma medida também ela recente, o Programa MOVEMPREGO, que foi anunciado muito recentemente, que visa precisamente proporcionar e promover o movimento interno de potencial mão-de-obra entre ilhas, ou seja, criando mecanismos de apoio não só apoio direto ao trabalhador, às empresas que empregam o trabalhador e aos seus agregados familiares que se deslocam para outra ilha, como também apoios à sua deslocação, permitindo que das ilhas ditas maiores, se movimentem trabalhadores para outras ilhas, para aí ocuparem postos de trabalho.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tenho muitas dúvidas em relação a esse programa!

O Orador: Portanto, o programa MOVEMPREGO é, na nossa perspetiva mais um importante contributo para que se reforce a mão-de-obra, se reforce a fixação e se reforcem projetos de vida de fixação de cidadãos que, independentemente da ilha onde nasceram, ou independentemente da ilha onde vivem, decidem fixar-se noutras ilhas, nas ditas ilhas mais pequenas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tenho muitas dúvidas em relação a isso!

Presidente: Sr. Secretário Regional, tem que terminar, se faz favor.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, coesão não é só retórica parlamentar. Coesão não é só retórica política, reconhecemos isso obviamente.

Coesão são também resultados e nós temos, felizmente, resultados para apresentar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não são é bons!

O Orador: Basta ver os índices de emprego nas ilhas mais pequenas, basta ver os índices de desenvolvimento económico nas ilhas mais pequenas, basta ver os índices da ocupação turística nas ilhas mais pequena, basta ver a evolução que

nós tivemos em termos de infraestruturas e de recursos humanos em setores fundamentais como são a educação, a saúde.

Temos obviamente, Sras. e Srs. Deputados, a humildade de reconhecer que nem tudo possa ter corrido bem; temos obviamente a humildade de reconhecer que não somos donos da verdade, e há eventualmente medidas que foram implementadas que têm que ser corrigidas e que têm que ser alteradas. Mas estamos convictos, Sras. e Srs. Deputados que estamos no caminho certo, porque para nós, para o Governo dos Açores, um açoriano do Corvo é exatamente igual a um açoriano da Ilha da São Miguel.

Só desta forma conseguiremos continuar a levar a cabo o nosso projeto de político, com a certeza e convicção que muito foi feito, mas com a certeza absoluta que há ainda muito para fazer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trouxe aqui o PCP uma série de questões muito interessantes e prova-se também a utilidade de, não havendo votos, se discutir os problemas de ilha. Neste caso, trouxe aqui os problemas das Flores.

Realmente, Sr. Secretário Regional, eu sou obrigado a concordar consigo, em grande parte do seu discurso.

Em primeiro lugar, a coesão não é só retórica, nem é só anúncio político.

Olhe, vou dizer-lhe que concordo absolutamente consigo. Coesão é como eu já disse aqui várias vezes, já denunciei aqui, se o senhor quer que haja coesão não basta ter aviões. Não basta dizer “eu tenho três voos por dia para a ilha das Flores”.

Eu quero é saber é se esse habitante das Flores consegue sair e voltar à sua ilha no mesmo dia? Eu quero é saber se ele tem as mesmas oportunidades que um terceirense, que um faialense e que um micaelense?

Isso faz-se havendo competência na gestão de voos e isso faz-se havendo competência na interligação dos voos e não havendo horários da conveniência de algumas pessoas.

Quando puserem a SATA ao serviço da população dos Açores isso faz-se. Eu não digo que seja todos os dias, eu não digo que possa sair e voltar no mesmo dia todos os dias à sua terra, mas pelo menos alguns dias por semana tenha a possibilidade de o fazer e isso é tão fácil de fazer, porque ter três voos por dia e ter que pernoitar no Faial, na Terceira ou em São Miguel,...

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... de facto, não é coesão, Sr. Secretário.

Portanto, não está a tratar de igual modo um açoriano do Corvo a um açoriano de São Miguel.

Mais!... Não está a tratar de igual modo um açoriano do Corvo e um da Terceira, ou de São Miguel, quando o açoriano das Flores e do Corvo tem como hospital de referência a Horta. Se quiser ir a Ponta Delgada tem que pagar do seu bolso...

Deputado Bruno Belo (PSD): Apoiado!

O Orador: ... (do seu bolso, Sr. Secretário!) para ir à Terceira ou a São Miguel.

Deputado Bruno Belo (PSD): Apoiado!

O Orador: Acha, V. Exa. que isto é uma medida de coesão social? Acha que esta medida promove a coesão social? Acha que é tratar de igual modo todos os açorianos?

Não! Isso é discriminar os açorianos...

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que têm como referência o Hospital da Horta.

Portanto, nessa matéria, Sr. Secretário, isso não acontece.

Mas registo com agrado que algumas medidas que estão a ser implementadas serão corrigidas no sentido de se obviar estas situações e, de facto, a não deixar ninguém para trás, porque hoje em dia, Sr. Secretário, ainda há muita gente para trás (ainda há muita gente para trás!).

Deputado Bruno Belo (PSD): Sobretudo os que não são amigos!

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): É verdade! Concordo plenamente consigo!

O Orador: E há, Sr. Secretário Regional, medidas que o Governo tem que tomar, que têm que ser tomadas nos Açores, para a fixação de jovens nesta terra.

Ainda ontem ouvíamos aqui a Sra. Secretária Regional da Saúde anunciar, com júbilo, que íamos ter 38 concursos para médicos internos de medicina geral e familiar e que alguns nem sequer eram de cá, eram de fora. Pois é isso que me preocupa. É que os de cá estão a ficar lá fora, não têm voltado à nossa terra e essa é uma preocupação que eu tenho. Esse foi um erro que os senhores cometeram ao revogarem o Decreto Legislativo Regional que o CDS aqui fez aprovar, e que os senhores aprovaram, para a fixação de médicos, mas que na era anterior os senhores alteraram essa legislação para irem para os incentivos para um e dois anos, para ir para o apoio ao incentivo por cenário, que não fixa ninguém nesta terra, vêm cá dois ou três anos e depois vão-se embora.

Deputado Bruno Belo (PSD): Porque as nossas ilhas não são capazes de garantir essa oferta!

O Orador: Mas em outras áreas que não conseguimos fixar jovens nesta terra, como por exemplo, alteraram V. Exas....

A minha intervenção está a incomodá-lo, Sr. Deputado?

Deputado Bruno Belo (PSD): Continue!

O Orador: Não! Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dizia eu que os senhores não conseguiram fixar médicos nesta terra, não conseguem fixar enfermeiros nesta terra, porque tomaram decisões erradas nessa matéria. Mas também não conseguem fixar professores nesta terra, sobretudo nas ilhas mais pequenas, porque alteraram os critérios do concurso...

Deputado Luís Maurício (PSD): É verdade!

O Orador: ... e isso não fixa gente nas ilhas mais pequenas, que hoje em dia, além de não se fixarem, têm dificuldades de professores, de ensino de qualidade nas ilhas das Flores e do Corvo.

Portanto, coesão, Sr. Secretário Regional, falta muito. Coesão na saúde, coesão na educação, coesão na mobilidade.

Quanto tiverem pelo menos estes três fatores, saúde, educação e mobilidade, e isso realmente existir... Sr. Secretário Regional, são medidas que não custam dinheiro. São dependentes de boas políticas e é disso que os Açores precisam.

Muito obrigado.

Deputados Alonso Miguel (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM):

Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para participar no debate desta declaração política?

Não havendo, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo para encerrar.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda há pouco ouvimos o Sr. Secretário Regional e o senhor líder da bancada do Partido Socialista dizer a frase: “Não deixar ninguém para trás”. Esta frase tem sido muitas vezes utilizada aqui, mas os florentinos podem constatar, por exemplo, que esta frase não faz qualquer sentido para as Flores nos últimos três meses.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso é injusto!

O Orador: A frase “não deixar ninguém para trás”, não pode ser utilizada, por exemplo, pelos florentinos.

Deputado José San-Bento (PS): Pode, pode!

O Orador: O Sr. Secretário também falou, e disse o senhor líder da bancada do Partido Socialista, que os florentinos tinham emprego.

Não é verdade!... Não é verdade!...

Os senhores deveriam ter vergonha de vir aqui a este Parlamento dizer outro tanto aos florentinos, porque os florentinos percebem perfeitamente bem que quando abre uma vaga para qualquer emprego público na Ilha das Flores a maior parte destas vagas já estão atribuídas para quem tem cartão cor-de-rosa. Os senhores sabem bem isso.

É verdade!... Aliás, podemos dar um exemplo concreto nesta câmara. Há menos de uma semana abriu um concurso para Chefe de Desenvolvimento Agrário. Não abriu concurso nenhum! Foi por nomeação graças ao senhor ter cartão cor-de-rosa do Partido Socialista. Toda a gente sabe disto na Ilha das Flores. Não é mentira nenhuma o que se diz aqui.

No entanto, o Governo o que faz aqui, ao contrário do que disse ontem, é que nem olha para a árvore, nem olha para a floresta. Não resolve os problemas dos florentinos em termos de emprego e em termos de fixação. Ou seja, neste

momento existe uma sangria demográfica enorme nas ilhas mais pequenas, menos populosas, como é o caso da Ilha das Flores e o Governo Regional é incapaz de resolver o problema de fundo e de estrutura que é a fixação de gente nas ilhas mais pequenas e precisamente na Ilha das Flores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Francisco César pede a palavra para?

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Um protesto.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um protesto a quê?

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Eu justifico, Sr. Presidente, mas penso que será claro que...

Presidente: Eu penso que foi claro para toda a câmara, mas se quiser se justificar, faça favor.

O Orador: Foi um conjunto de acusações que foram feitas ao Partido Socialista, de que há gente a ganhar o seu emprego porque tem o cartão rosa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com todo o respeito, Sr. Deputado, eu sei que o Sr. Deputado provavelmente entusiasmou-se na sua intervenção.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Não, não! Disse a verdade!

O Orador: Deixe-me que lhe diga, primeiro a título de alguma ironia, que se o que o Sr. Deputado está a dizer fosse verdade, nós tínhamos muitos, muitos, muitos militantes. Tínhamos tantos militantes, porque temos criado tanto emprego. O Partido Socialista tinha congressos com mais de 1000 pessoas.

Sr. Deputado, agora mais a sério.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estamos falando a sério! Quantos são?

O Orador: O que Sr. Deputado disse é inadmissível.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O que o Sr. Deputado disse é ofensivo.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Se há algo que orgulha o Partido Socialista é o facto de, desde que estamos a governar a Região nós não distinguimos entre quem tem cartão laranja,...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Não!

O Orador: ... cartão vermelho, cartão rosa.

Para nós não há diferença!... Para nós não há diferença!...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS dos Membros do Governo)

O Orador: Para nós há açorianos!

Eu bem percebo os hábitos que o Partido Comunista Português traz do trabalho que tem feito nas câmaras municipais e daquilo que bem sabemos ao nível do cassique e ao nível da militância. Mas com o Partido Socialista não é admissível que alguém possa ser discriminado por ter um cartão do Partido Socialista ou por ter um cartão de qualquer outro tipo de cor.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Para nós é ponto assente: as pessoas devem entrar na administração pública pelo seu mérito e pelo resultado dos seus concursos e nesta matéria, Sr. Deputado, o que lhe posso dizer é que se há avanços na legislação da contratação é devido ao Partido Socialista que criou um conjunto de medidas que retiram, inclusive, alguma subjetividade, nomeadamente com a retirada da entrevista, na admissão na administração pública.

Sr. Deputado, discutamos ideias. Não façamos acusações.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquilo que acabei de dizer nesta câmara é partilhado pela maior parte dos florentinos que nos estão a ouvir neste momento, e se calhar uma grande parte dos Deputados que estão aqui presentes.

Deputado Bruno Belo (PSD): Menos do Partido Socialista!

O Orador: Aliás, todos nós sabemos que estas situações têm acontecido em todas as ilhas da Região e principalmente sabe-se mais perfeitamente das mais pequenas por conhecemos toda a gente.

Aliás, qualquer emprego público que abra na Ilha das Flores, por exemplo, existem mais ou menos 20 concorrentes para este emprego público, o único emprego público.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olha a SATA!

O Orador: Quer dizer que existe realmente falta de emprego nas ilhas mais pequenas e principalmente na Ilha das Flores e que quando este concurso é aberto toda a gente já sabe quem é que vai ficar neste emprego nestas determinadas ilhas.

Aliás, é provado por todas as pessoas, é dito por todas as pessoas na ilha e toda a gente sabe perfeitamente que é verdade isto que eu estou a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos passar à próxima declaração política. Para tal tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero, em primeiro lugar, manifestar a minha solidariedade a todos os açorianos cujas vidas e património foram afetados pelos efeitos devastadores do furacão “Lorenzo”. Não me esqueço das casas, dos negócios, de bens de diversa natureza e das infraestruturas afetadas numa parte significativa das nossas ilhas. Estarei atento.

No entanto, o problema que é mais urgente resolver é a questão do abastecimento das ilhas do Grupo Ocidental. Foi por isso que, logo em 17 de outubro de 2019, consciente das limitações das soluções avançadas pelo Governo Regional em relação ao abastecimento marítimo de mercadorias das ilhas do Corvo e das Flores, apresentei um projeto resolução que recomendava que o Governo Regional fretasse um navio com as condições adequadas para navegar nas condições do estado do mar prevalentes nesta época do ano no Grupo Ocidental e com capacidade para transportar a quantidade de bens que as ilhas em questão necessitam. Tudo isto sem descurar a necessidade do navio possuir as características necessárias para manobrar e atracar nas condições vigentes nas infraestruturas portuárias existentes no porto das Lajes das Flores.

Os enormes constrangimentos vividos, no âmbito do abastecimento de bens, nas ilhas do Grupo Ocidental ao longo dos meses de outubro, novembro, dezembro e janeiro demonstraram até que ponto o dispositivo montado pelo Governo Regional não tinha a capacidade necessária para dar respostas às necessidades efetivas das populações em causa.

O fretamento do navio “Malena”, antecedido das intervenções que se impunham no que resta das infraestruturas portuárias das Lajes das Flores, tem efetivamente potencial para resolver uma parte muito significativa dos problemas de abastecimento que a ilha das Flores enfrenta atualmente. Foi um

passo importante, que valorizo muito positivamente. Até na medida em que esta foi a solução que eu próprio, no devido tempo, preconizei.

Mas, meus senhores, o problema do abastecimento da ilha do Corvo permanece e tende a agudizar-se a cada dia que passa. É verdadeiramente paradoxal que tendo mantido a sua infraestrutura portuária intacta, seja precisamente a ilha do Corvo que hoje enfrenta perspectivas mais sombrias em relação ao seu abastecimento de bens por via marítima.

A ilha do Corvo não é abastecida por via marítima desde o dia 6 de dezembro. Repito, desde o dia 6 de dezembro de 2019. É certo que a Força Aérea transportou 4 toneladas de géneros essenciais e que a SATA também transportou algumas centenas de quilos de mercadorias. Mas esta resposta corresponde apenas a uma parte residual das nossas necessidades de abastecimento e apenas na componente dos produtos mais essenciais. Continuam a faltar muitos géneros essenciais e falta tudo o resto.

Falta sair da situação de contingência. Falta regressar à normalidade. Faltam as rações para os animais. Faltam os materiais para a construção civil. Faltam todo o tipo de produtos que são essenciais para manter a atividade económica a funcionar na ilha. Falta tudo o que pode ser encontrado em qualquer estabelecimento das diversas localidades dos Açores. O que para a generalidade dos açorianos é um gesto quotidiano, uma compra normal, é para nós um luxo ou uma impossibilidade.

Existe gente que aguarda a chegada de encomendas que realizou em outubro do ano passado. Que aguarda a correspondência que chega com semanas e mesmo meses de atraso. Esta situação não pode continuar. Temos o dever de encontrar as soluções necessárias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não venho aqui pedir ou implorar nada. Venho aqui dizer que é uma obrigação dos órgãos de governo próprio resolver rapidamente esta questão. É obrigação, um dever e uma missão.

O “Malena” está a começar a resolver o problema do abastecimento da ilha das Flores, mas não chegou, nem chegará nos próximos tempos um único quilo das mercadorias que o mesmo transportou. A ligação marítima entre as ilhas das Flores e do Corvo está desativada. Mesmo que sejam, entretanto, criadas as condições de abrigo necessárias no porto das Lajes das Flores para reativar a anterior circuito logístico, essa intervenção demorará meses. A ilha do Corvo não pode esperar esse tempo. Não é justo que se martirize a população com uma situação que pode, entretanto, ser resolvida com empenho político.

Como o próprio Presidente do Governo Regional reconheceu, as embarcações que realizam a ligação entre o Faial e o Corvo não têm as condições necessárias para assegurar esse abastecimento nas condições do estado do mar vigentes durante o inverno. Basta constatar que a ilha do Corvo não é abastecida por via marítima há 41 dias (há 41 dias!). Ninguém pode afirmar que a situação não se irá repetir ao longo do que resta do inverno.

Nesta perspetiva, proponho que seja fretado um navio com capacidade para abastecer a ilha do Corvo e que possua as características necessárias para navegar nas condições do estado do mar vigentes no inverno e manobrar e acostar nas condições específicas que a infraestrutura portuária da ilha do Corvo possui.

Dada a situação urgente que a ilha enfrenta, também se propõe que o Governo Regional solicite à força aérea a realização de um conjunto de voos de abastecimento que permitam dar uma resposta de maior dimensão às reais necessidades de abastecimento da ilha enquanto o abastecimento marítimo de mercadorias não é repostado.

Meus senhores!

Eu vejo esta situação como um desafio que temos de ultrapassar. Uma prova de fogo, mais uma, a respeito das capacidades que a nossa autonomia tem de socorrer e auxiliar de forma justa as nossas populações. O Governo Regional tem a obrigação de agir. Este é o tempo das soluções. Não existe espaço para a deserção. Já se falhou tudo o que se podia falhar.

Porque para nós a coesão não é só retórica política!

Porque para nós um açoriano do Corvo é igual a um açoriano de São Miguel!

Disse!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Todos nós sabemos os constrangimentos que tantos os corvinos como os florentinos estão a passar neste momento.

A passagem do furacão “Lorenzo” por essas duas ilhas, e não só, foi devastadora e deixou um rasto de destruição para além do que alguém poderia algum dia imaginar.

Felizmente não houve vítimas mortais, nem feridos a lamentar, o que por si só já foi quase um milagre.

Também pelo excelente trabalho de todos os agentes de Proteção Civil, e outras entidades, que naquela noite trabalharam afincadamente para que tudo corresse o melhor possível e também pela acatação das instruções da Proteção Civil pelos açorianos, cumprindo na íntegra todas as recomendações dadas e evitando deste modo problemas ainda mais graves.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem acompanhado, desde o primeiro dia, esta situação. Desde a noite da passagem do furacão.

Temos que chamar as coisas pelos nomes e a verdade é que o Cais das Lajes das Flores, o único cais comercial do Grupo Ocidental, ficou totalmente destruído.

Tudo o que era dado como certo, até então, de repente e de um dia para outro deixou de o ser.

Toda a logística de abastecimento às ilhas do Grupo Ocidental teria que ser repensada e totalmente reorganizada.

Sabemos que nas semanas seguintes à passagem do furacão nem tudo correu da melhor maneira. O esforço de todos, e quando digo de todos, não me refiro apenas ao Governo Regional, refiro-me a muitas e muitas pessoas que têm trabalhado e colaborado para arranjar soluções que minimizam este impacto tão negativo nas nossas ilhas.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Este esforço, como dizia, não trouxe os resultados esperados, nem resolveu os problemas mais graves e isso temos que admitir.

O desafio era muito mais complexo do que aquilo que se esperava.

Tivemos o último abastecimento, é verdade, à Ilha do Corvo no dia 6 de dezembro, por via marítima.

Apesar dos esforços por parte do Governo Regional para minimizar este problema, reforçando o abastecimento dos frescos e perecíveis através da SATA Air Açores, e da viagem do aviocar da Força Aérea na semana passada com bens de primeira necessidade, ou até mesmo do escoamento do gado do Corvo, ainda estamos longe da normalidade.

A impossibilidade da viagem marítima após esta data, devido às condições meteorológicas, tem sido uma das maiores dificuldades. Temos conhecimento que o barco esteve pronto a sair, a qualquer momento, para o Corvo.

Sabemos que os fornecedores estiveram de prevenção à espera de fazer o carregamento das mercadorias. Infelizmente um mal nunca vem só e as previsões não foram as que gostaríamos que fossem.

Felizmente já existe uma data para viagem. Segunda-feira o “Cecília A” sairá para o Corvo e fará uma viagem Horta/Corvo, Corvo/Flores, Flores/Corvo, Corvo/Horta.

Quero por fim deixar aqui bem claro nesta Casa que não haja quaisquer dúvidas que os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e principalmente os do Grupo Ocidental (não haja quaisquer dúvidas) acompanhamos diariamente e afincadamente esta situação.

Podemos não aparecer nos *headline* dos jornais, ou em debates das televisões, mas que não haja qualquer dúvida que temos usado todos meios ao nosso alcance e usado todos os nossos contatos para transmitirmos a quem de direito as preocupações dos corvinos e florentinos e dado as nossas sugestões e contributos para que cheguemos a bom porto.

Estamos ao lado dos corvinos e florentinos, não só dos empresários, mas de todos aqueles que estão a ser afetados, direta e indiretamente, por este grande problema que nos bateu à porta.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

O nosso Grupo Parlamentar, aproveitando o tema aqui trazido na declaração política do Sr. Deputado Paulo Estêvão, da Representação Parlamentar do PPM, gostaria de clarificar uma dúvida que, pelo menos para nós, persiste.

Bem sabemos, Sra. Secretária, que o navio “Malena” já atracou nas Flores. Também sabemos que a adjudicação deste navio irá durar três meses, sendo possível também a prorrogação dessa adjudicação.

Agora importaria clarificar se for necessário, e cremos que será necessário essa prorrogação, se poderemos contar garantidamente com a prestação desse serviço com o mesmo navio, o navio “Malena”, ou se poderá acontecer uma alteração do navio e sendo assim não terá dessa forma, e por conseguinte, a Ilha das Flores novamente ser afetada com um problema de abastecimento porque entretanto é necessário esperar pela vinda de um novo navio, caso isso venha a acontecer e caso venha a ser necessário.

Portanto, gostaria que a Sra. Secretária esclarecesse essa dúvida que nós temos. Penso que é um aspeto que também deve ser salvaguardado a bem do abastecimento regular da Ilha das Flores e conseqüentemente também da Ilha do Corvo.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Iasalde, na sua intervenção, dizia o seguinte: “o desafio era maior do que aquilo que se pensava”.

Isto é a prova de que a avaliação foi mal feita, de que o Governo estava imprevisto para resolver o problema,...

Deputado João Paulo Ávila (PS): A avaliação foi maior do que se pensava! Que demagogia é essa!

O Orador: ... isto é a confirmação daquilo que todos nós demos conta ao longo de todo esse processo.

O PSD desde o primeiro dia esteve de forma responsável, de forma séria a propor soluções.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Estivemos todos!

O Orador: O PSD no dia 15 de outubro, aquando da interpelação do PPM, referiu que deveríamos estar todos juntos na procura dessas soluções.

Deputado João Paulo Ávila (PS): O senhor sabia que o porto ia ser destruído e não disse nada? Não há calamidade nenhuma que o PSD não levante essa questão! Deviam ter vergonha! Até fizeram uma comissão de inquérito!

O Orador: O PSD nessa altura deu um primeiro contributo dizendo que deveriam ser agilizados, dentro da legalidade da contratação pública, todos os procedimentos legais necessários, bem como a elaboração do projeto com vista à reconstrução do Porto das Flores;

Que deveria ser assegurado por parte do Governo Regional o financiamento a essa reconstrução;

Que deveria ser procurado de imediato o navio capaz de operar no cais -5 daquele porto e com capacidade de transporte suficiente e fazer carreiras regulares para as Flores.

Mais!... O Governo não esteve preparado e não esteve preparado porque o Governo a 17 de outubro...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... anunciava que, a partir de meados de novembro, “será introduzida na operação uma segunda embarcação, de forma a reforçar o abastecimento ao Grupo Ocidental, através de uma segunda viagem semanal. Isto nunca aconteceu!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A 19 de outubro o Governo, por via do Sr. Secretário Regional da Agricultura, garantia que o transporte de bovinos das Flores e do Corvo seria feito recorrendo ao fretamento de uma plataforma marítima com reboque, para ultrapassar as limitações atuais ao transporte de animais, devido à passagem do furacão "Lorenzo".

Essa possibilidade nunca foi executada e não poderia ser, porque era ilegal. A Direção Regional da Veterinária nunca autorizaria o transporte de animais sem serem acompanhados e não poderiam ser acompanhados numa plataforma.

Mais uma vez o Governo não esteve preparado.

A única coisa, ou a primeira coisa, a principal coisa que se pede a um Governo é que as funções essenciais do Estado, e neste caso da Região, sejam garantidas, e não foram.

Mais uma vez o PSD o esteve de forma responsável...

Deputado João Paulo Ávila (PS): O PSD não fez nada!

O Orador: ... a apresentar propostas, a convocar as pessoas para uma luta conjunta para resolver o problema do Grupo Ocidental.

Mais!... O Governo nunca teve efetivamente um plano alternativo para abastecer as ilhas das Flores...

Deputado António Toste Parreira (PS): O PSD fez zero!

O Orador: ... e do Corvo e a prova disso foi os últimos 25 dias até ao abastecimento que ocorreu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez digo, o PSD, quando está certo, será sempre acusado de estar errado...

Deputada Graça Silva (PS): Seja sério!

O Orador: ... por aqueles cuja posição não lhes permite ter uma visão abrangente e global.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado.

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Alguma serenidade na câmara, muito bem!

A Sra. Deputada Graça Silva, minha estimada amiga, está um bocadinho... Sra. Deputada, muito bom dia! É sempre um prazer cumprimentá-la.

Sras. e Srs. Deputados, julgo que perante as intervenções que existiram nesta Casa, e mais uma hoje trazida aqui pela Representação Parlamentar do PPM, está na altura de, muito em breve e com a urgência possível (vamos ver a previsão meteorológica para os próximos dias), se for possível, o Grupo de Trabalho que foi aprovado nesta Casa, para acompanhar o abastecimento das Flores e do Corvo, possa fazer a sua primeira missão para, de facto, nos inteirarmos, no local, no terreno, com os comerciantes, com a população, de quais são as faltas, o que está a correr mal, o que está a correr bem, para podermos fazer chegar ao Governo aqueles que são os justos anseios das populações.

Portanto, esse Grupo de Trabalho já foi aprovado. É urgente que se vá a terreno para averiguar o que se passa.

Agora há duas ou três coisas que eu queria dizer.

Em primeiro lugar (a Sra. Secretária Regional presumo que já tinha saído ontem, não estava cá), volto a reafirmar o que disse:

A SATA comprou um Q-200 exatamente para servir as Ilhas das Flores e do Corvo. Foi esse o principal objetivo. Um Q-200 que tem a característica de ser COMBI, o que quer dizer que pode ser transformado em avião para levar maior capacidade de carga.

Em vez de levar pouquinho carga, Sra. Secretária Regional, por que é que a SATA ainda não procedeu à adaptação de um dos Q-200 para levar carga ao Corvo, bens perecíveis ao Corvo? Por que é que ainda não fez isso? É impossível fazer isso ou afinal o avião não possível ser transformado em COMBI? É essa a questão que temos que fazer, porque se não tem capacidade para levar mais do que 300 quilos, um dia comem maçãs, outro dia comem peras, no outro não comem nada, porque não conseguem levar.

Os congelados!... Não conseguem chegar congelados ao Corvo. Como é que vão levar, Sra. Secretária? Por que é que não se consegue?

Já agora volto a colocar a questão: por que é que não é solicitada à Força Aérea que vá mais vezes ao Corvo? Qual é o problema? O que é que se passa? O que é que aconteceu?

Portanto, temos duas alternativas: a primeira do Governo Regional, que está a falhar; a segunda, a da Força Aérea que não lhe é pedido onde lhe é solicitado.

Portanto, era interessante que o Grupo de Trabalho se deslocasse, e já agora que a senhora esclareça isso, sobre a não capacidade da SATA que, em primeiro lugar, devia servir os Açores e os açorianos, nomeadamente numa situação de emergência como a que se está a viver na Ilha do Corvo.

Depois, Sr. Secretário Regional, um açoriano do Corvo é igual a um açoriano de São Miguel.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sempre!

O Orador: Ou um açoriano das Flores é igual a um açoriano da Terceira!

Então, Sr. Secretário, a Portaria 28/2015, no seu n.º 1, do artigo 6.º, diz: “o doente pode optar por recorrer a qualquer hospital do Serviço Regional de Saúde”.

Ora, se é igual, Sr. Secretário, se tem esse direito, por que é que paga? É só isso que quero que me esclareça!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Apoiado!

O Orador: Não quero que me esclareça mais nada. Por que é que quem é referenciado para o Hospital da Horta, se tem o direito de escolher o hospital, por que é que tem que pagar do seu bolso o remanescente, quando o Sr. Secretário ainda cavaqueando o seguinte, é que se a pessoa fosse diretamente das Flores para a Terceira, pagaria praticamente o mesmo que das Flores para a Horta.

Portanto, eu estou a falar ainda de não deixar ninguém para trás. Em todas as intervenções eu acho que é bom pôr a tónica naquela que V. Exa. põe e bem, e que eu apoio, não deixar ninguém para trás.

Se não podemos deixar ninguém para trás, muito menos podemos deixar os doentes para trás, ou algum doente para trás.

Muito obrigado.

Deputados Alonso Miguel (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A declaração política trazida pelo Deputado Paulo Estêvão a esta Casa, julgo que é muito oportuna nesta altura.

Aliás, todos nós já ficámos a saber e ficámos com a consciência que houve, por parte do Governo Regional, ineficiência em relação ao abastecimento de bens e

mercadoria às Flores e ao Corvo e ontem, antes de ontem, fiz três ou quatro perguntas ao Governo Regional, muito específicas, que não me foram respondidas, mas que torno a fazê-las agora. As perguntas são simples, e vou ser muito correto a fazer as perguntas:

- Garante o Governo Regional que o barco irá todas as semanas à Ilha das Flores, por exemplo?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Isso já foi garantido!

O Orador: - Face aos problemas que estão sujeitos os agricultores, garante o Governo Regional que nas primeiras viagens seja exportado todo o gado vivo daquela ilha?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Na primeira viagem!

O Orador: Faço-lhe mais duas perguntas, que foram propostas pelo Conselho de Ilha:

- Garante o Governo o Governo Regional que vai haver um toque na Praia da Vitória?

Depois também gostava de saber o seguinte:

- Que apoios é que o Governo Regional pretende dar aos empresários florentinos, considerando os prejuízos que tiveram?

Portanto, são quatro perguntas simples que o Governo Regional, teimosamente, não responde à Representação Parlamentar do PCP.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Informo que a Representação Parlamentar do PCP esgotou o seu tempo para esta manhã de PTAP.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*):
Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas Membros do Governo:

Respondendo às questões colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Mendes, julgo que aqui já foi falado, mas repetiremos, o contrato inicial feito de afretamento do “Malena”, em que o Governo Regional dos Açores, como sabe, suporta metade dos custos do fretamento e do combustível, é feito pelo prazo de 3 meses, prorrogável por igual período, até ao máximo de 18 meses. Se não for com o “Malena” será com um barco de idênticas características, depende da disponibilidade de mercado e de futuros compromissos do navio.

Inicialmente o período é curto, precisamente para que se pudesse analisar o comportamento do barco no porto das Lajes e a partir daí será assegurado um contínuo fretamento, seja com o “Malena”, seja com um barco de idênticas características, não se prevendo que haja o hiato de tempo que o Sr. Deputado mencionou. Não há um hiato de tempo entre um e outro fretamento.

Portanto, julgo que isso já tinha sido aqui falado nesta Casa, mas julgo que esclareci neste momento a sua questão de outra forma.

O Sr. Deputado Artur Lima mencionou a falta de capacidade da SATA Air Açores para, nesta circunstância, ajudar a Ilha do Corvo, ou abastecer a Ilha do Corvo.

Pois eu posso dizer-lhe que desde meados de dezembro até garantidamente ao dia 1 de janeiro (não tenho dados posteriores a isso – ele não está aqui, paciência), a SATA transportou, em mercadoria enviada via aérea, para os empresários do Corvo, um total de 6 toneladas e meia, todas suportadas pelo Fundo Regional de Coesão, precisamente porque a Ilha do Corvo estava sem ligações marítimas desde o início do mês de dezembro.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, às questões que colocou, também tentarei responder de forma clara e objetiva, para que não restem dúvidas.

O barco “Malena” irá tantas vezes quantas forem necessárias à Ilha das Flores para não só abastecer e não deixar carga, nem na Terceira, nem em São Miguel, que tenha destino àquela ilha, nem o contrário.

Neste momento, por exemplo, e em relação ao transporte do gado vivo, optou-se por seguir diretamente para São Miguel para se apanhar a ligação ao continente, uma vez que a maioria do gado era destinado ao continente.

Na próxima ligação há que fazer um toque na Ilha Terceira para que fique na Terceira o gado que àquela ilha é destinado.

Portanto, aí, ligando um pouco à sua terceira questão que se refere aos toques na Terceira, serão feitos toques na Terceira sempre que for necessário e sempre que se justificar.

Quanto aos apoios aos empresários, na comunicação do Governo que fizemos, e já noutras ocasiões, nomeadamente em Comissão, foi dito pelo Governo Regional dos Açores a intenção de ressarcir os empresários dos prejuízos que tenham efetivamente em termos de resultados líquidos do seu negócio até ao período em que o transporte de mercadorias via marítima ficar estabilizado e regularizado.

Portanto, essa intenção já está declarada a algum tempo, voltei a referi-la aqui na comunicação do Governo e isto referi eu, referiu o Sr. Vice-Presidente no debate do Plano, referiu o Sr. Presidente. Portanto, para que não restem dúvidas, o Governo vai indemnizar os comerciantes pelos prejuízos que tenham em termos de resultados líquidos na sua vida, na sua atividade económica.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Para encerrar esta declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, deixe-me fazer esta observação inicial, que é, assistimos a um momento surrealista do ponto de vista do debate parlamentar. Eu faço uma declaração política e a Sra. Secretária responde aos diversos intervenientes menos a quem faz a declaração política...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos

Parlamentares (Berto Messias): O senhor não fez perguntas!

O Orador: ... que era a sua obrigação em relação aos desafios e às soluções que eu lhe lancei, Sra. Secretária. Nunca tinha visto isto em quase 12 anos de Parlamento.

Mas de qualquer das formas o que eu quero dizer-lhe, Sra. Secretária, é que a Sra. Secretária ouviu a minha declaração. Quando eu lhe digo que há 41 dias que o Corvo não é abastecido do ponto de vista marítimo, é uma situação grave. Como é que a Sra. Secretária não faz uma referência a esta matéria?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos

Parlamentares (Berto Messias): Ó senhor, fez!

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Eu referi o Corvo!

O Orador: Não faz uma referência. A Sra. Secretária fala nas Flores, não fala no Corvo, na sua declaração.

Sra. Secretária, eu ontem vi nos títulos dos jornais “Malena abastece as Ilhas das Flores e do Corvo”.

Não é verdade! Só está a abastecer a Ilha das Flores. O problema do Corvo mantém-se. Continuamos a não ser abastecidos.

Diz a Sra. Secretária, e vou terminar, tenho muito pouco tempo. “Foram 4 mil toneladas transportadas pela Força Aérea”.

Deputado João Vasco Costa (PS): Seis toneladas!

O Orador: Eu vou dar-lhe um dado. Um só comerciante da Ilha do Corvo encomendou 20 e tal toneladas de mercadorias. Um só! Por aí veem a resposta que está a ser dada.

Eu lancei-lhe dois desafios, Sra. Secretária. Primeiro: é preciso contactar a Força Aérea para que sejam feitas mais viagens de abastecimento; em segundo lugar, como o próprio Presidente do Governo Regional reconheceu, aqueles navios não estão a conseguir fazer a ligação no inverno. São 41 dias que não conseguem. Agora está programada uma data, mas nada indica que o consigam fazer novamente.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Já estiveram programadas outras datas.

Termino, Sr. Presidente.

Eram estas as respostas que eu queria que a Sra. Secretária desse.

Eu apresentei aqui propostas concretas. Fiz críticas e apresentei propostas.

Eu esperava que V. Exa. me tivesse dado respostas às questões que eu levantei,...

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Não ouviu o que eu disse!

O Orador: ... e que tivesse respostas para aquela população. São 41 dias sem abastecimento

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

O PPM também esgotou o seu tempo para esta manhã de PTAP.

Tem a palavra o Secretário Regional para uma interpelação à Mesa.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Cara e Caros Colegas:

Sr. Presidente, apenas uma interpelação, porque julgo que há aqui um grande equívoco.

Eu gostaria de pedir a V. Exa. que, junto dos serviços redatoriais deste plenário, possa ser transcrita, o mais rapidamente possível, a intervenção que acabou de ser feita pela Sra. Secretária Regional dos Transportes, em que ela se refere especificamente às toneladas de produtos que foram descarregados na Ilha Corvo. Referiu-as especificamente, agora mesmo, há dois minutos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): No transporte aéreo.

O Orador: Portanto, gostaria que o Sr. Presidente fizesse essas diligências, associando a isso também a comunicação da Sra. Secretária na passada terça-feira onde ficam claras também as referências à Ilha do Corvo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é outra coisa.

O Orador: Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Secretário.

Está registada a sua interpelação e os serviços assim procederão na urgência possível.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para solicitar também que seja distribuída uma cópia das afirmações que acabei de produzir, no sentido de que a Sra. Secretária, tendo sido confrontada com o problema da falta de abastecimento à Ilha do Corvo há 41 dias, e do facto do “Malena” não transportar mercadorias para a Ilha do Corvo e eu lhe ter apresentado duas propostas específicas, não ter respondido.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isto é um “diálogo de surdos”!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação e também será satisfeita.

Muito obrigado, Srs. Deputados. Vamos fazer o nosso intervalo da manhã.

Regressamos ao meio-dia e um quarto.

Eram 11 horas e 44 minutos.

(Após o intervalo o Deputado Bruno Belo substituiu o Deputado Jorge Jorge no lugar de Secretário da Mesa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para podermos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 25 minutos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Para uma declaração política tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não há como dizê-lo de outra forma: eles sentem a solidão, o frio, o medo, a dor. Maltratar e abandonar um animal não é apenas um ato deplorável, agora (finalmente) punido por Lei. Maltratar e abandonar um animal é uma vergonha para a Humanidade.

São já inúmeros, felizmente, os corações que se sobressaltam perante a fragilidade dos animais e a necessidade, cada vez mais presente, cada vez mais premente, de nos batermos, sem receio, pela sua defesa.

Talvez por isso, muitos e significativos têm sido os passos (legislativos e filosóficos, cívicos e políticos) dados no sentido de um respeito crescente pela Natureza.

A chamada “causa animal”, que tem conhecido progressos extraordinários e muito animadores, decorre essencialmente de uma evolução de consciências e de uma perceção do mundo (e da finitude dos seus recursos) menos antropocêntrica e mais respeitadora de todos os seres.

Os avanços legislativos nesta matéria, um pouco pelo mundo fora, sem que Portugal e os Açores sejam exceção, e em que o Partido Socialista se tem empenhado assídua e continuamente, dão, aliás, nota disso mesmo.

É imperioso referir aqui que desde o dia 1 de maio de 2017 – essa bela data (1 de maio) que agora marca também a entrada em vigor da Lei n.º 8/2017 – “Os animais são seres vivos dotados de sensibilidade e objeto de proteção jurídica em virtude da sua natureza.”

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: “A presente lei [postula o seu artigo 1.º] estabelece um estatuto jurídico dos animais, reconhecendo a sua natureza de seres vivos dotados de sensibilidade, procedendo à alteração do Código Civil (...).”

Introduziu-se, portanto, no nosso país, uma mudança substancial, não só na consciência coletiva, como no ordenamento jurídico, que passou a consagrar a seguinte “tríade”: pessoas; animais e coisas.

O Partido Socialista dos Açores – e os açorianos sabem-no bem – tem feito desta uma matéria de grande relevo, quer ao nível deste Grupo Parlamentar, quer pelas ações do Governo Regional socialista.

Veja-se a criação, por iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em sede de Plano e Orçamento para 2015, de uma ação dedicada exclusivamente ao “Bem-estar de animais de companhia e de animais errantes”. Tendo começado em 20 mil euros, cifra-se, atualmente, no Plano para 2020, em 200 mil euros,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... o que demonstra cristalinamente que esta é para nós uma matéria de enorme importância.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Veja-se a Resolução do Partido Socialista que recomendava ao Governo Regional que promovesse iniciativas em estreita articulação com as associações, para colocação de microchips, registo na base de dados e esterilizações, bem como apoiar essas entidades parceiras em alimentação e tratamentos veterinários diversos.

Veja-se o empenho e o absoluto comprometimento que o Partido Socialista colocou na aprovação responsável do Decreto Legislativo Regional cujo objeto “Estabelece a proibição do abate de animais de companhia...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e de animais errantes na Região Autónoma dos Açores, bem como medidas de redução e controlo dos mesmos”.

O Governo Regional, por seu turno, já desenvolveu, como se sabe, diversas campanhas de sensibilização, criando flyers, posters, outdoors, e spots televisivos, no sentido de divulgar informação à população e de sensibilizar contra os maus-tratos e abandono de animais. Criou igualmente uma base de dados, a ser utilizada por várias entidades, facilitando também, desta forma, a responsabilização dos donos.

Para além de todas estas responsabilidades, não abdica de, na sua esfera de competências, acompanhar de perto o desempenho das autarquias nesta matéria, de forma a garantir que serão criadas condições para o cumprimento da lei.

Recentemente, aliás, atente-se no reforço, por portaria do Governo Regional, das medidas para a proteção do bem-estar de animais de companhia e errantes, através da melhoria das participações financeiras a atribuir às associações e a criação de um apoio financeiro específico destinado aos Centros de Recolha Oficial, com o objetivo de participar as esterilizações e incentivar as autarquias sem estes centros a criarem-nos com celeridade.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, e como fica inequívoco, nenhum outro partido nesta Câmara tem lutado como o Partido Socialista por este desígnio, nem anseia mais do que nós o primordial objetivo de erradicar – definitiva e consistentemente – o abate de animais de companhia.

E é por isso – exatamente por isso! – que agimos sempre com total responsabilidade, para que esse tão almejado fim se torne efetivamente exequível, e para que nos Açores, tendo sempre em atenção questões de saúde pública e do bem-estar dos outros animais, não mais se assista, num futuro próximo, ao abate de um único animal de companhia.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: E é por isso – exatamente por isso! – que acompanhamos de perto e com máxima atenção o inestimável trabalho das associações de proteção animal: para percebermos com rigor o que se passa no terreno e de que forma podemos contribuir para melhorar a sua atividade. As associações e os profissionais desta área sabem, há muito, que é com o Partido Socialista que contam!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Forças políticas há que nunca pensaram seriamente neste assunto (que inclusivamente o minoraram até há bem pouco tempo) e que se apresentam

agora muito inquietas com o bem-estar animal, num claro e despudorado aproveitamento da visibilidade e do mediatismo que têm acompanhado este tema!

Forças políticas há que, vazias de ideias mas apanhando arditosamente a onda, se deslumbram agora com parangonas...

Deputado Luís Maurício (PSD): Nem os animais escapam! Há cães do PSD e cães do PS!

A Oradora: ... baseadas em informações incompletas, confundindo deliberadamente a opinião pública e alimentando conclusões erradas, movidas por meros objetivos propagandísticos.

O bem-estar animal tem estado na mais relevante agenda de preocupações do Partido Socialista desde há muito! A nossa batalha era ontem a mesma que é hoje e que será sempre: uma batalha humanista, destemida e contínua pela proteção dos animais, pela sua dignidade, pela promoção do seu bem-estar e da sua saúde.

Ao contrário de paixões fugazes, de furores mediáticos, esta tem sido sempre uma preocupação nossa. Não olhamos este assunto como terreno fértil de votos, nem tão pouco pretendemos correr à frente de ninguém.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Porque, de facto, lideramos há muito esta luta, lideramos há muito esta causa! E, mais uma vez, é em nós, é no nosso trabalho e nas nossas convicções, que os açorianos confiam.

Disse.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, em exercício, da Assembleia. Aproveito desde já para saudá-lo nesta manhã de trabalho.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pois bem, Sra. Deputada Renata Correia Botelho, esta não é uma questão que nos divida, sobretudo nos considerandos iniciais (nos finais menos) da sua intervenção. Portanto, não há nenhuma “carapuça” que nos sirva, nem algumas das lições que tentou dar nos servem, até porque os bons tratos aos animais e as boas práticas, quer ao nível dos animais de companhia, quer ao nível dos animais de produção, portanto, as nossas preocupações transcendem até os enfoque especial dos animais de companhia que a Sra. Deputada trouxe a este plenário,...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Também falei dos outros animais!

O Orador: ... são questões que desde há muito tempo a todos preocupam e no meu caso em particular até por razões profissionais, mais ainda e de forma mais antiga.

Não podemos deixar de lembrar, e eu também já o fiz, outras vezes nesta Casa, que a saúde pública deve sobrepor-se sempre ao bem-estar animal, sem nunca descorar este, mas em primeiro lugar as preocupações devem ser sempre as preocupações de saúde pública, mas sim o bem-estar animal e os bons tratos aos animais são um sinal de evolução social sem nunca nos esquecermos de algumas derivas “animalocêntrica”, em vez das antropocêntricas, que tiveram muito maus resultados em passados não muito distantes, e os regimes que os fizeram não são de boa memória.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não podemos deixar de registar também o esforço feito pelos municípios da Região, muitas vezes com muitas dificuldades e sem os

adequados meios, quer financeiros, quer de espaço para acompanhar a evolução da legislação, quer a nível nacional, quer a nível da Região, nesta matéria, e de facto tem sido difícil para os municípios em campo implementar algumas das leis que neste momento já estão em vigor.

De facto, apesar dos esforços que têm sido feitos e que têm sido acompanhados, julgo eu, por todos os partidos desta Casa, continuam a não desaparecer algumas das questões que têm levado a problemas com o bem-estar animal, que levaram em muito à sobrelotação dos canis e centros de recolha municipais com a necessidade do abate dos animais. Neste momento, o abate é proibido, mas as questões de abandono, de sobrelotação, de maus-tratos, infelizmente, e por um conjunto de razões que são sociais e que levam mais tempo a mudar, não desapareceram, mas há ainda outras questões que têm que ser atendidas para além da proibição do abate só por si, que são os problemas muitas vezes associados ao comportamento animal, que são aqueles que levam à não adoção de animais abandonados nos canis e nos centros de recolha. Até nem são os problemas estéticos, não é a questão do animal ser maior ou mais pequenino, mais bonito, ou mais feio, que levam à não adoção. São questões comportamentais, são questões de socialização, em que o animal que tenha tido um mau acompanhamento na sua juventude e no seu crescimento, muitas vezes, desenvolve alterações e problemas comportamentais que tornam muito difícil e às vezes impossível a sua adoção por uma qualquer família de acolhimento, por muito bem-intencionada que seja.

Mas se o abate desses animais é mau, e neste momento já nem é permitido, mas é mau, é péssimo, a eternização dos animais em canil, em gatil, em centro de recolha, muitas vezes sobrelotado, também é má.

Esses centos não podem continuar a crescer indefinidamente, é impossível que os espaços físicos cresçam indefinidamente, é impossível a manutenção dos custos diários da detenção de uma animal em centro oficial de recolha por um

período indeterminado, mas também é inexecutável e é irrealista aquela medida que está prevista na lei, que é a devolução dos animais ao local onde forem recolhidos, aqueles que não forem adotados, porque eles não são capazes de providenciar a sua sobrevivência, o seu bem-estar, a sua alimentação, a sua higiene, aquelas questões que noutros debates aqui já tivemos.

Portanto, continua a ser cada vez mais urgente e cada vez mais importante, nos tempos atuais, cuidar da identificação, da esterilização, do saneamento e das questões que a seu tempo e, um passo de cada vez, têm vindo a ser dadas pela Região.

Governa o Partido Socialista e tem tido o poder de tomar algumas decisões e nesta Casa, como lhe disse no início da minha intervenção, não é assunto que nos divida e tem sido motivo de amplos consensos e de apoio por parte dos partidos aqui presentes.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Renata Botelho, através do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, fez muito bem em trazer a esta Casa, na forma de declaração política, a defesa do bem-estar animal, as políticas que lhe devem estar associadas e as medidas concretas no terreno.

Devo dizer-lhe, e aliás o Sr. Deputado Luís Rendeiro acabou a sua intervenção também dizendo isso, que este é um assunto que pelo menos naquilo que diz respeito aos animais de companhia e à defesa dos seus direitos e do seu bem-estar, tem reunido o consenso desta câmara. Felizmente que assim é.

Por isso, e penso que não era essa a intenção da Sra. Deputada, de certo que não é também da exclusiva responsabilidade do Partido Socialista, temos a aplicação e a aprovação de medidas nesse domínio, até porque dever-se-á lembrar, de certeza, que em conjunto com o nosso Grupo Parlamentar foi aprovada uma iniciativa que permitiu a disponibilização de incentivos às associações que lutam em prol do bem-estar animal e que tem, essas associações sim, tido um papel fundamental que por vezes até se sobrepõe àquela que deveria ser a responsabilidade, por exemplo, das autarquias, fazendo muitas vezes e substituindo-se ao papel das autarquias, por exemplo, na recolha de animais errantes.

O papel dessas associações deve ser salientado, deve ser incentivado, mas isso não deverá servir de forma alguma para dispensar aquelas entidades públicas que têm responsabilidades, competências, e mais do que isso têm a obrigação de zelar pelo bem-estar animal e que neste momento não o fazem.

De certeza que não é novidade nenhuma para a Sra. Deputada Renata Correia Botelho que infelizmente, nesta altura, ainda não temos Centros de Recolha Oficial em todas as ilhas. Aliás, uma parte muito significativa das nossas ilhas ainda não dispõe desses Centros de Recolha Oficial, apesar da sua existência estar consagrada na legislação da República já desde há muito tempo. Não é uma coisa de agora, é aliás uma competência que compete às autarquias e ao poder local desde há muito tempo e que tarda em se efetivar, é claro que não só na Região como também no continente, mas na Região esse processo tem sido demasiado moroso.

Aliás, quando na República se instituiu uma data, um ano, para a determinação daquela que seria a política de abate zero, em que não se assistiria a abate de animais de companhia em Centros de Recolha Oficial, o Partido Socialista em conjunto com a Representação Parlamentar do PCP, entendeu que esse prazo

deveria ser adiado na Região para 2022, isto porque, de acordo com o PCP e com o Partido Socialista,...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): O senhor sabe porquê!

O Orador: ... não estavam neste momento criadas as condições no terreno para que, de facto, se pudesse cumprir esse objetivo.

Dessa forma, entenderam prolongar esse período, esse prazo, para 2022.

Estamos em 2020, a dois anos, e aqui aproveito para perguntar ao Sr. Secretário Regional da Agricultura se neste momento as Câmaras Municipais de todas as Ilhas dos Açores estão em condições de, em 2022, cumprirem este objetivo porque parece-me que em grande parte delas, destas ilhas, não existem sequer Centros de Recolha Oficial?

Portanto, não havendo centros de recolha oficiais, penso que muito dificilmente se concretizar este objetivo em 2022.

Além do mais, convém sempre lembrar o legado de Alice Moderno. Neste momento, aquele que deveria ser um hospital para animais, e sobretudo animais de companhia, foi convertido num centro de recuperação de aves.

Não é que tenhamos nada contra isso, agora achamos é que o legado de Alice Moderno não está a ser cumprido na sua íntegra, até porque notícias que nos fizeram chegar, este sempre de recuperação de aves também tem algumas deficiências, senão bastantes deficiências no seu modo de funcionamento. Isso também deveria ser averiguado e colmatado.

Devo dizer-lhe, Sra. Deputada Renata, que essa é uma preocupação que não é exclusiva do Partido Socialista. Também tem sido uma preocupação do Bloco de Esquerda.

Julgo que tem sido também uma preocupação de todos os grupos e representações parlamentares, aqui, nesta Assembleia, apesar de uns considerarem o assunto mais prioritário ou menos prioritário, isso é verdade, mas mais uma vez saliento a importância e a relevância que deve ser dada a

muito cidadão e cidadã desta Região que se dedica à causa do bem-estar animal e que muitas vezes, no anseio de cumprir aquela que é a sua missão que muitas pessoas se dedicam de corpo e alma a esta matéria, acaba por encontrar obstáculos que não se deveriam colocar.

Consideramos que esse é um papel inestimável. Essas, sim, são atitudes que deverão ser louváveis e deverão ser um exemplo a ser seguido por todos nós.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa neste momento não tem inscrições. Não havendo mais inscrições... Sr. Secretário Regional da Agricultura faça favor.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de, neste momento, me congratular por a sua Sra. Deputada ter trazido a esta Assembleia este tema, que é um tema muito querido ao Governo e no qual o Governo (é verdade, é muito querido ao Governo) tem naturalmente colocado todo o empenho nesta matéria que tem a ver com a proteção e bem-estar animal, desde o Corvo a Santa Maria.

Devo dizer que nesta legislatura foram tomadas um conjunto de medidas e de iniciativas neste sentido. Recordo que lançámos, há um ano, um conjunto de iniciativas de promoção, de sensibilização, campanhas de sensibilização, *spots* televisivos para, no fundo, alertar para esta temática.

Desenvolvemos um conjunto de ações de fiscalização junto dos municípios, quer nos canis, quer nos CROs. A verdade é que ainda não atingimos aquilo que seria desejável, mas também é verdade que as opções de investimento, de adaptação dos canis para os CROs é uma opção legítima dos próprios municípios.

Aquilo que temos feito é no sentido do cumprimento da legislação. Temos fiscalizado.

Já levantámos autos de notícia, e estamos neste momento a instruir a processos de contraordenação pelo não cumprimento do Decreto Legislativo Regional 12/2016.

Reforçamos, ao longo desta legislatura, a dotação referente a esta ação. Como disse, a Sra. Deputada, e bem, passámos de uma dotação de 20 mil para 200 mil, multiplicámos por 10 as verbas que temos disponíveis para o desenvolvimento e para a implementação destas políticas. Aí claramente houve uma aposta muito forte no apoio às associações de proteção animal com a celebração de protocolos.

Em 2018, criámos a primeira linha de apoio para apoios a essas associações. Já este ano reforçámos em 20% os apoios máximos, alargámos os apoios públicos aos municípios que dispõem neste momento de centros de recolha oficiais...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o Provedor do Animal?

O Orador: ... de modo a haver uma aposta na esterilização. Entendemos que este é um dos caminhos que temos que, rapidamente na Região, ganhar terreno. Vamos ainda, neste ano, lançar mais um conjunto de iniciativas. Vamos dentro de pouco tempo disponibilizar uma base de dados para o registo de animais (o registo será gratuito), uma base de dados que será interligada com a base de dados a nível nacional. Vamos ainda neste primeiro trimestre realizar durante um fim-de-semana, na Ilha Terceira, a primeira feira de animais de companhia, que será mais um momento para sensibilizarmos a população para esta problemática.

Vamos ainda, também no decorrer deste ano, lançar uma linha, ou mail, SOS animal, que vai permitir que qualquer pessoa, de forma anónima permita denunciar maus tratos de animais, e vamos gerir, no fundo, essas denúncias com a Direção Regional da Agricultura, com os Serviços de Desenvolvimento Agrário e chamando sempre que necessitar as autoridades.

Isso para dizer que temos feito, da parte do Governo, aquilo que nos cabe, no sentido de atingirmos um objetivo que julgo que é transversal a todos, que é em 2022 atingirmos o abate zero na Região.

A verdade que é que apesar deste esforço que tem sido feito por todos, é preciso reconhecer que há indicadores que são importantes e que nos dão garantias que estamos no caminho certo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é a favor ou contra a eutanásia?

O Orador: A verdade é que nos últimos tempos, menos de um milhão de animais, menos de 1.250 deixaram de entrar nos canis. Portanto, é um indicador importante.

Registaram-se anualmente cerca de 3000 adoções. As eutanásias baixaram 60% num ano. Portanto, são indicadores que nos dão esperança que estamos no bom caminho, que é o caminho certo, e que importa naturalmente continuarmos a trabalhar em articulação com os médicos veterinários, com as associações de proteção dos animais, com os municípios, para continuarmos a fazer essa trajetória, que tem sido uma trajetória positiva e uma trajetória que nos deve orgulhado a todos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo pede a palavra para?

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sr. Presidente, faço a interpelação no sentido de saber se a Representação Parlamentar do PCP ainda tem tempo para intervir nesta declaração, porque achamos que é uma declaração muito bem trazida aqui, a debate, pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho. Achamos que é um assunto muito importante.

Queria saber se a Representação Parlamentar ainda dispõe de tempo para intervir.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Já percebemos a sua interpelação. Efetivamente a Representação Parlamentar do PCP já não tem para participar nesta declaração política.

A Mesa neste momento não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo mais inscrições tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho para encerrar a declaração política.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pois fizemos, de facto, esta declaração política com alegria e com orgulho do trabalho feito. Devemos ser, creio, o primeiro partido político a trazer, sob esta forma, este assunto a esta câmara. No entanto, é evidente que reconhecemos que tem havido algum consenso, talvez não tão amplo quanto se quis aqui deixar passar a mensagem, mas tem havido algum trabalho conjunto.

Também há que reconhecer que há alguns partidos... A esquerda parlamentar tem tido, digamos, uma intervenção mais acesa nesta matéria. Não posso obviamente branquear, digamos assim, esta situação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

A Oradora: No entanto é efetivo que quem tem concretizado de forma mais efetiva as recomendações e as medidas necessárias é o Partido Socialista, que se tem batido...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

Deputado António Almeida (PSD): Que fixação!

A Oradora: ... por este assunto, incansavelmente.

Quem ouve alguns trechos de passagens que intermediaram, digamos, a minha primeira intervenção e este fecho, fica um pouco com a impressão de que os Srs. Deputados não acompanham as notícias.

Ainda bem que a intervenção do Sr. Secretário foi esclarecedora quanto ao apoio que têm tido, quer as associações, quer os agora, também contemplados, Centros de Recolha Oficial.

Relativamente ao legado de Alice Moderno, eu também não resisto a fazer aqui algum comentário. Por um lado, há uma preocupação de que algumas ilhas não têm ainda Centros de Recolha Oficial, é uma preocupação que nos une, mas também temos que ter em atenção que haver uma resposta como o hospital público, que falou o Sr. Deputado Paulo Mendes, apenas em São Miguel, em detrimento com certeza de uma resposta mais arquipelágica que é aquela que nós acreditamos, também não seria, nesta fase do processo, nesta fase, digamos, do nosso desenvolvimento coletivo, talvez a melhor opção.

A nossa opção tem sido sempre por uma lógica, de facto, que abranja o maior número de pessoas, de associações, de ilhas, de territórios, para que as pessoas respostas cheguem ao maior número de açorianos que querem e devem cuidar bem dos seus animais.

Contactem as associações, meus senhores! É um desafio que vos deixo.

Contactem as associações, contactem os voluntários extremosos que também prestam às vezes um trabalho extraordinário sem estarem sequer muitas vezes ligados a associações. Contactem as pessoas que conhecem o terreno e percebam da inexecutabilidade daquela lei ser aplicada antes da data para a qual foi remetida no seu limite. A data limite é 2022.

Há autarquias que já estão em condições de aplicar a lei, antes desse tempo.

Aproveito, Sr. Deputado Paulo Mendes, para dizer que tenho a certeza absoluta, conheço bem a obra de Alice Moderno, de que ela se juntaria com alegria e orgulho a este caminho que tem sido feito nos Açores.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Está encerrada esta declaração política e atendendo ao nosso horário, vamos encerrar os nossos trabalhos. Regressamos às 15 com a Agenda. Muito obrigado. Até logo. Bom almoço.

Eram 12 horas e 53 minutos.

(Após o intervalo o Deputado Jorge Jorge ocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Boa tarde.

Peço às Sras. e aos Srs. Deputados que ocupem os vossos lugares para darmos reinício aos trabalhos.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Vamos então iniciar os nossos trabalhos. Chamo a atenção das Sras. e dos Srs. Deputados que vamos passar de imediato ao ponto 12, da nova Agenda que foi distribuída por todos, que decorre de um requerimento, que deu entrada na Mesa, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para **apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XI – “Cria o Comité de Bioética da Região Autónoma dos Açores”**.

Diz o artigo 81.º do nosso Regimento, que a apresentação de iniciativas tem prioridade na Agenda, e é esse o motivo pelo qual dou de imediato a palavra ao Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia para apresentar esta iniciativa.

Tem a palavra, Sr. Deputado. Dispõe de 10 minutos.

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fundamentação da proposta de criação de um Comité de Bioética da Região Autónoma dos Açores

As grandes evoluções tecnológicas e das ciências médicas que têm vindo a acontecer desde a segunda metade do século XX, levaram inevitavelmente a sentimentos contraditórios sobre as práticas clínicas possíveis, por vezes em confronto com os direitos humanos adquiridos e direitos determinados.

A Bioética emerge como área de reflexão neste domínio, tornando-se normativa até para as práticas clínicas baseadas em desenvolvimentos tecnológicos em que o progresso gerou a euforia de um poder aparentemente infinito, assim como para o início e o fim da vida biologicamente modificados pela ação do homem, do ambiente e das novas tecnologias.

Por outro lado, a investigação científica nas áreas da biologia, da medicina, nomeadamente no desenvolvimento do saber e de novas terapêuticas e tecnologias ao serviço da saúde, conjugadas com o indissociável respeito pelos humanos e todos os ecossistemas indispensáveis à sua sobrevivência, levam à defesa de um maior compromisso ético nas investigações, experimentação e aplicação destes progressos científicos quando dirigidos ao homem.

A nível nacional, o Decreto-Lei n.º 97/95, de 10 de maio, posteriormente revogado pelo Decreto-Lei n.º 80/2018, de 15 de outubro, estabeleceu a base legislativa para a criação das Comissões de Ética para a Saúde (CES) nas instituições públicas do Serviço Nacional de Saúde.

Acontece que a Região – não obstante ter competência para estabelecer um quadro legislativo próprio, uma vez que o Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores consagra, expressamente, que “Compete à Assembleia Legislativa legislar em matéria de política de saúde” [cf. n.º 1 do artigo 59.º] e, de forma específica, que isso abrange “O serviço regional de saúde, incluindo a sua organização, planeamento, financiamento e recursos

humanos” [cf. alínea a) do n.º 2 do artigo 59.º] – até à data não chamou a si esta responsabilidade, embora no HDES, Hospital do Divino Espírito Santo, se tenha de forma pioneira criado a primeira Comissão de Ética para a Saúde, pouco depois de o Dec. Lei n.º 97/95, de 10 de maio, o ter regulamentado em Portugal.

Posteriormente foram constituídas as Comissões de Ética para a Saúde do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira e do Hospital da Horta.

Mas os imperativos da progressiva complexidade da tomada de decisões e das propostas cada vez mais frequentes de projetos de investigação por parte dos técnicos de saúde e investigadores nas áreas da Biologia e biotecnologia aplicada sediados na RAA, nomeadamente nas Instituições públicas e privadas de Saúde, Universidade e outras Instituições onde tal possa ocorrer, levam à necessidade da criação de um Comité de Ética da RAA para apoio às CES e CEICs existentes e disponibilização de suporte consultivo, normativo e de emissão de pareceres específicos para projetos de investigação, mediação bioética e formação.

As exigências atuais decorrentes das transformações das relações médico-doente, distanciando-se do modelo paternalista clássico, assente agora no princípio da autonomia, como o respeito pela sua capacidade de decidir sobre o seu corpo e a sua própria vida; a necessidade de defender maior equidade na distribuição dos recursos disponíveis e do acesso a estes recursos; a necessidade dos profissionais de saúde procurarem o bem maior para o seu doente; assim como a dinâmica da investigação científica como área de estudo contínuo e de inovação de abordagens terapêuticas levadas a cabo nestas Instituições, levam ao reforço da necessidade de reacreditação das Comissões de Ética para a Saúde (CES) na Região Autónoma dos Açores (RAA) e à criação de um Comité de Bioética da Região Autónoma dos Açores, como entidade agregadora das CES e das CEICs da RAA já existentes; e de apoio a todas as Unidades de Saúde

Ilha ou outras Instituições, que pela sua dimensão e recursos humanos não tenha Comissão de Ética para a Saúde (CES) ou Comissão de Ética para Investigação Científica (CEIC), sendo o organismo de recurso, consultivo e de normatização das boas práticas em bioética, ética assistencial em cuidados de saúde, e as associadas à biomedicina, biotecnologias, ao mundo digital e à ética ecológica, quando estiver em causa a longo prazo a sobrevivência dos humanos.

Esta proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista de criação de um Comité de Bioética da RAA surge agora em contexto de aquisição de competências regionais nestas áreas do saber e no exercício das nossas competências legislativas que o desenvolvimento do nosso regime Autónimo permite e exige.

Obrigado.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Apresentado o diploma, dispõe o nosso Regimento que há um período reservado a pedidos de esclarecimentos. Para o efeito estão abertas as inscrições.

Pergunto às Sras. e aos Srs. Deputados se se querem inscrever para pedidos de esclarecimento?

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra para um pedido de esclarecido. Dispõe de três minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, felicitar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista por esta iniciativa, eu diria, importante iniciativa, que nos tempos que correm, são absolutamente fundamentais para uma ciência cada vez mais exigente, mais

evoluída e que implica com alguns valores da nossa sociedade, que às vezes quer mudar conceitos. Numa época em que já se fala de clonagem e de células embrionárias, que se pode fazer quase tudo, é bom que, de facto, sejamos previdentes nessa matéria e que tenhamos na Região Autónoma dos Açores uma Comissão de Bioética que possa debruçar-se e analisar esses casos.

É também um instrumento que vai permitir aos nossos investigadores, quer na área da medicina, que felizmente já temos alguns, quer na área da biologia, quer na área das ciências biomédicas, também terem um respaldo que lhes possa dar um parecer para prosseguirem ou não as suas investigações, quer na área de medicamento, quer na área até das ciências da vida, e por aí fora, infelizmente o nosso Estatuto, onde eu tive oportunidade de colaborar nesse grupo de Revisão do Estatuto, previu esta possibilidade de legislarmos nestas matérias de saúde, dá-se um passo em frente na consolidação, no aprofundamento da nossa matéria estatutária.

Presumo, Sr. Deputado Faria e Maia, que esta Comissão de Ética (eu não tive oportunidade de ler em profundidade a proposta), trabalhará integrada com as Comissões de Ética, assim chamadas, nos hospitais, e que também de algum modo, devido aos problemas que suponho, quer ao nível dos cuidados continuados, quer dos cuidados paliativos, quando se decide se se põe fim ou não a uma vida, quando decide se manda ou não para cuidados paliativos, também se deve impor cada vez mais a um nível de um centro de decisão mais baixo, que são por exemplo os Centros de Saúde e as Santas Casas da Misericórdia, que tem internamentos de cuidados paliativos ou vão ter. Portanto, julgo que essa Comissão de Ética será o chapéu de coordenará todas essas estruturas, em princípio, a nível regional.

Portanto, acabo como comecei, felicitando o Partido Socialista por esta iniciativa.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP) e Deputada Renata Correia Botelho

(PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para pedidos de esclarecimentos?

(Pausa)

Parecendo não haver mais pedidos, pergunto ao Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia se quer prestar algum esclarecimento ao pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Artur Lima?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo; Caro Sr. Deputado Artur Lima:

Muito obrigado pela sua apreciação sumária da ideia desta iniciativa.

É óbvio que esse Comité de Bioética funcionará, e tem que funcionar em interligação com as estruturas que já têm um passado e prática de análise e de emissão de pareceres, e também é evidente que existe uma grande lacuna em relação a toda a outra cobertura na área assistencial e que, de facto, esperamos, e bem, que este Comité dê o maior contributo possível, não só da mediação bioética, como é fundamental hoje em dia em todas as situações que têm a ver com tomadas de decisão, mas também naquilo que é a maior pujança que nós queremos imprimir e queremos ter cada vez mais na investigação científica na Região Autónoma dos Açores.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está assim apresentada a iniciativa que segue agora para a Comissão competente em razão da matéria, e encerrámos este ponto de trabalho.

Passamos, agora, sim, ao ponto n.º 6 da Agenda: **Projeto de Resolução n.º 151/XI – “Que o Governo Regional, através das entidades por ele tuteladas, assumas todas as responsabilidades logísticas e financeiras relacionadas com a construção, reparação e manutenção dos reservatórios agrícolas na ilha do Corvo”**.

Esta iniciativa foi apresentada pela Representação Parlamentar do PPM. Rege esta matéria o artigo 145.º do nosso Regimento. Os tempos são os que habitualmente utilizamos nesta figura regimental e para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa parte de um contexto que importa recordar aqui nesta câmara e esse contexto tem a ver com as dificuldades com que a lavoura da Ilha do Corvo foi confrontada há cerca de dois anos.

Há cerca de dois anos a Câmara Municipal autorizou que uma empresa que estava a construir, que estava a realizar uma obra de grande dimensão, que era o Porto da Casa, na Ilha do Corvo, pudesse captar enormes quantidades de água nestes reservatórios agrícolas.

Mais tarde, fez a mesma coisa em relação à lagoa artificial, assim que se esgotaram as reservas de todos os reservatórios agrícolas disponíveis para a agricultura na Ilha do Corvo.

O Presidente da Câmara fez isto ao abrigo de um acordo de cavalheiros, fez esta cedência.

Isto foi um ato de enorme irresponsabilidade, para não dizer de evidente ilegalidade.

O Governo Regional, neste contexto, nada fez.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: Referenciou que existia um protocolo que atribuía essa responsabilidade integralmente à Câmara Municipal do Corvo.

Acontece que eu, através de requerimento, solicitei, na altura, que o Governo me desse cópia, me fizesse chegar cópia, e fizesse chegar cópia a este Parlamento, desse protocolo.

A resposta que chegou no dia 2 de setembro de 2019 foi esta:

“Não existem protocolos entre o Governo e o município do Corvo sobre a matéria em causa”, ou seja, a respeito da manutenção, construção de reservatórios agrícolas na Ilha do Corvo.

Ou seja, o tal protocolo de que o Governo falada não existe, ou não existia na data da resposta e foi o próprio Governo Regional que deu esta resposta.

Também pedi para saber até que ponto é que o Governo, confrontado com uma notícia pública em que faltava água quer aos agricultores, quer depois mais tarde até com cortes de água à população, mais tarde, que foram decididos a 9 de novembro de 2018, em que (imagine-se!) pedia-se bom senso à população para a utilização da água, depois de se ter dado toda aquela água, enormíssimas quantidades e água, à empresa em questão através de um acordo de cavalheiros. Estabeleceram-se cortes para a população, até tendo em conta que foram utilizadas as reservas agrícolas, que é o que nos interessa aqui, que é aquilo que está dentro das nossas competências, essas já tinham sido praticamente esgotadas.

Pedi cópia de todos os ofícios trocados entre a Câmara Municipal e o Governo. Eu pensei, perante a crise que estávamos a enfrentar, que o Governo tinha prestado o seu auxílio, ou que a Câmara Municipal, perante a situação em que se encontrava, também tinha solicitado esse auxílio e a sua colaboração.

Pedi “protocolos, cópia de todos os ofícios e correspondência diversa trocada entre o Governo Regional ou entidades por ele tuteladas e Câmara Municipal do

Corvo, no período compreendido entre 2014 e junho de 2019, a respeito da questão do abastecimento de água à agricultura da Ilha do Corvo.”

Sabem quantos ofícios, entre 2014 e junho de 2019, foram trocados entre o Governo Regional e a Câmara Municipal do Corvo? Zero!

Não foi trocada nenhuma correspondência, não foi trocado nenhum ofício, entre a Câmara Municipal e o Governo, quando os agricultores estavam confrontados com a situação, uma situação de absoluto desespero em relação à água que dispunham para a atividade agrícola e nomeadamente para o gado.

Depois, importa aqui realçar que o Governo, mais tarde, em outubro de 2018, através de uma comunicação no final de uma visita estatutária que realizou à Ilha do Corvo, se comprometia no seguinte:

“Dar orientações à IROA para a requalificação e ampliação das redes de abastecimento da água da Ilha do Corvo, em parceria com o município da ilha, com a construção de um novo reservatório para o abastecimento da água aos agricultores na zona Entrecancelas.

Este investimento insere-se na estratégia do Governo de garantir acesso à água de forma fácil...”, continua assim.

Não só não foram reparados os reservatórios, como também não foi construído o reservatório que é referenciado aqui no comunicado do Conselho de Governo que já fiz referência de 4 de outubro de 2018.

Passado todo este tempo, estamos em 2020, nada foi feito a este nível.

Tenho aqui um levantamento em que se faz referência ao estado em que se encontra os reservatórios agrícolas na Ilha do Corvo. Temos o reservatório Manuel Verde que está bom, o do Outeiro da Roça que estava estragado, o do Quarteiro também, o do Forno Velho também, o do Lomba do Galvão também.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ninguém está a ouvir-te!

O Orador: Não interessa. Eu estou a dizer a verdade. Quem quiser ouvir ouve, quem não quiser ouvir não ouve.

Entretanto, tenho a notícia de que o Outeiro da Roça, que está a necessitar de intervenção há quase dois anos, hoje está a ter uma intervenção, não sei se com sucesso ou não, mas dois anos depois, este Outeiro da Roça está a ter uma intervenção por parte da Câmara Municipal.

Há aqui mais um dado que ainda interessa colocar antes da síntese, que é o investimento do IROA no abastecimento de água.

Em 2016, Sr. Secretário, sabe quanto é que foi no Corvo? Zero euros!

Por exemplo, nas Flores, foi 20 mil euros; no Pico foi 74 mil; em Santa Maria foi 85 mil; em São Miguel foi 470 mil; na Terceira 523 mil; no Corvo zero!

Em 2017, sabe qual foi o investimento que foi feito no Corvo? Zero!

Mas foi feito 6 mil euros em Santa Maria; em São Miguel 370 mil; 92 mil na Graciosa; 52 mil no Pico.

Em 2018, sabe qual foi o investimento que foi feito no Corvo em relação aos reservatórios de água? Zero!

Ou seja, o Governo não teve nenhuma ação nesta matéria ao longo de todos estes anos, e os agricultores foram confrontados com uma situação deste tipo.

É por isso que eu apresento esta iniciativa, porque é evidente que as coisas não estão a funcionar, que há uma enorme incompetência da atual Câmara Municipal, e é evidente também que o Governo não pode desresponsabilizar-se, desde logo, porque o tal protocolo nem sequer existia, foi feita agora, posteriormente, a análise de toda esta documentação, mas não pode de forma nenhuma o Governo Regional desresponsabilizar-se por aquilo que sucede na Ilha do Corvo. Então faz a manutenção, faz a construção, responsabiliza-se com os reservatórios agrícolas em todas as outras ilhas, menos na Ilha do Corvo?

Bom, ainda se tivesse tudo excelente, ainda se compreendia, há uma excelência na gestão de tudo isso, mas não! Passámos por dificuldades que nenhuma outra ilha passou e temos umas infraestruturas com um nível de destruição e de degradação que não existe em nenhuma outra ilha, e por isso nada justifica que

o Governo se desresponsabilize em relação a esta matéria. É por isso que eu faço a proposta aqui, que o Governo assuma as suas responsabilidades nesta área.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem várias inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por dizer que nós tivemos a oportunidade de observar *in loco* o estado de degradação a que chegaram a alguns destes reservatórios, numa visita que fizemos recentemente à Ilha do Corvo, e na altura até tivemos oportunidade e nos manifestar publicamente sobre esta questão.

Na realidade, alguns destes reservatórios chegaram a um estado de degradação elevadíssimo e parecem ter sido deixados ao abandono.

Eu tenho aqui um registo topográfico.

(Neste momento o Sr. Deputado mostra uma foto à câmara)

Quando o Sr. Secretário diz que, enfim, não há um estado deplorável dos reservatórios na Ilha do Corvo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Silveira!

O Orador: ... se isto não um estado deplorável, Sr. Secretário, eu não sei o que é que é a palavra deplorável para si?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É não ter nada!

O Orador: De facto, o Sr. Deputado Paulo Estêvão já referiu este aspeto: há uma grande coincidência que é este reservatório estar neste estado há dois anos,

e hoje, precisamente hoje, no dia da apresentação e discussão deste diploma, o reservatório está a sofrer uma intervenção.

Há já aqui um histórico destas coincidências que são tão incríveis que quase que é difícil de acreditar. Por exemplo, quando o CDS propôs que se repavimentasse o acesso à Lagoa do Negro, chegámos lá, no dia que a Comissão foi fazer a visita, os serviços estavam a tapar os buracos na estrada. Quando PSD propôs que se aplicasse a pintura termoplástica na estrada regional da Ilha Terceira, a Comissão foi lá, estava por fazer no dia da discussão, já estava meia obra feita, e agora no dia da discussão deste diploma há uma intervenção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Proativa!

O Orador: Efetivamente se nós formos apresentando as propostas, e V. Exas. forem cumprindo, não é mau, ficamos todos a ganhar, os açorianos saem a ganhar.

Se nós formos apresentando as propostas e V. Exas. forem cumprindo, já vão ganhando os açorianos, já não é mau.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Para dizer que o CDS, obviamente, compreende as razões apresentadas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão para apresentação deste Projeto de Resolução, porque no entender do CDS a competência para a gestão da água de abastecimento à lavoura é em primeiríssima instância da responsabilidade do Governo Regional.

Depois, se há a celebração de protocolos, se há a delegação de competências para a gestão da água, isso é outra questão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mas até parece não ser o caso, porque à data da apresentação desta iniciativa não havia qualquer protocolo de delegação de competências redigido

a escrito por parte do Governo Regional e na data em que este diploma foi discutido em Comissão também não havia qualquer protocolo.

Ele deu entrada em julho de 2019, o Sr. Secretário é ouvido em Comissão em setembro e o protocolo é redigido a escrito em outubro. Veja-se que grandíssima coincidência.

O que é certo é que nunca tinha havido ainda um protocolo e não nos parece que seja razoável que o Governo Regional aja, em matérias desta importância, de um modo caseirinho, com acordos de cavalheiros, com acordo verbais, muito menos numa área ligada ao principal pilar da economia dos Açores, que é a agricultura.

Depois, esse tipo de acordo depois leva também a que não seja possível assacar responsabilidades quando isso é necessário, como é o caso agora.

Portanto, é necessário que nós conseguimos que sejam esclarecidos alguns aspetos, desde logo, clarificadas as competências sobre a gestão da água, e isto porquê?

Em Comissão, o Sr. Secretário começa por dizer que a Câmara Municipal é quem tem construído os reservatórios e quem faz a manutenção às suas custas, com recursos próprios, mas depois diz que também a IROA sempre colaborou.

Colaborou como? Em quê? E com base fundamentalmente em que protocolo? Esta é a pergunta.

Depois, Sr. Secretário, o senhor diz, e cito:

“A Secretaria tem competências de abastecimento de água para a agricultura, através da IROA, existindo particulares de ilha para ilha, envolvendo a IROA, os municípios, as freguesias e também algumas associações na gestão da rede de água.”.

Diz ainda que “no Corvo, sempre foi o município o a gerir a rede de abastecimento de água, ainda que a IROA colabore na construção dos reservatórios”.

Sr. Secretário, quem é que constrói os reservatórios e quem é que tem a capacidade de os manter? É esta a questão.

O senhor primeiro diz que são construídos pela câmara, depois diz que são construídos pelo IROA, depois diz que está em marcha a construção de um novo reservatório na zona Entrecancelas pela IROA. Portanto, é preciso saber em que é que nós ficamos.

No entender do CDS, para que os reservatórios de água da Ilha do Corvo tenham chegado a este estado alguém foi incompetente no exercício das suas competências. Resta saber se foi a Câmara, o IROA ou eventualmente ambas.

Portanto, se o Governo Regional até ao momento ainda não exerceu as suas competências como deve ser, então que o faça urgentemente a partir de agora.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma Secretaria da Agricultura legitimamente preocupada com as alterações climáticas, e que criou uma comissão de acompanhamento para o efeito, também tem que olhar para as infraestruturas de ordenamento agrário nessa perspetiva ambiental.

Na verdade, caminhos sem manutenção resultam em consumos excessivos de energia combustível, eletrificação agrícola sem recurso a energias renováveis e redes de abastecimento de água sem manutenção, com dispersão de equipamentos e perdas de água são, também, um contributo negativo na preservação de recursos públicos e ambientais.

A situação do abastecimento de água agrícola no Corvo é apenas mais um exemplo que deve servir para clarificar competências do Governo, critérios para o estabelecimento de contratos com outras entidades e

assegurar principalmente a fiscalização dessas infraestruturas de ordenamento agrário para garantir a sua função.

Assistimos a vários anúncios públicos do Secretário da Agricultura para a mesma infraestrutura:

- No despacho de autorização da obra
- No visto do Tribunal de Contas
- Na abertura do concurso
- Na adjudicação do investimento
- No início da obra
- Nas visitas durante a execução da obra
- Na inauguração da obra.

Vai-se criando a ideia de muitas obras, mas depois deparamos com situações como esta do Corvo, de eventual simples resolução, ou como o reservatório, que há pouco tive conhecimento, na Criação Velha, no Pico, sem manutenção e sem responsáveis.

Como disse o Secretário da Agricultura em Comissão, “a IROA não tem fontes de abastecimento de água no Corvo mas sim a autarquia”...” pelo que a responsabilidade da gestão da rede de água é da autarquia.”

De forma semelhante o Secretário da Agricultura disse, na passada semana, nos Arrifes, “...que a manutenção de caminhos que servem o setor agrícola não é uma tarefa da IROA e da Direção Regional dos Recursos Florestais”.

O abastecimento de água agrícola dever ter um quadro normativo que garanta com transparência as responsabilidades no investimento, na manutenção e na gestão das redes de abastecimento nomeadamente as competências do governo regional e das autarquias locais ou de outras entidades.

O exemplo do Corvo, pela sua reduzida dimensão, não desresponsabiliza o Governo no âmbito das suas competências agrícolas e deve traduzir-se no mesmo tipo de tratamento das restantes ilhas.

Não pode ficar a ideia, como já foi dito publicamente, que em alguns casos a responsabilidade deve ser das autarquias pela sua intervenção na captação de nascentes e no interesse que têm no abastecimento de água doméstico e industrial.

A Secretaria Regional da Agricultura e Florestas tem acesso a fundos da União Europeia para realizar estes investimentos agrícolas e tem essa obrigação setorial.

No caso da contratação junto das autarquias locais ou mesmo das organizações de agricultores para intervirem no âmbito do abastecimento de água agrícola, devem ser transparentes as condições para que essa prestação de serviços aconteça quer no âmbito dos apoios financeiros quer na afetação de recursos humanos e materiais, mas também na fiscalização, pois essas estruturas de interesse público mantêm-se sob a tutela do Governo.

Em sede de Comissão de Economia ficou evidente que o entendimento entre a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas e o Município do Corvo não decorreu de um contrato escrito, mas sim da prática histórica assumida pela Câmara Municipal em assegurar esse abastecimento e de compromissos verbais.

Por fim, o Secretário da Agricultura mostrou disponibilidade para informar a Comissão de Economia sobre os investimentos agrícolas em caminhos, abastecimento de água e eletrificação que vão ser realizados em 2020 em cada uma das nossas ilhas. Com essa informação já saberíamos certamente que investimentos estariam previstos para o Corvo e hoje obviávamos uma quantidade de dúvidas que aqui colocamos.

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Desde que existe concelho e Autarquia na Ilha no Corvo que a gestão de água na ilha, quer a do consumo humano, que a dos reservatórios agrícolas tem sido assegurado pelos diferentes executivos camarários, ao longo dos tempos.

Independentemente da cor política da autarquia, independentemente da cor política do Governo Regional que na altura se encontrava em exercício, aliás, já aconteceu pelo menos uma vez, que a autarquia era de um partido político e o Governo Regional de outro, e não foi por isso que existiu falta de colaboração, de parceria e de entendimento para que essa gestão deixasse de garantir o serviço de fornecimento de água aos corvinos.

Essa gestão de colaboração do IROA com a autarquia sempre funcionou.

Reconhece, de facto, que houve um problema de escassez de água no ano de 2018. Esse assunto já foi amplamente discutido nesta Casa, não iremos estar a insistir e a falar no mesmo.

Realço aqui também que não é só na Ilha do Corvo que existe esse tipo de parceria. Em algumas ilhas, e principalmente no que diz respeito aos reservatórios agrícolas, existem parcerias entre o IROA e outros municípios, freguesias e até com a Associações Agrícolas.

No que diz respeito aos reservatórios agrícolas, reconhecemos que o do Outeiro da Roça se encontra de facto em mau estado, mas também é necessário perceber que este reservatório já foi alvo de uma intervenção e nos dias seguintes à colocação da balsa do reservatório alguém foi lá e furou criminosamente a balsa, obrigando a que fosse encomendada uma nova balsa.

A Câmara Municipal do Corvo denunciou o incidente à GNR e, neste momento, o Sr. Deputado sabe mais do que eu, porque eu não sabia que o reservatório estava a ser intervencionado, mas tenho conhecimento que já se encontrava no Corvo o material para que isso fosse efetuado.

No que diz respeito ao reservatório agrícola anunciado em comunicado do Governo de Ilha do Corvo, de Entrecancelas, por aquilo que eu tenho conhecimento, mas o Sr. Secretário há de com certeza dar essa informação, é que se encontra em fase de adjudicação ou já está adjudicado, mas o Sr. Secretário há de pronunciar-se sobre isso.

Muito obrigado.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa neste momento não tem mais inscrições. Continuam abertas as inscrições.

Sr. Secretário Regional da Agricultura tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria, sobre essas intervenções que aqui foram feitas em relação a essa matéria, de esclarecer esta câmara em relação àquilo que foi dito aqui.

Em primeiro lugar, e na situação particular da Ilha do Corvo, é preciso perceber, como disse o Sr. Deputado Iasalde, e bem, a gestão da rede, a construção da rede, sempre foi da responsabilidade dos municípios.

Ou seja, a IROA não dispõe, na Ilha do Corvo de fontes de abastecimento de água e aquilo que foi feito ao longo do tempo foram apoios pontuais na realização de investimentos, no caso concreto dois reservatórios, para o reforço de abastecimento de água à Ilha do Corvo.

Ou seja, sempre foi o município do Corvo que geriu as suas infraestruturas, porque era ele que dispunha dos meios técnicos e meios humanos e tinha a

competência para gerir o abastecimento de água, seja o abastecimento de água à população, seja o abastecimento de água à agricultura. Sempre assim foi.

Na verdade, quando se quer atribuir a responsabilidade daquilo que aconteceu, a responsabilidade em relação à situação dos reservatórios, ao Governo, o Governo não aceita essa responsabilidade, porque de facto não tem responsabilidade na Ilha do Corvo.

Agora é uma situação diferente, que é a nossa disponibilidade, a que tivemos no passado e temos no presente. Aquando da visita estatutária, em 2018, o Governo anunciou a construção de um reservatório para o reforço de abastecimento de água à lavoura dos agricultores da Ilha do Corvo. É um exemplo deste tipo de cooperação e de atenção que o Governo Regional tem para com o abastecimento de água em toda a Região.

Agora, o Governo, e neste caso a IROA, não tem qualquer competência na gestão da manutenção das Redes. Esta é uma gestão que é da Câmara Municipal do Corvo. Que este assunto fique claro e arrumado aqui e agora.

Outra questão que me parece importante é dizer que nunca houve rotura no abastecimento de água à agricultura na Ilha do Corvo face àqueles acontecimentos que o Sr. Deputado aqui relatou.

Na verdade, foi uma situação complexa, uma situação complicada, mas a Câmara Municipal conseguiu dar resposta a ela e a situação foi ultrapassada.

Não houve rotura de abastecimento e o senhor sabe isso perfeitamente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem é que acredita nisso? Eu já lhe respondo.

O Orador: Não houve rotura de abastecimento, nem naquele verão, nem há registos históricos de falta de abastecimento de água à agricultura ao longo do tempo.

Por isso, Sr. Deputado, é preciso que isso fique esclarecido.

Dizer também que o Governo não se pode responsabilizar numa matéria na qual não tem responsabilidade, porque o Governo ou a IROA não podem chegar (há umas infraestruturas que não são suas, que são geridas pelo município e isso poderia acontecer na situação do Corvo como acontecia em qualquer município), entrar dentro do município e dizer: não, agora a manutenção desta rede passou para o Governo, agora é nossa!

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): A culpa é da câmara!

O Orador: Não! Nós temos que respeitar a autonomia do poder local. É uma responsabilidade das autarquias.

Outro aspeto que é preciso clarificar: o fornecimento do abastecimento de água à lavoura não é só uma competência exclusiva do Governo Regional dos Açores através do IROA.

Na verdade, o que existe, são situações partilhadas. Há zonas onde o abastecimento é feito exclusivamente pelo IROA, há outras zonas que o abastecimento é feito através dos municípios, através das autarquias, através das suas próprias redes.

Por isso é preciso algum cuidado na análise que se faz, Sr. Deputado António Almeida e na tentativa de confusão que tentou criar aqui em relação ao abastecimento de água.

O mesmo se passa em relação aos caminhos. Quando vamos para a rede de caminhos que servem a agricultura, há caminhos que estão integrados nos perímetros de ordenamento agrário, há caminhos que estão fora dos perímetros de ordenamento agrário, há caminhos que são municipais, há caminhos que são da responsabilidade dos recursos florestais.

Portanto, aquilo que eu disse nos Arrifes é verdade. A manutenção dos caminhos que servem a agricultura, que servem os agricultores, não referi que eram caminhos agrícolas, que é uma coisa completamente diferente, que indicia, são da responsabilidade da agricultura, não é uma responsabilidade

exclusiva do Governo Regional, através da IROA e da Direção dos Recursos Florestais. Foi isso que afirmei nos Arrifes. É verdade, e isso corresponde à verdade.

Agora, a verdade também é que há municípios que se chegam mais à frente, há outros que se encolhem, e nós tentamos, dentro daqueles que são os meios que a agricultura tem, dar respostas a todas essas situações, independentemente de ser um caminho que está integrado na nossa rede, de ser um caminho que seja municipal, de ser um caminho sem dono. Nós trabalhamos todos os dias para resolver os problemas dos agricultores e os agricultores não querem saber se o caminho é de A, B ou C.

Portanto, é esse esforço que temos feito. Naturalmente, se os meios fossem ilimitados, poderíamos responder a todas essas situações.

Também deixar aqui uma nota ao Sr. Deputado Alonso Miguel, que gosta muito de brincar e fazer aqui uns trocadilhos.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Brincar, não! Isto é muito sério!

O Orador: O Governo Regional não é detentor da rede de abastecimento de água na Ilha do Corvo. Como tal, o Governo não pode estar a fazer trabalhos de manutenção da rede.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): O senhor diz que fazem!

O Orador: É verdade. Sr. Deputado, o senhor veio referir-se à coincidência do caminho da Terceira no dia que foram fazer a visita.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): São coincidências!

O Orador: Sim, são coincidências. Mas que fique claro que a obra que está a decorrer neste momento na Ilha do Corvo é da responsabilidade do município, não é da responsabilidade do Governo.

Já que falou em caminho, Sr. Deputado, o caminho está pronto para ser inaugurado e para servir os agricultores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Secretário já está há tempo suficiente no Governo para não acreditar em coincidências!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a este Projeto de Resolução apresentado pelo PPM a Representação Parlamentar do PCP concorda e acredita que é verdade o que o Sr. Deputado Paulo Estêvão está aqui a trazer em relação à Ilha do Corvo.

As dificuldades são inúmeras em várias ilhas dos Açores, em relação ao abastecimento de água.

Aliás, há bem pouco tempo, há sensivelmente dois anos, o IROA foi à Ilha das Flores também por causa dos reservatórios e do abastecimento de água à lavoura. Por lá passaram, por lá fizeram muitas promessas, mas o que é certo é que até hoje nada está resolvido, ou seja, no prazo de dois anos, o IROA foi mais precisamente, e trago um caso concreto a esta câmara, à freguesia dos Cedros, nas Flores, propor, em contrato com a Junta de Dreguesia, para arranjar os abastecimentos e os reservatórios de água na freguesia dos Cedros, nas Flores, para o abastecimento à lavoura.

O que é certo é que volvidos dois anos, nada, mas nada, foi feito e eu afirmo aqui nesta Casa, por incompetência não das Juntas de Freguesia (não da Junta de Freguesia!), mas por incompetência de alguém que foi lá prometer que iria ser feito e que até hoje não foi feito.

Portanto, pergunto eu ao Sr. Secretário: Sr. Secretário, esta situação, por exemplo, da Ilha das Flores, ou como o Deputado Paulo Estêvão traz neste projeto, da Ilha do Corvo, está em andamento ou não está em andamento? Quando é para ser feito? Quando é que pretende resolver a situação dos agricultores nestas freguesias?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há aqui uma série de equívocos que é importante referenciar.

Sr. Secretário, eu pedi-lhe, através de requerimento, qual foi a intervenção de V. Exa. quando a lavoura do Corvo ficou sem água? Apenas ficou com o local acessível quer à Cova Vermelha, quer ao local que era utilizado por veículos de todo o terreno. O único local. E isso não aconteceu por causa da seca, como todos os habitantes do Corvo podem testemunhar.

Aconteceu, porque através de um acordo de cavalheiros a água foi transportada por uma empresa que estava a realizar uma obra pública e foi autorizada a transportar gratuitamente deixando os agricultores sem água.

V. Exa. lava as mãos? Não tem nada a ver com isso?

É que eu ainda pensei que o Sr. Secretário tivesse enviado um ofício, um pedido de informação, uma vez que tem responsabilidades nessa matéria. Tem nas outras ilhas, também tem no Corvo.

V. Exa. não enviou, não se tentou informar sobre nada, não tem nenhum registo escrito sobre esta matéria. Na minha perspetiva não é assim que se governa uma Região. Não é assim que se governa uma Região!

Eu, se fosse titular dessa pasta, e se fosse confrontado inclusivamente com debates parlamentares, tentava informar-me e agir sobre o assunto na defesa dos agricultores dos Açores, neste caso dos agricultores do Corvo, e V. Exa. não o fez. Essa responsabilidade, Sr. Secretário, é sua.

Inclusivamente falou de um protocolo (está gravado nas sessões), que se veio a provar que não existia, Sr. Secretário. Faltou à verdade, V. Exa, aqui, nesta matéria.

Faltou à verdade! Disse que existia um protocolo que não existe, Sr. Secretário e isso não é dizer a verdade.

Agora, existe um protocolo oral. O que é isto, Sr. Secretário?

O que é isto? Um protocolo oral?

É do bom senso, é do protocolo.

Então quais são as suas obrigações? Quais são as obrigações da Câmara? Ele existe ou não existe? Existe quando dá jeito? Quando não dá jeito já não existe. Isto é de um amadorismo atroz e é absolutamente inaceitável. A nossa Região não pode ser governada assim.

Mas veja: V. Exa., no comunicado do Conselho de Governo, diz o seguinte:

“Dar orientações à IROA para a requalificação e ampliação das redes de abastecimento de água da Ilha do Corvo, em parceria com o município da ilha”.

Disse isto em outubro de 2018. Estamos em janeiro de 2020 e em relação aos reservatórios agrícolas continuamos na situação em que estávamos.

V. Exa. quando dá orientações espera que elas se cumpram quando? Dali a seis meses? Um ano? Dois anos?

Quando dá uma orientação espera que ela se cumpra ou não se cumpra?

Se ela não se está a cumprir, não se tenta informar em relação à sua execução ou não?

Depois, um pequeno problema, uma pequena questão levantada aqui pelo Sr. Deputado Iasalde Nunes. Disse que foi amplamente discutido. Pois foi!... Mas V. Exa. nunca assumiu as responsabilidades de Governo Regional e da Câmara Municipal nesta matéria.

V. Exa. nunca assumiu e nunca disse, por exemplo, que eu esperava que V. Exa. dissesse, que aquilo que estava a suceder no Corvo, com a cedência de água àquela empresa dos reservatórios agrícolas que era errado, Sr. Secretário.

O Sr. Deputado tinha a obrigação de dizer isso, que era algo, que era uma situação errada e ilegal, e V. Exa. nunca o disse, nunca assumiu nenhuma responsabilidade a esse nível.

Eu esperava que V. Exa. o tivesse feito.

Mais!... Que tivesse escrito ao Governo, que é da sua responsabilidade, o mau estado em que se encontram os reservatórios agrícolas.

Agora, passado dois anos é que o Outeiro da Roça, hoje...

Também há aqui uma coisa curiosa. Como todos sabem, há 41 dias que o navio não passa para a Ilha do Corvo.

O material não deve ter chegado hoje, já estava pelo menos há 41 dias, na pior das hipóteses e é exatamente hoje que se está a fazer a reparação.

Como é que chegou? De submarino? Como é que o material chegou? Ou já lá estava antes? Ou já lá estava a alguns dias?

É que na nossa situação é fácil de ver o ridículo dessa situação e a incompetência brutal desta situação.

Como é que se leva dois anos (dois anos!) para reparar um simples reservatório?

É que se não se faz isso, não se consegue fazer nada. E o que V. Ex. devia ter dito aqui era que essa é uma situação inqualificável e devia estar aqui era preocupado em defender os interesses dos agricultores do Corvo, porque esse é também o meu interesse.

Por isso, Sr. Secretário, não vale a pena desresponsabilizar-se.

V. Exa. tem responsabilidades no conjunto da Região e a Região não acaba no Corvo.

O Corvo faz parte da Região Autónoma dos Açores, está no Estatuto Político-Administrativo que integra a nossa Região, o território da nossa Região.

Ali não é o Faroeste. Ali também o Governo tem as suas responsabilidades. Já vimos que não investe, mas investe noutros locais. Eu pergunto porquê? Por

que é que investe nas outras ilhas investimentos muito vultuosos, e no Corvo, em que os reservatórios precisam de reparação, não investe?

Consegue-me explicar por que é que no Corvo não faz o que faz nas restantes ilhas? Quer explicar-me isso?

São essas questões que lhe quero colocar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, em relação a eu estar a brincar com as coincidências... Bom, quem parece estar a brincar é o senhor!

Então o senhor diz que não tem responsabilidades na matéria e depois assina um protocolo? Está a assinalar o protocolo para quê? Explique para que é que quer um protocolo se não tem competências na matéria?

Em relação às coincidências, enfim, eu levantei um conjunto de coincidências. São isso mesmo, são acontecimentos que coincidem, Sr. Secretário.

Se há relação entre eles, eu não sei.

Curiosamente as coincidências acontecem quase sempre na sua Secretaria.

Queria apenas colocar-lhe uma questão muito direta, muito simples, com uma resposta também muito simples.

Posso concluir que o estado lastimável a que chegaram estes reservatórios é da responsabilidade exclusivamente da Câmara Municipal do Corvo?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Do debate desta iniciativa e das audições que se realizaram na comissão competente, ficou claro que existe um problema com os reservatórios de água de abastecimento à lavoura na Ilha do Corvo. Isso, julgo eu, que é inegável, um problema que leva a que obviamente sejam necessárias manutenções urgentes nesses reservatórios.

É óbvio também, e foi amplamente noticiado e debatido aqui, que, por outros motivos, houve também uma situação de escassez de água, embora isso seja uma situação paralela a esta.

É óbvio também que existiu uma certa informalidade na cooperação entre o Governo e a autarquia, uma informalidade que, como se vê, não dá bons resultados, porque as responsabilidades de cada entidade devem estar bem definidas, definidas obviamente por escrito, e tanto é assim que afinal passou a existir um protocolo entre o IROA, neste caso (julgo eu) e a Câmara Municipal do Corvo para que estas intervenções possam ser realizadas.

Parece-me que aqui o mais importante, para além de todas as questões associadas que este debate levanta, é que estas intervenções sejam levadas a cabo o mais rapidamente possível. Se já estão a ser, ainda bem, é caso para dizer que se o agendamento tivesse sido mais cedo, talvez já estivesse em andamento mais cedo, e obviamente tendo em conta este contexto e tendo em conta que já existe o tal protocolo, é óbvio que acompanhamos a iniciativa do PPM e votaremos favoravelmente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só duas notas prévias em relação àquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão acabou de referir na sua intervenção.

Em relação às ilegalidades que o senhor se referiu e que o senhor refere, eu não tenho por costume vir a esta Casa acusar quem quer que seja, e sistematicamente, de ilegalidades.

Eu acho que existem sítios próprios. Eu até acho que é ilegal acusar alguém de ilegalidade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é de certeza! Não sabia que não havia água?

O Orador: Em relação à defesa dos agricultores, já estou habituado ao Sr. Deputado ser o defensor dos agricultores, dos pescadores, dos corvinos e de toda a gente. De ser só o Sr. Deputado a defender os corvinos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nada disso!

O Orador: Já estou habituado a esse tipo de coisas.

Em relação ao Projeto que temos aqui, em relação à cooperação, colaboração e às parcerias e interajuda entre a autarquia do Corvo com o Governo Regional, eu gostaria só de referir que esta situação não acontece só em relação aos reservatórios agrícolas.

Sabemos que numa ilha como no Corvo, a Câmara Municipal do Corvo exerce um papel de proximidade e ajuda aos munícipes e presta apoio em variadíssimas áreas. Podemos falar do desporto, por exemplo, falemos até na própria padaria, num dos dois restaurantes do Corvo que são pertença da Câmara Municipal do Corvo (isso não é muito habitual nas outras ilhas). É certo que estão concessionados, mas toda a manutenção é feita pela Câmara Municipal, e ainda bem, porque se isso não acontecesse, se não houvesse esses incentivos, poderiam até não haver interessados na sua exploração.

Por isso, em relação aos reservatórios, como em muitas outras coisas, existe uma cooperação e interajuda entre as várias entidades.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: E é bom que continue assim!

Penso que o que menos os corvinos poderiam querer é que cada uma das entidades se dedicasse exclusivamente àquilo que é responsável, descorando deste modo as necessidades e o interesse dos corvinos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Neste momento a Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não, não é ilegal (não, não é ilegal!) acusar alguém de cometer ilegalidades.

Era só o que faltava.

Deputado João Vasco Costa (PS): Tem é que provar!

O Orador: É ilegal na China, na Coreia do Norte e noutra género de ditaduras.

Agora quem o faz assume as suas responsabilidades.

V. Exa. sabe perfeitamente que a água cedida gratuitamente, através de um acordo de cavalheiros, à empresa em questão. Eu sei que V. Exa. sabe.

Já estamos aqui como naquele congresso do CDS: eu sei que V. Exa. sabe que eu sei.

V. Exa. sabe!

Deputado José Ávila (PS): Não é bem assim!

O Orador: Não é bem assim. É mais complicado do que isso, mas o adiantado da hora não me permite. Mas era mais ou menos assim.

Portanto, V. Exa. sabe perfeitamente disso.

Diga-me uma coisa: então os agricultores estavam com falta de água nos reservatórios. O Presidente da Câmara autoriza e cede, para uma obra pública, água que era reservada para a agricultura e para o gado.

Acha isso correto? Acha isso correto, Sr. Deputado? Acha que isso é correto?

Eu não acho e V. Exa. com certeza que não acha. A diferença entre nós é que eu denunciei essa situação e tentei resolvê-la e V. Exa. não o fez, pelo menos publicamente.

O que lhe quero dizer também é outra coisa em relação a esta matéria.

Diz V. Exa. que há a intervenção de várias entidades. Mas V. Exa. não estuda os relatórios do IROA, como eu? Tenho a certeza que estuda. A pior coisa que se pode dizer a um deputado é que não estudou.

Eu não sei se V. Exa. estudou ou não estudou, parto do princípio que estudou, porque nunca disse a ninguém que não leram o relatório.

Eu não vou dizer nunca!

Agora, se V. Exa. leu, e acredito que leu, diga-me uma coisa, em 2016 qual o investimento que estava previsto para o Corvo? Zero!

Em 2017, qual foi o investimento previsto para o abastecimento de água? Zero!

Em 2018? Zero!

Isto é colaboração?

Sr. Deputado, isto é colaboração do Governo Regional, enquanto tem para outras ilhas 470 mil, 29 mil, 74 mil, 20 mil?

Então, para nós é zero todos os anos e é uma colaboração?!

Eu não vejo que é colaboração.

V. Exa. ainda poderia dizer: não, mas há umas palavras de incentivo, uns ofícios que são enviados por parte do Sr. Secretário da Agricultura.

Tem um interesse – utilizando uma expressão do Sr. Secretário Berto Messias – retórico pela questão. Escrevia umas cartas, uns ofícios. Mas nem isso!...

Entre 2014 e 2019, sabe qual é a troca de correspondência entre a Câmara Municipal e o Governo nesta matéria? Zero!

Cinco anos sem se escreverem! Parecem zangados!

Sr. Deputado, não se escrevem durante cinco anos. Não há um que diga:

- Preciso do seu auxílio.

Não há outro que diga.

- Estou pronto a dá-lo!

- Olhe, estou com dificuldades ao nível de reservatórios, preciso de dinheiro, a autarquia não tem e não tem conhecimentos técnicos.

E o Sr. Secretário:

- Bom, estamos disponíveis para dar esse apoio, não temos nada previsto no Orçamento, mas podemos fazer qualquer coisa.

Não há nada!

Que colaboração é esta?

Esta é uma colaboração inexistente! Não é visível! Não há provas dessa colaboração!

Oiça!...

Sr. Deputado, diz V. Exa. que isto está muito bem assim? Manter os reservatórios neste estado? Levar anos e anos para...

Se a Câmara não tem dinheiro, nem conhecimentos, pelo menos pedia ajuda, mas nem isso. Nem o Sr. Secretário oferece, nem a Câmara a pede.

Que diálogo é este, Sr. Deputado? Qual é o diálogo que existe num contexto destes? São estas as questões que lhe deixo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*João Ponte*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Eu gostaria de tentar clarificar algumas das questões que foram aqui colocadas e dizer que ao longo do tempo, da parte da IROA, nunca recusou qualquer colaboração que fosse solicitada pela Câmara do Corvo.

A prova de que assim é, é que ao longo desses últimos anos foram construídos pelo menos dois reservatórios, na sequência dessa cooperação que naturalmente existiu no passado, existe no presente e existirá no futuro.

Agora, não vamos confundir isso com outra coisa completamente diferente, que é a gestão da rede, a gestão de uma rede que é património do município do Corvo, que é da responsabilidade da Câmara Municipal do Corvo. Foi assim no passado, foi assim no presente e será assim no futuro.

O protocolo que é referido pelos Srs. Deputados é um protocolo que foi feito em exclusivo para a obra que vai ser adjudicada ainda este mês para a construção de um novo reservatório para permitir que esta infraestrutura, a sua gestão, seja entregue à Câmara Municipal do Corvo, que é a entidade que gere toda rede de abastecimento de água, seja para abastecimento humano, seja para abastecimento à agricultura.

Portanto, nessa matéria as relações são claras e são transparentes. Perfeitamente claras.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): São inexistentes!

O Orador: Incomoda-o? O Sr. Deputado fica incomodado porque não há registos escritos entre a Câmara Municipal do Corvo e a IROA, mas isso não quer dizer que o atual Presidente da IROA e os anteriores não tenham se deslocado à Ilha do Corvo, não tenham reunido com os Presidentes da Câmara Municipal do Corvo.

Qual é o espanto?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é o espanto?

O Orador: Sim, qual é o espanto?

Sr. Deputado, nós temos um trabalho de proximidade...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É melhor não ficar nada escrito!

O Orador: Não, isso é outra história! Está a ir por outro caminho.

.... com os agricultores, de proximidade com as organizações, de proximidade com as juntas de freguesia.

O senhor acha que eu para ir para a Junta de Freguesia dos Arrifes ou para ir para a Junta de Freguesia dos Cedros, no Faial, preciso de um ofício?

Não!... Basta o Sr. Presidente da Junta ligar-me e dizer-me: “Sr. Secretário, eu gostava que o senhor visse aqui o caminho da Fligueira. Esse caminho está em péssimo estado”.

Foi assim! Não foi preciso uma carta, não foi preciso um ofício.

Foi assim: o Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Cedros, aqui, da Ilha do Faial, ligou-me um dia e disse, “Sr. Secretário, eu gostava que viesse aqui à freguesia para ver o problema dos agricultores”. E foi isso que eu fiz.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem! Isso é que é trabalhar!

O Orador: Fui ao terreno, vimos e constatámos que era uma necessidade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

E mais, Sr. Deputado!... Resolvemos o problema e obra era para ser inaugurada ontem, mas o tempo não deixou. Há de ser em breve.

Agora, aquilo que nós temos feito é esse trabalho de proximidade.

O Sr. Deputado está preocupado com os ofícios.

Sr. Deputado, tenho mais que fazer do que estar a escrever ofícios para os Presidentes de Junta e para as organizações de produtores.

Quando é preciso fazer-se ofícios, faz-se. Quando não é preciso, não se faz.

O que importa é dar resposta aos agricultores. É isso que temos feito e vamos continuar a fazer.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Eu quase que não acredito naquilo que acabei de ouvir de um gestor de recursos públicos.

Eu peço imensa desculpa de ouvir o Sr. Secretário confundir a necessidade de um ofício para se deslocar a uma junta de freguesia, ou visitar uma infraestrutura, com o protocolo, o contrato para financiar uma autarquia ou uma entidade privada, relativamente à gestão de património público.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Isso é outra questão!

O Orador: Eu peço imensa desculpa! O Sr. Secretário tentou confundir essas duas tarefas e essas duas responsabilidades.

Gostaria de deixar aqui, quase em jeito de denúncia, o que se passa com o abastecimento de água agrícola, e diria o seguinte: nós vamos ter nos Açores, se já não temos, um problema com a gestão desse recurso, diferente naturalmente de ilha para ilha, mas vamos ter um problema sério com a disponibilidade e com a gestão do recurso água.

Há aqui divergências muito grandes de ilha para ilha, e até de agricultores para agricultores.

Há neste momento agricultores que têm abastecimento de água na exploração; há agricultores que têm que recorrer e deslocar-se para abastecimento de água em reservatórios ou pontes de abastecimento de água e há até agricultores que, a um custo completamente diferente, são obrigados a ir à rede doméstica, pagando o tarifário normal para se abastecerem de água com o fim agrícola.

Ora, há aqui critérios completamente diferentes que deixam os próprios agricultores em situações de injustiça comparativa.

Portanto, é preciso olhar para o futuro dessa questão da utilização do abastecimento de água agrícola numa perspetiva de introduzir mais justiça e de criar condições de equiparação em todas as ilhas para utilização desse recurso.

Em segundo plano, vamos às autarquias. Na verdade, o que o Sr. Secretário diz é que o Governo tem competências no investimento em equipamentos e em infraestruturas de abastecimento de água agrícola, mas relativamente à sua gestão isso cabe ao município ou cabe a outra entidade.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*): Não foi isso que eu disse!

O Orador: O Sr. Secretário não pode fazer investimentos e incumbir despesa aos municípios sem o entendimento nessa matéria. Inclusive relativamente aos investimentos o Sr. Secretário Regional tem fundos comunitários disponíveis para o efeito. Recordo que disse relativamente ao Corvo que o reservatório que vai construir vai fazê-lo com recurso a fundos comunitários. Os outros reservatórios que lá estão se calhar não foram beneficiados com essa disponibilidade.

Ora, é preciso criar aqui um quadro normativo que permita às autarquias e ao Governo Regional, quando investe nessa matéria, tratá-lo de forma equivalente, se não também estamos a criar injustiças entre autarquias locais e o Governo Regional, num recurso que é destinado ao mesmo fim.

Portanto, é preciso criar aqui regras idênticas, regras de tratamento que introduzam justiça naquilo que é hoje uma injustiça perante os agricultores e perante as autarquias.

Portanto, o Sr. Secretário ponha mão nisso, além de que não pode ficar ao livre arbítrio do Sr. Secretário protocolar com esta junta ou com esta câmara o financiamento para a manutenção e gestão de um recurso dessa natureza.

Portanto, peço ao Sr. Secretário Regional que reveja a forma como o Governo atua relativamente aos investimentos e à gestão das redes de abastecimento de água agrícola para criar condições de justiça, de forma equiparada em todas as nossas ilhas.

Nada disso se passaria no Corvo. Naturalmente que o município do Corvo precisa dos seus recursos para outros fins e se é verdade que a Secretaria protocola com outras entidades, noutras ilhas, apoios para o efeito, deve fazê-lo da mesma forma na Ilha do Corvo.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu fiquei perplexo ao ouvir o Sr. Secretário Regional da Agricultura. No entanto, fiz daqui desta bancada, três ou quatro perguntas que o Sr. Secretário escusou-se em não responder, mas já é costume. Quando se fala de agricultura e quando se fala em problemas, como eu os coloquei aqui, da Ilha das Flores, o Sr. Secretário não responde e não respondeu também.

Deputada Mónica Rocha (PS): O que está em debate é o reservatório do Corvo!

O Orador: Isso tem uma adjetivação que não vou usar para não ser indelicado. No entanto, que o Sr. Secretário funciona mal com ofícios, eu já tinha percebido, nunca pensei que fosse tanto, mas já tinha percebido, porque o senhor levou oito meses a responder a um ofício enviado por uma Junta de Freguesia desta Região. Oito meses!... Eu tenho o ofício, posso mostrar-lhe aqui. Tenho aqui na minha bancada.

Deputado José San-Bento (PS): Como é que tem esse ofício, como é que tem?

O Orador: Porque faço parte da Assembleia de Freguesia, desta freguesia. Sabia?

Deputado José San-Bento (PS): O senhor está por detrás disso tudo!

O Orador: Não, não!

(Risos da Câmara)

De qualquer maneira quero deixar aqui bem presente que perante o que eu ouvi, e com a falta das respostas que o Sr. Secretário não deu a esta bancada, o Sr. Secretário tem prestado um mau serviço à agricultura açoriana e um mau serviço à agricultura nas ilhas mais pequenas.

Sr. Secretário, faço outra vez as mesmas perguntas e deixo-lhe outra vez as mesmas perguntas para saber se o Sr. Secretário nos pode responder a esta bancada, de forma coerente como a gente lhe fez as perguntas também da mesma forma, Sr. Secretário.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tenho que lembrar as Sras. e os Srs. Deputados que aquilo que estamos a discutir. A Mesa tem dado a latitude que é habitual darmos nestas matérias, mas temos que nos centrar no objeto do diploma.

Para o efeito tem a palavra agora o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sabe, Sr. Secretário, eu tenho uma opinião formada sobre si. Eu acho que o senhor é um bom homem. É verdade! Mas acho que V. Exa. é um mau gestor, é um mau Secretário da Agricultura.

Sr. Secretário, o senhor como Membro do Governo, não pode pronunciar, por mais acalorado que esteja o debate, uma frase destas: “Eu quero lá saber dos ofícios”.

Isto não pode ser!... Não é assim que se gere uma Região.

Eu faço-lhe uma pergunta, que é a seguinte: “cópia de todos os officios e correspondência diversa trocados entre o Governo Regional ou entidade por ele tuteladas e a Câmara Municipal do Corvo, no período compreendido entre 2014 e junho de 2019?”

Resposta: “Não há correspondência trocada entre as entidades referidas”.

E V. Exa. considera que isto é que está normal, faz um telefonemazinho, sinais de fumo, e as coisas estão...

Não é!... Isto não é um Governo! Nenhum Governo do mundo age assim.

Eu tenho a certeza de que o Sr. Secretário Berto Messias e o Sr. Vice-Presidente têm outras formas de comunicar e têm outras formas de resolver as coisas.

Não pode, V. Exa., achar que isto é um método de governação aceitável.

A verdade é esta: se existiram telefonemas também não resultaram. Sabe por que é que o autarca deixou de oferecer a água, no âmbito do acordo de cavalheiros?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem?

O Orador: O autarca em questão, o Presidente da Câmara Municipal do Corvo? Sabe porquê?

Porque a água terminou, deixou de existir nos reservatórios, como já não existia, já não podia dar mais.

V. Exa., em relação a esta matéria, não teve nenhum tipo de preocupação, mas já verificámos também que mesmo quando toma uma decisão e fica por escrito, essa decisão também não é implementada, Sr. Secretário. Por isso é que eu apresentei aqui a proposta e discordo profundamente dos seus métodos de governação.

Não são eficazes e deixe-me que lhe diga, Sr. Secretário, não são claros.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP)**: Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, não prescindindo quanto às respostas que o senhor tem que dar aqui ao Sr. Deputado Alonso Miguel, que as fez, eu devo dizer uma coisa: eu entendo-o perfeitamente, ao contrário aqui da câmara.

O senhor tem formação em eletrotecnia, portanto, percebe-se. O senhor está na era digital. Tem uma política que poupa no papel, amiga do ambiente.

Ofícios para quê?

A gente fala, está resolvido. Estamos a poupar no papel.

Depois, tem uma política que reduz a pegada ambiental, boa para a agricultura: a gente conversa, não se gasta mais papel; a gente entende-se.

Agora para que é que é preciso estar ofício para cá e ofício para lá? A gente liga, telefona: ó homem, é preciso vir aqui arranjar o reservatório.

Pronto, Sr. Secretário! Isto é a melhor política. É o Governo de proximidade. É esse Governo de proximidade que as pessoas querem.

É nessa perspetiva, Sr. Secretário, que lhe quero pedir o seu número de telefone, para quando eu precisar – “eu preciso, Sr. Secretário, que me venha arranjar uma coisinha aqui” – e vou fazer o mesmo aos membros do Governo. Daqui para a frente estão tramados comigo. Eu não tenho o número de telefone deles, mas vou pedir o número de telefone de alguns para quando precisar de alguma coisa.

Portanto, Sr. Secretário, eu não vejo que haja mal numa conversa, porque eu ainda sou daqueles que defende que uma palavra vale e na política vale muito. Há quem não ache. Há quem ache que as coisas têm que ser feitas todas por escrito. Eu não acho.

O que tem que haver é, houve esta conversa, resultou isto e resultou aquilo. É tão simples quanto isso, Sr. Secretário. Não me parece que venha mal ao

mundo. Tem é que se acertar as coisas e resolver o que é que se passou, o que é que se passa e o que é que não se passa. É tão simples quanto isso.

Agora, parece-me que essa governação de proximidade, essa governação amiga do ambiente, na era digital, é uma coisa perfeitamente aceitável. Não vejo por que é que não há de ser.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria, e para finalizar a minha intervenção sobre esta matéria, de deixar aqui duas notas que me parecem importantes.

A primeira é que da parte do Governo não houve qualquer desresponsabilização em relação à situação particular do abastecimento de água na Ilha do Corvo.

Aquilo que acontece no presente e aconteceu no passado é a disponibilidade do Governo para apoiar o município, apoiar os agricultores da Ilha do Corvo, considerando que a infraestrutura, a rede, não é propriedade do IROA, é uma rede municipal e foi sempre o município que a geriu ao longo do tempo.

A verdade, e a prova do nosso empenho nessa situação, foi que na visita estatutária de 2018, foram dadas orientações à IROA para construir um reservatório para o reforço ao abastecimento de água. Esta orientação foi cumprida, o reservatório vai ser adjudicado ainda este mês e ficará disponível para a lavoura da Ilha do Corvo ainda antes do verão.

A segunda nota que gostaria de deixar, e isso tem muito a ver com o facto da IROA não ter em todas as ilhas fontes de abastecimento de água com a mesma dimensão, as mesmas características e a mesma distribuição no território, a

verdade, é que hoje temos uma situação de abastecimento de água que não é uma situação igual de ilha para ilha, nem igual de concelho para concelho.

Aquilo que temos que fazer é continuar a trabalhar em colaboração com os municípios em dar uma melhor resposta às necessidades do setor.

Há zonas, que dentro dos grandes perímetros de ordenamento agrário a responsabilidade é totalmente da IROA: a IROA construiu, a IROA instalou contentores, a IROA gere toda a rede.

Há outras situações que o abastecimento e a construção das redes foram feitos pelos municípios e a gestão é dos municípios.

Há outras situações, diria mistas, onde a construção da rede foi feita pela IROA e a IROA delegou competências, através naturalmente de protocolos de colaboração, da gestão da rede nos municípios.

Portanto, não pode haver, digamos, o mesmo modelo para toda a Região. Temos que ajustar o modelo em função da situação particular na ilha.

Agora não podemos descentrar o debate daquilo que é o essencial. O essencial é disponibilizar água em qualidade e em quantidade para a agricultura.

Muito já foi feito, temos muito para fazer no futuro e é para isso que vamos continuar a trabalhar.

Também foi por isso, e preocupado com as questões das alterações climáticas que o Sr. Deputado falou, e bem, que criámos uma Comissão para acompanhar esta situação.

Nós, em 2018, decidimos avançar com um conjunto de estudos que estão a ser finalizados. Alguns deles já nos foram entregues para avaliar, no fundo, aquelas que são as fontes disponíveis e as necessidades que o setor tem de água para os próximos tempos, no sentido de desenvolvermos um plano de ação com investimentos concretos para os próximos anos, no sentido também de aproveitar o próximo Quadro Comunitário de Apoio para darmos mais um salto qualitativo em termos de abastecimento de água à agricultura.

Em relação à inexistência de ofícios, Sr. Deputado, eu não quero voltar ao assunto, mas a verdade é que foi como lhe disse. Eu mantenho aquilo que disse. O Sr. Deputado pode sempre desviar a conversa e colocar-me questões que não foram referidas com esse sentido.

A verdade é que ao longo do tempo houve sempre um trabalho com contactos próximos, visitas da parte da IROA à Ilha do Corvo, e não houve necessidade de ofícios escritos.

Agora, se isso lhe causa um problema, a mim não me causa problema nenhum.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, enfim, eu espero que o senhor tenha noção da incongruência da sua posição. O senhor voltou a repetir que o Governo Regional não tem qualquer responsabilização na gestão e na construção dos reservatórios da Ilha do Corvo.

Diz que essa responsabilidade é da Câmara Municipal. Depois diz que para demonstrar como o Governo Regional está tão preocupado deu instruções à IROA para construir um reservatório. Isto é de uma incongruência abismal.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Uma coisa é a gestão da rede, outra coisa é o investimento!

O Orador: Não! O Sr. Secretário disse que a construção de reservatórios era da competência da Câmara, mas que para demonstrar o interesse do Governo Regional mandou construir um reservatório. Isto é de uma incongruência que eu nunca tinha visto.

Portanto, eu perguntei-lhe inicialmente se a responsabilidade era da Câmara, se era da IROA, ou se era de ambos? Se não é da IROA nós concluimos que a responsabilidade é única e exclusivamente da Câmara Municipal do Corvo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Também para finalizar a minha intervenção neste debate, dizer o seguinte:

Sr. Secretário, bem-vindo à época digital. V. Exa. já produziu um protocolo que não existia, que era um protocolo oral, e agora já temos um documento.

Acho que é importante (não sei se V. Exa. concordam!) que os protocolos sejam escritos e que estejam disponíveis para quem os quiser ler. É muito importante.

Eu digo-vos como estudante de história e professor de história: eu gosto sempre de encontrar documentos escritos, senão é impossível escrever sobre os acontecimentos e descrever o que aconteceu de facto, porque não fica registado.

Devo dizer também que foi importante que hoje mesmo esteja a fazer-se a reparação de um reservatório agrícola e que V. Exa. deixa também aqui o compromisso de finalmente conseguir executar a construção de mais um reservatório agrícola.

O que é muito importante é que aquele tipo de situação não se volte a repetir e que o Governo utilize os mecanismos que tem ao seu dispor e a sua responsabilidade que executa nas outras ilhas, no sentido de garantir que os agricultores do Corvo não continuam a passar pelas situação que passaram anteriormente e que ainda estão a passar, porque a maior parte dos reservatórios continuam sem estar a funcionar.

Eu estou há vários anos a falar nisso e as coisas não se resolvem.

Portanto, o que se pretende é que os agricultores tenham as condições ótimas que merecem como em todas as outras ilhas. De alguma forma em penso que esta iniciativa deu um contributo positivo nessa matéria.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Sr. Deputado António Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Apenas duas questões.

Primeiro uma pergunta, a solicitar ao Sr. Secretário Regional que reporte à Comissão de Economia os investimentos que efetivamente a Secretaria vai realizar em infraestruturas de ordenamento agrário, por ilha, em 2020?

É importante que tenhamos essa informação e o Sr. Secretário disponibilizou-se para tal.

Portanto, aguardamos isso e ficamos com a informação mais clara, por ilha, do que é que efetivamente vai acontecer, investimento a realizar.

Por fim, deixar aqui a nota da tristeza que é termos agricultores com tratamento muito diferente relativamente ao abastecimento de água.

Nós temos agricultores com água na exploração, temos agricultores que têm o custo de procurar essa água, e temos agricultores sem preço ou com preço. É tremendamente injusto que isso aconteça a agricultores do mesmo tipo de exploração, na mesma atividade e com custos completamente diferentes, porque não houve, em tempo útil, planeamento, organização e investimento, tratando esse recurso da água ao nível da cada ilha de forma integrada e articulada.

Deputados Bruno Belo e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Cara Colega e Caros Colegas:

Sr. Deputado António Almeida, já que o Sr. Deputado foi por esse caminho (eu não queria ir, mas já que abriu a porta), se o Sr. Deputado quiser, eu também faço chegar à Comissão de Economia os investimentos que foram promovidos pelo PSD, durante o período em que foi Governo, na rede de abastecimento de água e os investimentos que foram feitos pelo Governo Regional dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado António Toste Parreira (PS): Vai ver que é muito pouco! Em 10 anos é quase zero!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Só para dizer que o senhor é que é responsável, foi mandatado, e é membro do Governo, para responder perante este Parlamento relativamente aos investimentos que se compromete fazer e se calhar àqueles que não realiza.

Portanto, é essa resposta que nós precisamos de si.

Nós não estamos aqui pendurados no passado. Estamos aqui olhando para o futuro. O seu problema é estar sempre pendurado no passado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Olhe para futuro! Faça aquilo que os agricultores precisam. Em vez de andar na retórica e na fotografia faça aquilo que os agricultores precisam.

Esqueça esse passado e olhe para a frente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, não tenhas dúvidas que nós estamos preocupados e focados no futuro. Agora, não é correto da sua parte fazer a intervenção que fez aqui, não esta, mas a anterior, quando sabe perfeitamente os grandes investimentos que este e os anteriores Governos Regionais promoveram no sentido de dar melhores condições de trabalho aos agricultores, no sentido de disponibilizar mais água nas explorações agrícolas, de mais capacidade de armazenamento de água para o abastecimento à lavoura.

Eu só quis referir-lhe o seguinte: se os seus governos tivessem feito no passado...

Deputado António Almeida (PSD): Meus governos?

O Orador: Do seu partido!

... aquilo que os Governos do PS fizeram nestes 22 anos, não teria que fazer o discurso que fez agora.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas para reagir às suas declarações e dizer o seguinte:

Se aquilo que o senhor intitula “os meus governos” tivessem tido os recursos que os seus governos tiveram, nós teríamos feito isso e muito mais.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: O vosso problema é não ter critério, é não ter objetivos e gerir “a la carte”. É esse o vosso problema.

Se nós tivéssemos tido os recursos que os Governos do Partido Socialista tiveram, noutros tempos, nós teríamos feito muito mais.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Creio não haver mais inscrições. Vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução anunciado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM (a Sra. Deputada Independente não está na sala).

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos avançar na nossa Agenda: **Petição n.º 40/XI – “Para que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA) delibere no sentido**

de dar instruções ao Governo Regional dos Açores para nomear, com carácter de urgência, uma Comissão de Gestão da SATA (CGS)”.

Esta Petição foi apresentada pelo Sr. André Silveira, na qualidade de primeiro subscritor.

Tem a palavra, para apresentação do relatório, o senhor relator da Comissão de Economia, o Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

RELATÓRIO

PETIÇÃO N.º 40/XI – PARA QUE A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES (ALRA) DELIBERE NO SENTIDO DE DAR INSTRUÇÕES AO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES PARA NOMEAR, COM CARÁCTER DE URGÊNCIA, UMA COMISSÃO DE GESTÃO DA SATA (CGS)

TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 8 de outubro de 2019, na Delegação da ALRAA em Ponta Delgada, São Miguel, com recurso a videoconferência e procedeu à análise e emissão de parecer sobre a **Petição n.º 40 – “Para que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRA) delibere no sentido de dar instruções ao Governo Regional dos Açores para nomear, com carácter de urgência, uma Comissão de Gestão da SATA (CGS)”**.

1.º caPÍTULO – INTRODUÇÃO

A 18 de julho de 2019 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 40/XI, intitulada “Para que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRA) delibere no sentido de dar instruções ao Governo Regional dos Açores para nomear, com carácter de urgência, uma Comissão de Gestão da SATA (CGS)”.

A petição reúne um total de 700 (setecentas) assinaturas, tendo como primeiro signatário André Miguel Conceição da Silveira.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Economia, para relato e emissão de parecer.

2.º caPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da RAA.

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Economia procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la.

3.º. Capítulo – APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

A Petição em análise invoca que a SATA é uma empresa estratégica, o principal meio de mobilidade dos Açorianos entre ilhas e com o exterior, um dos maiores empregadores da Região e uma empresa estratégica e fundamental para o desenvolvimento dos Açores.

Assim, em concreto, pretendem os subscritores que:

- A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA) delibera no sentido de dar instruções do Governo Regional dos Açores para nomear, com carácter de urgência, uma Comissão de Gestão da SATA (CGS);
- A ALRAA dê instruções ao Governo Regional para que faça todas as diligências no sentido de essa Comissão ser criada dentro de um acordo alargado entre as principais forças políticas regionais com representação no parlamento regional;
- A CGS deverá assumir a gestão da empresa em estreita ligação com a Administração, que nomeará, e será mandatada para iniciar com carácter de urgência o processo da sua reestruturação financeira e operacional, tendo como

objetivo o equilíbrio, bem como a salvaguarda do seu carácter de prestadora de serviço público fundamental para os Açores e para os Açorianos.

A Comissão Permanente de Economia procedeu, à audição, presencial, das seguintes pessoas:

- do primeiro subscritor, Sr. André Miguel Conceição da Silveira;
- da Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (SRTOP).

AUDIÇÕES REALIZADAS

A Comissão Permanente de Economia, no dia 08 de outubro de 2019, na Delegação da ALRAA em Ponta Delgada, São Miguel, com recurso a videoconferência, realizou as seguintes audições:

i. Audição do primeiro Peticionário – Sr. André Miguel Conceição da Silveira

O Sr. André Silveira realçou que a petição surgiu devido ao estado atual da empresa SATA, amplamente debatida, mas cujos problemas carecem de resolução. Referiu ainda que a situação financeira da empresa é preocupante, com graves problemas de tesouraria e com efeitos na economia regional.

Os Peticionários consideram que a solução apresentada passa por pedir ao Parlamento um acordo alargado entre as várias forças políticas, para uma solução estável, pensando mais no interesse dos Açores e menos no interesse dos partidos. Assim, propõem que seja criada uma Comissão de Gestão que nomeie uma nova Administração, retire a ingerência política da Administração e seja gerida por técnicos especializados.

Depois, o Deputado António Vasco Viveiros afirmou que partilha das preocupações apresentadas pelos peticionários, até porque os resultados do Grupo SATA têm vindo a agravar-se em 2019.

A seguir, o Deputado Paulo Mendes realçou a procura por um consenso generalizado na solução apresentada, devendo a SATA ser 100% pública e cumprir o interesse público, mas manifestou dúvidas sobre o que é proposto na petição. Questionou se o empréstimo obrigacionista realizado foi considerado pelos peticionários como suficiente, enquanto medida de reestruturação financeira, se a recapitalização da SATA é importante e quem deve ser responsável por isso, se a Região ou um privado.

O Deputado Paulo Mendes perguntou, também, o motivo pelo qual os membros da Comissão de Gestão serão nomeados e não recrutados por concurso público, quem irá administrar a empresa, se a Comissão de Gestão ou a atual Administração e se propõem a extinção do Conselho de Administração.

O Peticionário respondeu que a petição não visa apresentar soluções, mas pretende que haja um consenso para criar uma Comissão de Gestão, sendo que os Peticionários não acreditam que a solução passe em exclusivo por privados, exigindo a intervenção do Governo dos Açores. Os Peticionários consideram que a reestruturação terá custos acrescidos para a Região e que a forma encontrada pelo resolver os problemas passará por um acordo político entre os partidos.

Além disso, os Peticionários entendem que terá, sempre, que existir a nomeação da Administração, mas através de um consenso alargado, sendo que a Comissão de Gestão a criar deverá ser constituída por técnicos independentes, não relacionados com partidos políticos.

Os Peticionários indicaram ainda que a Administração pode ser recrutada por concurso público e a função da Comissão de Gestão passaria por nomear uma nova Administração.

Por sua vez, o Deputado André Rodrigues afirmou que o Partido Socialista partilha das preocupações apresentadas sobre a situação da SATA e pediu esclarecimentos sobre a Comissão de Gestão.

Em resposta, os Peticionários pedem a substituição do papel da Secretaria Regional dos Transportes, que tutela a SATA, por uma Comissão de Gestão que terá a missão de nomear uma nova Administração.

Seguidamente, o Deputado Alonso Miguel afirmou que compreende as recomendações, mas perguntou se não teria sido mais fácil aos Peticionários pedir a substituição da atual Administração, em vez de pedir à tutela que nomeie uma Comissão de Gestão, para nomear um novo Conselho de Administração.

O Peticionário respondeu que o objetivo é que a Comissão de Gestão não seja nomeada apenas pelo Governo Regional, mas também por acordo entre os vários partidos políticos.

Por sua vez, o Deputado António Vasco Viveiros questionou se, entre os peticionários, constam os trabalhadores da SATA ou membros do Sindicato e se faz sentido ouvir os Sindicatos, a Comissão de Trabalhadores e a Câmara de Comércio.

Interveio também o Deputado Carlos Silva para perguntar se não será considerado uma ingerência política, propor que a Comissão de Gestão seja criada sob proposta dos partidos políticos, e se faz sentido nomear uma nova Administração da SATA, quando a atual apenas está em funções há pouco mais de um ano.

Já o Deputado Paulo Mendes perguntou qual o papel da Vice-Presidência no meio deste processo.

Em resposta às questões colocadas, os Peticionários consideram importante que os trabalhadores e as Câmaras de Comércio possam dar o seu parecer, até porque várias personalidades da sociedade Açoriana assinaram a petição.

Reconheceram ainda que o setor da aviação passa por um contexto difícil, que a questão da SATA é urgente e faz sentido que exista um entendimento alargado. A Comissão de Gestão visa substituir o papel do Governo dos Açores, incluindo a Vice-Presidência, de forma a ter uma visão e função mais alargada.

ii. **Audição da Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (SRTOP), Ana Cunha.**

A SRTOP referiu que a sua análise se cinge ao enquadramento normativo previsto no Código das Sociedades Comerciais, no Regime Jurídico do Gestor Público e no Regime Jurídico do SPER – Setor Público Empresarial da RAA.

Neste sentido, considera que o que é pedido na petição não tem enquadramento legal e, até, configura um atropelo legal, não se percebendo a relação da referida Comissão de Gestão, com a Administração e com a tutela do Governo Regional dos Açores. Disse ainda que as competências da Comissão de Gestão são, no fundo, as mesmas do Conselho de Administração.

Depois, o Deputado Alonso Miguel indicou que ficou com dúvidas e pediu esclarecimentos aos Peticionários, sobre o enquadramento da referida Comissão de Gestão e a criação de mais um obstáculo e uma entropia na gestão.

Seguidamente, o Deputado Paulo Mendes perguntou se o plano estratégico do Grupo SATA cinge-se apenas às medidas anunciadas pelo atual Conselho de Administração, se foi emitido um aval para um empréstimo obrigacionista e quais os efeitos práticos do mesmo.

Em resposta, a SRTOP mencionou que o plano estratégico é mais alargado e que o Governo dos Açores tem feito vários aumentos de capital social, nos últimos anos, e prevê efetuar novo aumento de capital em 2020.

Depois, o Deputado António Vasco Viveiros questionou se o reforço do capital social anunciado para 2020, no valor de 40 milhões de euros, será suficiente e qual o montante já realizado dos aumentos de capital previstos para 2019. Disse

ainda que o PSD não tem opinião e posição sobre a Petição apresentada e a respetiva criação da Comissão de Gestão.

A SRTOP respondeu que os “*timings*” de realização do capital social consta da Resolução do Conselho de Governo e está a ser cumprido, não estando previsto, neste momento, novo empréstimo obrigacionista. O que está previsto, na anteproposta do Plano e Orçamento da RAA para 2020, é o reforço do capital social da SATA em mais 40 milhões de euros.

Posteriormente, o Deputado André Rodrigues questionou se faz sentido nomear uma Comissão de Gestão e que esta substitua a tutela do Governo, se tem enquadramento legal e se as suas funções colidem com as funções da Administração.

A concluir, a SRTOP realçou que existem regras e leis em vigor e que podem existir incompatibilidades orgânicas em relação às funções da referida Comissão de Gestão. Acrescentou que existem órgãos de fiscalização da SATA, como o Revisor Oficial de Contas e o Conselho Fiscal e a Comissão de Gestão proposta pelos peticionários é incompatível com o regime jurídico em vigor.

4.º cAPÍTULO – CONCLUSÕES E PARECER

A Comissão de Economia deliberou, por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS e BE, pronunciar-se da seguinte forma:

1. A Petição foi subscrita por mais de 300 peticionários, pelo que reúne as condições legalmente definidas para ser apreciada em reunião Plenária;
2. O primeiro subscritor realçou que a petição surgiu devido ao atual estado da empresa SATA, com uma situação financeira preocupante, com graves problemas de tesouraria e com efeitos na economia regional, não existindo ainda resolução para os problemas.

3. Os Peticionários consideram que a solução passa por pedir ao Parlamento um acordo alargado entre as várias forças políticas, para uma solução estável que permite a criação de uma Comissão de Gestão.
4. Acrescentaram que a Comissão de Gestão iria substituir a tutela do Governo Regional e ficaria responsável por nomear uma nova Administração, gerida por técnicos especializados independentes e sem ingerência política.
5. Por sua vez, a Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas afirmou que o que é pedido na petição não tem enquadramento legal e as competências da referida Comissão de Gestão são, no fundo, as mesmas do atual Conselho de Administração.
6. Acrescentou que existem regras e leis em vigor e que podem existir incompatibilidades orgânicas em relação às funções da mencionada Comissão de Gestão. Realçou ainda existem órgãos de fiscalização da SATA, como o Revisor Oficial de Contas e o Conselho Fiscal e a Comissão de Gestão proposta pelos peticionários é incompatível com o regime jurídico em vigor.
7. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor da petição.

Ponta Delgada, 5 de novembro de 2019.

O Relator: Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente: Bárbara Torres Chaves

Presidente: Muito obrigado, Sr. Relator.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem duas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, começo por naturalmente saudar os peticionários, na pessoa do Sr. André Silveira, especialmente por esta ser uma Petição que versa sobre uma matéria importante sobre o futuro da SATA, e que é obviamente uma empresa estratégica para o desenvolvimento da Região, para a coesão regional e também para a mobilidade dos açorianos.

Com tal, começo também por dizer que o CDS-PP partilha de grande parte das preocupações levantadas pelos peticionários, e que concorda também com a generalidade dos considerandos que são apresentados e que levaram à apresentação desta petição, nomeadamente ao nível da importância da empresa para os Açores, das más opções de gestão que têm ocorrido, dos seus problemas operacionais, da sua situação financeira e também dos impactos para a Região em caso da sua degradação. Por isso mesmo nós também temos trazido estes assuntos a esta Casa com elevada frequência.

Dito isto, e tal como nós tivemos oportunidade de dizer aos peticionários em sede de Comissão, para lá das questões de enquadramento legal levantadas pela Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas, no nosso entender esta proposta, esta solução, não seria a mais eficiente. Aliás, entendemos até que colocaria novos obstáculos e traria mais entropia para este sistema. Ou seja, os peticionários pretendiam que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomendasse ao Governo Regional que criasse uma Comissão de Gestão da SATA, por sua vez nomeasse uma administração da SATA que desse início ao processo de reestruturação financeiro e operacional da SATA.

Neste sentido, questionei os Srs. Peticionários se não seria mais simples, para este propósito e mais eficiente, solicitar ou propor a nomeação de um novo Conselho de Administração, simplesmente? E também qual seria o enquadramento e a propositura de haver um Conselho de Gestão da SATA?

A justificação que nos foi apresentada para esta solução baseava-se na retirada de ingerência política da administração da SATA e que esta passasse a ser gerida por técnicos especializados e abrindo assim também um espaço ou um consenso mais alargado entre os partidos.

Ora, em primeiro lugar, esta solução naturalmente não retiraria qualquer tipo de ingerência política. Aliás, toda ela seria uma nova forma de ingerência política. Depois, não nos parece que com a introdução de um Conselho de Gestão da SATA se pudesse retirar qualquer tipo de ingerência à administração, uma vez que o próprio Conselho de Gestão seria também ele nomeado pelo Governo Regional, que depois iria nomear a administração para resolver o processo. Portanto, não há aqui qualquer forma de eliminar qualquer tipo de ingerência política, no nosso entender.

Havendo vontade por parte da maioria socialista (enfim, o Governo é Socialista, o Parlamento tem maioria Socialista) nomeia-se um novo Conselho de Administração, que foi o que aconteceu recentemente e nós esperamos, de facto, com esta nova administração que seja possível recuperar uma empresa que é, no entender e como sempre dissemos, verdadeiramente estratégica para a Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Saudamos a petição intitulada “Para que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA) delibere no sentido de dar instruções ao Governo Regional dos Açores para nomear, com carácter de urgência, uma Comissão de Gestão da SATA (CGS)” subscrita por setecentos peticionários

cujo primeiro subscritor é o Sr. André Silveira, o peticionário ouvido em comissão e transmissor das pretensões apoiadas por eleitores aos seus legítimos representantes.

Nunca é demais felicitar, apoiar e incentivar o exercício de um meio de democracia direta e de aproximação cidadã ao primeiro órgão da Autonomia.

Os subscritores pretendem a nomeação urgente de uma comissão de gestão da SATA, pelo Governo Regional mandatado pela ALRAA para esse efeito, com respaldo num “acordo alargado entre as principais forças políticas regionais com representação no parlamento regional.”

Ainda de acordo com os peticionários, este conselho de gestão assumiria “...a gestão da empresa em estreita ligação com a Administração para iniciar com carácter de urgência o processo da sua reestruturação financeira e operacional, tendo como objetivo o equilíbrio, bem como a salvaguarda do seu carácter de prestadora de serviço público fundamental para os Açores e para os Açorianos.”

É inequívoca a preocupação partilhada com os peticionários de que dever-se-á pugnar pela prestação de um serviço público tão fundamental para a Região como é o caso do transporte aéreo.

Também nos parece unânime que a situação financeira da SATA é, no mínimo, preocupante.

Já não será unânime a avaliação feita à gestão operacional, a qual nos parece, no mínimo, problemática.

Quando o Sr. André Silveira nos transmitiu que a solução para os problemas financeiros da empresa não passa exclusivamente por privados, pressupõe que estes não estão, na sua ótica, excluídos e ficámos com dúvidas sobre o que esperam da intervenção e papel do poder público.

Uma recapitalização com dinheiros públicos da empresa para a «limpar» e, de seguida, privatizá-la?

Além desta dúvida sobre qual o papel da Região e do setor privado, impõem-se duas dúvidas:

Primeira: Se o Conselho de Gestão é quem irá gerir a empresa, então qual papel da Administração? Será extinta?

Conforme o Sr. André Silveira nos transmitiu, o Conselho de Gestão “substitui a Secretaria Regional dos Transportes e a vice-presidência”, justamente quem tutela a SATA.

Segunda questão: Sem um papel definido para a Administração, como se fará a sua ligação ao Conselho de Gestão?

De acordo com o transmitido pelo Sr. André Silveira, ao Conselho de Gestão incumbirá a missão de nomear uma nova Administração.

Terceira questão: Se a intenção é despartidarizar a gestão da SATA e atribuí-la a técnicos especializados, por que optaram pela nomeação, em vez da seleção por concurso público?

Afinal, a Administração pode ser selecionada por concurso público, no entendimento do Sr. André Silveira.

Supondo que o Conselho de Gestão é, de acordo com o Sr. André Silveira, nomeado pelo Governo Regional, mas devendo em simultâneo refletir um amplo acordo entre os vários partidos, como se resolve tal dilema? Um dilema de resolução ainda mais difícil se tivermos em conta que o Governo Regional é suportado por uma maioria absoluta parlamentar.

Consideramos urgente uma recapitalização que permita a revitalização e recuperação da empresa acompanhada por uma reestruturação da dívida financeira mais ambiciosa, de um plano estratégico delineado e assente numa gestão competente, por forma a alcançar uma eficiente gestão operacional. E acreditamos que essa também será a pretensão e ambição dos petionários, senão quanto à totalidade daquilo que propomos, pelo menos, em parte.

Sobre a forma de alcançar tal objetivo, infelizmente, nem sabemos se concordamos ou discordamos, pois os caminhos escolhidos são confusos e titubeantes e sobre os quais nos é impossível pronunciar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar, saudar os peticionários. Evidentemente da parte da Representação Parlamentar do PPM, percebemos e valorizamos a sua preocupação cívica com a situação do Grupo SATA.

Penso que esta preocupação é uma preocupação que a maior parte dos açorianos tem exteriorizado.

É uma companhia absolutamente vital para os Açores, na nossa perspetiva e tenho a certeza que na perspetiva de grande parte do povo açoriano. Nesse sentido compreendo a preocupação.

Já em relação ao que é proposto, é evidente que as condições políticas não são as adequadas para um plano deste tipo. E seria possível, num quadro político, em que não existisse maioria absoluta e em que este Parlamento pudesse forçar uma situação deste tipo, não semelhante, porque é impossível, mas com o sentido que os peticionários certamente querem alcançar, mas não é essa a situação.

Há uma maioria absoluta que tem toda a legitimidade política neste momento.

Por aí não é possível intervir.

A segunda questão que poderia explicar uma intervenção deste tipo é se o próprio Governo Regional solicitasse uma espécie de pacto de regime, de pacto autonómico, em relação a esta matéria, se tivesse claudicado e se estivesse a solicitar.

Para o solicitar necessitava, na minha perspetiva, que existissem fatores externos, ou seja, que a companhia e o Grupo estivessem a ser afetados por fatores externos, uma pressão ou uma qualquer questão colocada, quer a nível da República, quer a nível da União Europeia, mas não é isso que sucede.

A questão e as dificuldades que a empresa enfrenta têm a ver com as opções políticas que o Governo Regional tomou neste sentido e as opções de gestão que o Governo Regional assumiu também em relação à empresa.

Não há um fator externo que nos possa congrega a todos. Há um conjunto de decisões que foram tomadas pelo Governo do Partido Socialista.

Portanto, na minha perspetiva, não se verificando nem uma condição, nem outra, não existem condições políticas para implementar uma atuação deste tipo.

Devo dizer, para terminar, que da parte do PPM, também consideramos que do ponto de vista político e ideológico também não seria possível, porque os diferentes partidos valorizando a SATA, têm diferentes perspetivas em relação a este assunto. Há quem queira privatizar uma parte do Grupo SATA, há quem se recuse à privatização do Grupo SATA, há quem tenha perspetivas muito diferentes em relação à empresa.

Também não seria possível congrega as vontades dos diversos partidos que sobre esta matéria, apesar de tudo, ostentam diferenças muito significativas.

Por isso, eu considero que este plano não é concretizável. Fica a preocupação, que é evidente; fica este exercício de cidadania, que também me parece muito importante, mas há algo que eu quero transmitir aos petionários: a decisão sobre esta matéria é uma decisão que será tomada em outubro e os açorianos terão oportunidade como acionistas (todos nós) desta empresa, de tomar uma decisão em relação ao desempenho do Governo Regional nesta matéria. Todos poderão tomar uma decisão, se a consideraram boa, se a consideraram má, se a consideraram mais ou menos. O que interessa é que todos tenham essa

oportunidade, em outubro, de decidir em relação à avaliação do Governo nesta, como noutras matérias.

Portanto, a última palavra será sempre dos açorianos no mês de outubro de 2020.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Queremos congratular a Petição n.º 40/XI e o seu primeiro signatário, André Silveira, bem como todos os seus subscritores. A Representação Parlamentar do PCP saúda esta iniciativa cidadã e, embora discordando do seu objeto, reafirma perante o Povo açoriano a sua disponibilidade para, em conjunto com as forças partidárias aqui representadas, encontrar soluções que possam responder, ainda que de forma diferente da que nos é proposta pelos peticionários, às preocupações que têm sido manifestadas sobre o futuro da companhia SATA, cada vez com mais acuidade, pela opinião pública regional.

A Representação Parlamentar do PCP, que há muito tempo tem vindo a denunciar o progressivo agravamento das condições financeiras e operacionais em que se encontra a operar a companhia aérea regional, não pode deixar de subscrever a generalidade dos considerandos que os peticionários apresentam.

Face à gravidade dos problemas que a SATA enfrenta, e que se refletem tanto na economia global da Região quanto no quotidiano dos seus habitantes, também não pode deixar de sublinhar que um entendimento alargado entre as forças políticas da Região é certamente desejável.

Contudo, a criação de uma Comissão de Gestão nos moldes propostos, para além de apresentar numerosos problemas do ponto de vista legal, parece-nos duplicar as problemáticas que se desejam ver corrigidas pelos peticionários.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, saudamos os peticionários, na pessoa do Sr. André Silveira, como primeiro peticionário.

Trata-se de uma participação cívica que saudamos. Felizmente que nesta legislatura têm surgido muitas petições, o que mostra de facto a participação cívica de muitos grupos dos açorianos.

A presente petição no que se refere aos problemas da SATA constitui uma preocupação partilhada por todos os açorianos, por um lado, face à caótica da empresa e, por outro, à importância que representa as ligações inter-ilhas e nas ligações com o exterior.

O Grupo Parlamentar do PSD partilha a maioria dos considerandos que constam da petição e ao longo dos últimos anos, neste Parlamento, tem sucessivamente alertado o Governo Regional para o agravar da situação da SATA, infelizmente sem qualquer resultado.

Igualmente neste período, o PSD apresentou um conjunto de medidas relativamente à SATA e em 2017, formalmente, em carta do Presidente do PSD dirigida ao Presidente do Governo, dispôs-se a colaborar com o Governo na procura de soluções para a empresa, também infelizmente sem qualquer consequência.

Ainda recentemente e já após a entrada da presente petição, foram divulgados os resultados do terceiro trimestre do Grupo SATA, sendo muito preocupante o agravamento dos resultados negativos, comparativamente ao trimestre anterior, a par do aumento do passivo e do aumento significativo dos encargos financeiros.

A Comissão Eventual de Inquérito ao SPER analisou com profundidade a situação da empresa e os sucessivos erros cometidos.

Por outro lado, e aqui um aparte, o PSD tem um requerimento apresentado há nove meses sobre a SATA, designadamente sobre o Airbus 330, e em nove meses o Governo não respondeu a esse requerimento. É um requerimento com perguntas simples. Posso citar algumas: os custos suportados pelo Airbus 330 em cada um dos anos, desde 2016, o número de horas de voo, o número de passageiros transportados. Passaram nove meses e o Governo não respondeu ainda a este requerimento. Fica aqui a nota.

A recente nomeação de um novo Conselho de Administração, face ao fracasso do anterior e ao incumprimento dos objetivos com que se havia comprometido, subscritos pelo Governo, constitui aparentemente uma tentativa de ganhar tempo e adormecer o problema até às próximas eleições regionais.

Aguardamos, todavia, a elaboração de um novo plano de negócios da empresa, cuja apresentação foi prometida para o final do primeiro trimestre deste ano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quanto à componente resolutiva desta petição, ainda que possamos compreender a motivação dos peticionários e o desespero dos açorianos, em geral, face à situação da empresa, e a manifesta incapacidade do Governo na procura de soluções eficazes para a sua resolução, entendemos que o caminho deverá ser outro.

O Governo Regional dispõe das competências, dos instrumentos e tem a responsabilidade exclusiva na gestão da SATA, definindo a sua estratégia e escolhendo os membros do Conselho de Administração.

A existência de um acordo alargado entre diversas forças partidárias, com a representação do Parlamento Regional, conforme proposto pelos peticionários, seria uma desresponsabilização tardia do Governo, que em nosso entender não resolveria o essencial.

Na verdade, os problemas dos Açores não se limitam à SATA. Os problemas são transversais na educação, na saúde, no emprego, nas acessibilidades aéreas, marítimas, em geral, na pobreza, na ausência de convergência com o país e com a União Europeia.

Daqui também partilhamos o que disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão: de facto, o que é preciso é um novo governo e novos protagonistas que possam resolver os problemas dos açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostaria de saudar os cerca de 700 peticionários, em especial, na pessoa do primeiro subscritor, o Sr. André Silveira, pelo exercício deste direito constitucional, o direito de petição e de apresentar as suas questões, a defesa do interesse geral aos órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas, nomeadamente dos Açores.

Esta Petição, da mesma forma, como já foi aqui referido, apresenta um conjunto de pressupostos, um conjunto de preocupações, os quais são partilhados pelo Partido Socialista, nomeadamente a importância que a empresa SATA tem para a nossa Região Autónoma dos Açores, uma importância que é de facto estratégica, de extrema importância para o nosso desenvolvimento económico,

para a mobilidade dos açorianos, para a ligação ao exterior e para o desenvolvimento do turismo em todas as nossas nove ilhas.

A análise que fizemos em Comissão, e neste aspeto existe uma unanimidade desta Petição, foi uma análise, digamos, a dois tempos.

Um primeiro tempo em relação àquilo que efetivamente está escrito, assinado e subscrito pelos peticionários, e um segundo tempo, o tempo de análise daquilo que foi dito pelo subscritor na Comissão de Economia. Isto porquê? Porque o que está escrito era que esta Assembleia desse instruções ao Governo para que fosse criada uma Comissão de Gestão e esta Comissão de Gestão devia ter um acordo alargado e que deveria assumir a gestão das empresas em estreita ligação com a administração atual ou futura, que seria mandatada para iniciar um processo de reestruturação da empresa.

Esta primeira pretensão, que foi escrita, estava claramente na nossa ótica, e na ótica dos outros partidos que analisaram a Petição, em conflito para com o Código das Sociedades Comerciais, para com o Regime Jurídico do Gestor Público, para com o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial Regional, uma vez que claramente havia aqui conflitos legais, de competências, de responsabilidade, de um conjunto de questões que poderiam levar a que tivéssemos a sobrepor instrumentos, ou sobrepor gestão para um mesmo fim.

Posteriormente, aquilo que foi respondido às primeiras perguntas e à primeira ronda de perguntas que os diversos partidos fizeram, foi que afinal esta Comissão de Gestão não iria substituir o Conselho de Administração nem ia trabalhar paralelamente com o Conselho de Administração como quase todos os partidos pensariam, mas passaria, sim a substituir a tutela. Passaria a substituir a Secretaria tanto a operacional como a financeira.

Aí também claramente todos os partidos as consideraram, praticamente na Comissão, que seria mais uma entropia, mais um problema a criar, colocar mais um elemento no sistema. Seria potenciador era que não se resolvesse os

problemas que são propostos e pretendidos para com os peticionários, mas sim criar mais entropia no sistema, até nas palavras, como disse e muito bem o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Esta segunda solução, na nossa ótica, também não cumpre e tem graves conflitos para com os diplomas e os regimes jurídicos que já enunciei anteriormente.

Mais acresce que temos um Governo Regional, como disse e muito bem o Sr. Deputado Paulo Estêvão, com legitimidade política, democraticamente conseguida, para poder nomear um Conselho de Administração para a empresa. E foi exatamente aquilo que aconteceu.

É nesta fase que estamos. Temos um novo Conselho de Administração nomeado, que já tomou posse, fez a audição prévia nesta Assembleia, que reconheceu as dificuldades e a situação difícil que a empresa apresenta, que é uma situação conhecida, mas que tudo fará para proceder e continuar a reestruturação tanto financeira, como também a reestruturação operacional, levando a que exista um equilíbrio económico do Grupo SATA, em que se possa manter os objetivos iniciais e os objetivos propostos pelo Governo Regional, mantendo o seu papel essencial para a nossa economia, manter o papel essencial de continuar a servir os Açores e os açorianos, de continuar a ser um instrumento ao serviço e um contribuinte efetivo para a nossa coesão económica e social e territorial, e por isso vamos aguardar a apresentação, como disse, o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, da estratégia definida por este Conselho de Administração para garantir este equilíbrio económico e financeiro, mas mantendo o serviço público de extrema importância nomeadamente no serviço interilhas, mas também garantindo a captação de fluxos turísticos do serviço à nossa diáspora, garantindo o equilíbrio operacional que garanta e que os Açores continuem neste trajeto positivo de

mais voos, de mais passageiros, mais turismo, mais economia, mais emprego, garantindo assim o futuro da nossa Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está assim encerrado este ponto da nossa Agenda. Vamos avançar para o ponto n.º 8: **Projeto de Resolução n.º 140/XI – “Programas «Estagiar»”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Rege esta matéria o artigo 145.º do nosso Regimento. Lembro que o proponente apresentou uma proposta de substituição integral que já foi distribuída às Sras. e aos Srs. Deputados e ao Governo Regional, e é sobre ela, como prevê o nosso Regimento, que deve incidir o nosso debate a votação.

Para apresentação do diploma tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Exmo. Senhor Presidente da ALRAA, Exmas. Senhoras e Senhores Deputados, Exmo. Sr. Presidente e demais Membros do Governo:

Um dos graves problemas que caracteriza a Região Autónoma dos Açores e que atinge os jovens da nossa região diz respeito à taxa de desemprego jovem, que se situava nos **24.7%** no 3º trimestre de 2019.

Apesar deste não ser um problema exclusivo da nossa região, importa realçar que as políticas dirigidas à juventude devem merecer da parte desta Assembleia a máxima atenção.

Importa assim perceber este fenómeno, e encetar todos os esforços necessários para que os nossos jovens acreditem num futuro melhor, transmitindo-lhes

confiança, motivação e sentido de responsabilidade, tentando mediar a euforia típica desta faixa etária.

Os programas “Estagiar”, que tem a finalidade de funcionar como porta de acesso ao mercado laboral jovem, são uma ferramenta útil para os jovens Açorianos e permitem ainda que a realidade do desemprego jovem não seja mais pronunciada.

De salientar que os programas “Estagiar L e T” iniciaram-se nos Açores em 1998, abrangendo até ao momento cerca de 19.800 jovens.

Importa salientar que a presente resolução aqui em discussão deu entrada na Assembleia Legislativa Regional dos Açores em abril de 2019, seguindo os trâmites normais e discussão em sede de Comissão Parlamentar, a única audiência presencial ocorreu a 26 de junho, sendo que as restantes diligências foram concretizadas através de pareceres escritos cujo prazo terminou a 27 de julho do ano transato.

Vem isto a propósito da Resolução do Conselho de Governo n.º 125/2019, publicada em Jornal Oficial a 5 de novembro de 2019, posteriormente à emissão do relatório que acompanha este projeto de resolução, e que introduziu alterações ao Regulamento dos Programas Estagiar L, T e U, entre as quais uma majoração de 25% no valor da compensação pecuniária mensal da remuneração mínima garantida, no que concerne ao “Estagiar L”, enquanto que aos beneficiários do “Estagiar T” é atribuída uma compensação pecuniária mensal no valor da Remuneração Mínima Garantida. Nesta componente financeira, ficou prejudicado o programa “Estagiar U”.

Apesar de concordarmos com algumas mudanças, consideramos que as alterações introduzidas não se devem cingir a questões monetárias apenas, pelo que faz sentido debater a nossa resolução, focada em aspetos menos favoráveis, que se não prendem com questões financeiras, mas que também preocupam os

estagiários, visando uma melhoria do programa e satisfação dos seus beneficiários.

Aliás, não tão poucas vezes foram denunciadas várias situações menos positivas, sendo que a simplicidade na resolução das mesmas leva-nos por vezes a pensar que o Governo Regional é conivente com alguns dos incumprimentos verificados, e que em nosso entender são passíveis de fácil correção.

Exmo. Senhor Presidente da ALRAA, Exmas. Senhoras e Senhores Deputados, Exmo. Sr. Presidente e demais Membros do Governo:

O Programa Estagiar U permite aos jovens estudantes universitários residentes na Região Autónoma dos Açores o primeiro contacto com a realidade laboral, idealmente relacionada com a sua formação.

Esta experiência promove a inserção dos jovens na vida ativa, fazendo “ponte” entre o percurso universitário e o mercado real de trabalho.

A 13 de abril foi publicada a resolução de Conselho de Governo n.º 35/2018, que de forma surpreendente veio reduzir os valores pagos aos candidatos deste programa, que até aqui usufruíam de uma compensação pecuniária idêntica ao salário mínimo regional, correspondente a 1 mês de estágio.

A resolução acima mencionada veio revelar uma redução de 50% na compensação pecuniária deste programa, e de 40% na carga horária, passando de 35 horas por semana para 20 horas por semana. Ou seja, há aqui uma redução desproporcional na redução horário de trabalho comparativamente ao que é pago ao jovem estudante.

Esta alteração penaliza os jovens açorianos que são os únicos assim a serem prejudicados, com uma redução de 50% da compensação pecuniária, sendo certo que muitos deles a utilizavam para fazer face às despesas associadas, por exemplo, pagamento das propinas relativas à frequência no ensino superior, ou

seja, este programa tem importância também uma componente social que não pode ser assim desmerecida.

Exmo. Senhor Presidente da ALRAA, Exmas. Senhoras e Senhores Deputados, Exmo. Sr. Presidente e demais Membros do Governo: O PSD/Açores deu entrada com uma substituição integral deste projeto de resolução, pois considera ser importante, independentemente da componente financeira e dos pontos resolutivos que faziam parte da proposta inicial, que há ainda margem de progressão para melhorar outros aspetos deste programa contribuindo também assim para que os jovens Açorianos regressem à região!

Pretendemos satisfazer um conjunto de ideias que nos foram transmitidas, com as quais estamos de acordo e que consideramos justas para quem se inicia no mercado laboral.

Nomeadamente a possibilidade de existir mais do que um período de férias interpolado, após os primeiros 6 meses de estágio, e não seguido e com carácter de obrigatoriedade conforme o que vigora atualmente, sendo para isso necessário haver um limite de comunicação da intenção da prorrogação dos estágios à Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional.

Pretendemos também, e de forma construtiva valorizar o Trabalho da equipa de Acompanhamento e Avaliação do Estagiário, até porque acreditamos que se o trabalho da mesma for eficaz e efetivo, seguramente as denúncias e os abusos diminuirão.

Para tal pretendemos que no sítio do Programa Estagiário (estagiario.azores.gov.pt) a Equipa de Acompanhamento e Avaliação seja mencionada, apresentando a sua constituição, data de exercício e cessação de funções bem como disponibilizar semestralmente relatórios de atividades das ações desenvolvidas.

Acreditamos que assim estamos tão somente a contribuir para a melhoria de um programa que tem ajudado milhares de jovens Açorianos. Gostaríamos também que este fosse o entendimento desta Assembleia e dos restantes partidos que a

compõe, pois a nossa preocupação é o futuro da nossa Região, que não se faz sem os jovens de hoje.

Disse.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Tiago Branco tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao iniciar esta minha primeira intervenção no âmbito deste debate queria começar, naturalmente, por salientar a importância que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo Regional atribuem aos Programas Estagiar.

Milhares de jovens açorianos, ao concluírem o seu percurso formativo, tiveram a possibilidade, através destes mecanismos, de ter um contacto com o mercado de trabalho e uma entrada direta no mercado de trabalho.

Desde 1998, já foram abrangidos perto de 20 mil jovens açorianos pelo Estagiar T e pelo Estagiar L, e penso que isso é relevante e é bem revelador do sucesso que esta medida teve para os jovens açorianos, a qual é um património dos Governos do Partido Socialista da qual nós nos orgulhamos muito.

Relativamente, e é uma das questões que é colocada no âmbito desta Resolução, ao Estagiar U nós entendemos que o Estagiar U não deve ser equiparado ao Estagiar L e ao Estagiar T. Pensamos que tem uma natureza diferente, ocorre em períodos de férias de verão, por um único mês, e não acontece no final do percurso formativo. É integrado como um processo de aprendizagem ao longo da formação que o jovem vai tendo e permite que tenha um primeiro contacto com o ambiente laboral.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Esta proposta que o PSD apresenta nesta medida em concreto, exorta precisamente a que seja revertida a Resolução do Conselho de Governo, que a Sra. Deputada Mónica Seidi referiu, de 2018, que operacionalizou precisamente a passagem do horário semanal do Estagiar U, das 35 horas semanais, para as 20 horas semanais, passagem essa que foi originada precisamente pelo facto de, nalgumas circunstâncias, as entidades que se socorriam desse estágio, utilizarem o mesmo para socorrer eventuais necessidades permanentes dessas entidades.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não há fiscalização!

O Orador: Por exemplo, e considerando que isto acontece num período de férias do verão em concreto, algumas entidades poderiam socorrer-se deste estágio para, por exemplo, substituir funcionários dos quadros que estavam em férias. Isso não é o que se pretende. Isso subverte os objetivos dos estágios...

Deputado André Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: ... e não protege os jovens.

Além disso, muitos foram os jovens açorianos, os próprios, a denunciar esta situação, o que nos levou a proceder a essas alterações.

Quanto à redução dos prazos, do envio dos mapas de assiduidade de oito para cinco dias, nós, por princípio, não somos propriamente contra esta questão. Agora convém é perceber a forma como se operacionaliza esta situação. Aliás, até alguns dos pareceres que são remetidos sobre este Projeto de Resolução, revelam que pode haver alguma dificuldade por parte das entidades contratantes para que, neste prazo tão curto, possam conseguir dar essa resposta. Eventualmente poderá até limitar essas empresas, se se socorrem de outros estagiários, dada a pressão que é feita ao remeter esses mapas de assiduidade. Estamos a falar de uma redução de três dias, que também não é uma redução assim tão significativa.

Relativamente à proposta de consagrar mais um período de candidaturas de entrada em março para começar em maio, no nosso entendimento, além de acharmos que os dois períodos atualmente em vigor são suficientes, dado o mercado de trabalho e dado o percurso formativo dos estudantes, além de acharmos que são suficientes para dar essa resposta, também pensamos que uma vez que isso acontece no início da época alta, ou seja, em maio, quando muitas empresas começam a planear a sua época alta e a proceder à contratação de desempregados e de jovens desempregados, achamos que esta medida pode levar ao facto desses jovens desempregados, que já não podem socorrer-se do Estagiar L ou do Estagiar T, sejam substituídos.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Quando é que os jovens acabam os cursos?

O Orador: Ou seja, haja uma tendência das empresas contratantes para contratarem via Estagiar L e Estagiar U. Acho que isso é uma oportunidade que não se deve perder, nem se deve impedir os jovens que estão desempregados que sejam concorrentes de um Estagiar L. Isso não deve ser fomentado dessa forma.

Relativamente à fiscalização, naturalmente que nós somos totalmente concordantes que se faça sempre mais e melhor fiscalização. Tudo o que envolva os programas Estagiar, tudo o que envolva dinheiros públicos e os jovens açorianos, devem ser naturalmente fiscalizados pelas entidades competentes.

Não podemos concordar, como sugere o Projeto de Resolução, que essa fiscalização seja feita só após denúncia, porque isso não é efetivamente verdade. Há, por autonomia dos próprios serviços da Administração Pública, da Inspeção Regional do Trabalho, da Agências para o Emprego, uma fiscalização que é feita de forma permanente e não é feita só quando há denúncias.

As denúncias também devem ser feitas, mas há todo um trabalho que é feito à margem disso e que deve ser reconhecido.

Aliás, são precisamente as ações de fiscalização que levam a que estas medidas não sejam estáticas e sejam alteradas. Quando se deteta que determinada situação não corre tão bem como se deseja leva a que se façam alterações em função dos resultados da fiscalização que se teve, levando inclusive o Governo até a implementar medidas para evitar alguns abusos.

Esta alteração ao Estagiar U é resultado precisamente da fiscalização, para que não haja esses abusos de suprir necessidades permanentes ao abrigo do Estagiar U.

Com a medida, já foram excluídas dezenas de entidades, por dois anos, de apresentação de candidaturas, porque não cumpriram, porque foram fiscalizadas e concluiu-se que não deviam apresentar candidaturas durante dois anos, introduzindo-se também a penalização, por dois anos, daqueles que não procedam à contratação de 50% dos estagiários na sua empresa.

Os próprios inquéritos são feitos aleatoriamente aos estagiários para dar informação ao Governo Regional sobre as mais-valias e os constrangimentos do estágio.

O próprio acompanhamento é feito pela Administração Pública diariamente.

Acho que referência disto acontecer só por denúncia parece-nos que não corresponde à verdade.

Relativamente à disponibilização semestral dos relatórios das atividades desenvolvidas, o Projeto de Resolução faz referência semestralmente. Nós achamos que isso deve ser feito anualmente, porque é no fim do período do estágio que achamos que isso deve ser feito.

Relativamente à previsão de um prazo limite para comunicar a intenção de prorrogar o contrato de estágio, exemplifica os casos de São Miguel, a gestão da duração do estagiário. Eu acho que o facto de nós querermos impor que até ao fim do sexto mês, no caso da Ilha de São Miguel, e ao fim do oitavo nas restantes ilhas, impormos isso à empresa faz com que, se uma empresa

eventualmente decidisse prorrogar o estágio um dia depois do prazo, já não pode prorrogar.

Portanto, pressiona a empresa, por um lado, a não renovar o estágio, e por outro se ela eventualmente decidisse renovar um mês depois, ou dois meses depois do que aqui é dito, já não renovaria. Portanto, isso poderia ser prejudicial.

Relativamente à previsão de gozar do período de descanso de forma interpelada, o artigo 5.º do regulamento prevê o período de férias entre a prorrogação, entre o 12.º e 15.º mês.

É proposto que seja de forma interpolada, desde que decorridos seis meses completos da sua execução de estágio”. Isso é o que acontece nos contratos de trabalho normais.

Comparar o Estagiário L ao Estagiário T a um contrato de trabalho também não nos parece que seja correto. Além de poder imprimir nos recursos humanos das entidades, há uma determinada concorrência na escolha dos períodos de férias entre aqueles que têm um contrato de trabalho e aqueles que estão a promover o Estagiário L.

Nós reforçamos naturalmente que a proposta tem aspetos positivos.

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor não conseguiu dizer um! Isso é uma retórica! O senhor não acredita nisso que acabou de dizer!

O Orador: O Partido Socialista está disponível para acolher sugestões e propostas que contribuam exatamente para aquilo que para nós é o objetivo essencial disto, que é promover a integração dos jovens no mercado de trabalho,...

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

O Orador: ... mecanismos de apoio à contratação para o estágio, proteger o estagiário de eventuais situações de abuso e tudo o que sejam propostas nesse sentido, e que contribuam efetivamente para a melhoria da vida dos jovens

açorianos, o Partido Socialista está sempre disponível para aprovar, havendo certamente questões que não estamos, pelas razões que eu acabei de enumerar.

Obrigado.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Ninguém, aqui nesta câmara, duvidará de certeza daquele que é o mérito do Programa Estagiar, isto é, se for utilizado para o fim ao qual se destinou desde o início, ou seja, facilitar a integração profissional dos recém-licenciados, no caso da sua vertente L, quer daqueles que obtiveram um certificado de aptidão profissional, através da sua vertente T, e até mesmo, como aqui faz parte de uma das propostas, digamos assim, de alteração ao regulamento por via deste Projeto de Resolução do Grupo Parlamentar do PSD, na modalidade U para aqueles que frequentam o ensino superior e pretendem ter uma aproximação ao mercado de trabalho durante o período de férias.

Ora, indo agora àquela que é a proposta que está aqui em causa, e que está a ser neste momento debatida e apreciada, o seu proponente, o Grupo Parlamentar do PSD, através deste Projeto de Resolução, tem a intenção, pelo menos, de recomendar ao Governo Regional, e logo vemos se essa intenção será convertida em algo de facto, isto é, se merecer a aprovação da maioria absoluta do Partido Socialista, e havendo alterações ao regulamento, regulamento esse que é aprovado por Resolução do Conselho de Governo, essas alterações estão

estipuladas no Projeto de Resolução do Grupo Parlamentar do PSD, através do n.º 1, do n.º 2, do n.º 4, do n.º 7, do n.º 8 e n.º 9.

Já estou aqui a ter em conta, em consideração, aquela que é a proposta de substituição integral.

Existem outros aspetos que também são considerados nesta proposta e que visam essencialmente disponibilizar informação concreta sobre a evolução deste Programa com vista a avaliar o seu impacto na promoção da empregabilidade, e isso fica muito patente naquela que é a medida proposta no n.º 3, do ponto resolutivo, e o reforço da fiscalização nos pontos resolutivos n.ºs 5 e 6.

Por incrível que possa parecer, ou talvez não, o Partido Socialista, assim como o seu Vice-Presidente, parece ter alguma aversão ou mesmo resistência a que se divulgue pública e periodicamente aqueles que são os dados, as informações, acerca do percurso destes estagiários até alcançarem uma situação laboral estável.

As informações que nós vamos tendo normalmente são pronúncios do Governo e são anúncios parciais quanto aos números. Se calhar só informam e só divulgam aqueles números que interessam e deixam de fora aquilo que não interessa.

Suspeitamos mesmo que não serão poucos os estagiários que saltam de empresa em empresa, em situação precária e ainda por cima graças a programas de incentivo à contratação a termo.

Aliás, é o próprio Sr. Vice-Presidente que em sede de Comissão afirmou que o Programa PIIE é um complemento do Programa Estagiar.

Então vejamos, isto se tivermos em consideração o Programa PIIE e o Programa Estagiar, qual será o percurso de um jovem recém-licenciado na nossa Região?

Se viver em São Miguel terá um estágio com uma duração que poderá ir até 18 meses (18 meses!) e depois o que é que lhe aguarda? Poderá aguardar não a integração na empresa ou na entidade, mas um contrato a termo, e um contrato a termo que ainda por cima é incentivado através do Programa PIIE.

Portanto, 18 meses de estágio podem resultar num contrato a termo que ainda por cima a empresa recebe um incentivo. Ora, a empresa teve um estagiário durante 18 meses e ainda terá um incentivo para o contratar a termo.

Nas restantes ilhas esse prazo até poderá chegar aos 21 meses, quase dois anos de estágio, e depois o que este jovem poderá almejar é provavelmente também uma contratação a termo e, mais uma vez, uma contratação a termo que poderá receber um incentivo por parte da Região à entidade que o integrar a termo.

Mais a mais, é o próprio regulamento do Estagiar que estipula que “as entidades são obrigadas a integrar 50% do número global de estagiários”, é claro, “mas com um contrato que pode ser a termo, pese embora com duração nunca inferior a seis meses”.

O Sr. Vice-Presidente em sede de Comissão avançou com a informação de que 60% dos estagiários estariam a ser, ou seriam contratados.

O que eu gostaria de saber e de acordo com aquela que foi a sua informação em sede de Comissão, e traduzindo esta percentagem para números absolutos, coisa que o fez também em comissão, quantos dos 1400 jovens estagiários em 2018, foram contratados a termo e cujas entidades ainda receberam um incentivo por isso?

Por que é que faço esta pergunta?

Porque se formos consultar aqueles que foram dados que foram recentemente divulgados pelo Governo Regional, em resposta a um requerimento do Grupo Parlamentar do PSD nesta Casa, verificamos que entre 2014 e 2019, no que diz respeito aos contratos de trabalho incentivados através de vários programas (o PI, o Integra Jovem, o LP – Contratação, o LP – Conversão, programas estes

que nem todos incentivam à contratação a termo), aliás se formos ver bem as coisas, o LP – Contratação e o LP – Conversão incentivam e ainda bem que assim seja, a formalização de contratos de trabalho sem termo.

Ora, se formos ver o computo geral de todos estes programas, incluindo aqueles que incentivam a contratação com termo e sem termo, as duas formas de vínculo, deparamo-nos que no período entre 2014 e 2019 foram apoiados 4.915 jovens. Desses, somente 13% dizem respeito a contratos de trabalho sem termo. Ficamos, assim, com uma visão bastante elucidativa de que para que é que servem estes programas neste momento.

Servem, essencialmente para incentivar as empresas, e não só, a contratarem jovens a termo e a mantê-los num autêntico carrocel de precariedade, coisa que já não deveria existir nesta Região que se diz tão avançada, tão dentro do nosso século XXI, até mesmo numa era digital, e por aquilo que possa parecer, em plena era digital, em plena era de autonomia que já devia estar mais do que amadurecida, continuamos a incentivar entidades a contratar jovens a termo,...

Deputado Carlos Silva (PS): Também não é verdade. São muitos os casos. Há a contratação sem termo!

O Orador: ... coisa que não deveria ser, pelo menos incentivado.

Ora, o Projeto de Resolução do PSD também visa alterações ao Estagiar U e essas alterações não são mais do que repor aquelas que eram as condições do Estagiar U antes de uma alteração feita pelo Governo Regional através de resolução do Conselho de Governo, e tal como afirmou o Sr. Deputado Tiago Branco, assim como o Sr. Vice-Presidente em sede de Comissão, esta alteração que resultou numa redução de 20 horas semanais do período de estágio, e não podemos esquecer a correspondente redução da bolsa atribuída que passou para metade, e convém aqui vincar que esta bolsa tinha um valor correspondente ao salário mínimo praticado na Região, foi reduzido para metade também.

Ora, e de acordo com o Sr. Vice-Presidente e também de acordo com aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Tiago Branco, tal alteração deveu-se àquela que seria uma prática irregular por parte das entidades, que utilizavam esta mão-de-obra, porque se tratava efetivamente de mão-de-obra (porquê?), porque serviria para substituir trabalhadores que à época estariam de férias. Verdade! Foi o que o Sr. Vice-Presidente transmitiu-nos em Comissão, assim como o Sr. Deputado Tiago Branco.

E digo isto, porque para termos chegado ao ponto de alterar um regulamento devido a essa situação, isso quer dizer que essa prática seria generalizada, porque senão não teria sido motivo para uma alteração ao regulamento.

Mas eu não sei, e penso que os Srs. e as Sras. Deputadas nesta Casa ficarão talvez na incerteza, do porquê de operar esta alteração, como se esta alteração pudesse, com passos de magia, prevenir futuros abusos.

Ora, não me parece. O que me parece que vai acontecer e que está a acontecer neste momento, é que estas entidades que abusavam e continuam, na nossa perspetiva, a abusar, destes jovens (porquê?), porque em vez de terem um jovem para substituir um trabalhador que está em férias durante 35 horas semanais, eu penso que entidades que não têm escrúpulos a este ponto também não terão escrúpulos para continuar a abusar de um jovem, não durante 35 horas semanais, mas sim durante 20 horas semanais, portanto serão abusados da mesma maneira, com a agravante de que aqui o grande penalizado não é a empresa, é o jovem que passa a usufruir de metade do valor da bolsa que usufruía até agora.

Portanto, parece-me que esta não é, de facto, a maneira mais correta de, digamos, desincentivar, ou de penalizar, ou evitar mesmo situações tão irregulares como esta.

Ora, nós consideramos, e penso que é posição unânime desta Casa, que esta medida necessita cada vez mais de fiscalização, de fiscalização reforçada. Não

estou aqui a dizer que não existe fiscalização. Parece-me que simplesmente será insuficiente. Isto porquê? Até mesmo esta situação irregular do Estagiar U, que foi relatada pelo Sr. Vice-Presidente, foi uma situação que não foi reportada, nem detetada, na minha perspetiva, pelo menos fiquei com essa perceção, não foi graças à ação fiscalizadora, da entidade que deveria fiscalizar a realização do Programa Estagiar, tanto a Inspeção Regional do Emprego como também a tal Equipa de Acompanhamento e Avaliação.

Parece-nos que esta prática irregular só foi detetada graças, quase única e exclusivamente, à denúncia dos próprios estagiários.

Portanto, já em Comissão eu tinha perguntado ao Sr. Vice-Presidente, e aproveito para reforçar, para repetir essa pergunta, aliás ainda mais sentido fará dada a alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD ao seu objeto resolutivo, onde também introduz o papel da Equipa de Acompanhamento e Avaliação.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Aproveito para reforçar novamente e repetir a pergunta sobre onde se encontram publicadas as avaliações feitas pela Equipa de Acompanhamento e Avaliação? Essa é uma questão que se impõe e o Sr. Vice-Presidente foi, no mínimo, invasivo na sua resposta em sede de Comissão.

Das 80 entidades excluídas por um período de dois anos, quantas foram penalizadas por ação fiscalizadora e quantas o foram graças a denúncias?

Quanto às restantes alterações operadas ou propostas pelo Grupo Parlamentar do PSD, nós consideramos que numa era em que já está mais do que normalizada as novas tecnologias de informação e comunicação, e que até as próprias candidaturas ao Estagiar L e T podem ser submetidas numa plataforma eletrónica para o efeito, penso que a submissão dos documentos poderá ser facilmente agilizada e este período de tempo, este prazo para a entrega por parte das entidades pode ser facilmente reduzido de 8 para 5 dias.

Também consideramos que faz todo o sentido o usufruto das férias interpoladas no caso da prorrogação do tempo de estágio, senão temos jovens que passam quase um ano a estagiar sem ter direito a férias, só que temos algumas reservas quanto ao ponto n.º 4, apresentado aqui pelo Grupo Parlamentar do PSD (já vou terminar, Sr. Presidente). Isto porquê? Porque introduzir aqui um novo período de candidatura para um estágio ter o seu início no dia 1 de maio, cheira um pouco a encomenda. Isto porquê? Porque dia de 1 de maio é justamente o início da época alta.

Nós julgamos que se há abusos no Programa Estagiar, e isso é unânime nesta Casa, julgo que dar aqui esta benesse às empresas...

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo que terminar.

O Orador: ... poderá ser contraproducente.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Exmo. Senhor Deputado Tiago Branco, eu confesso que ao longo da sua intervenção tive alguma dificuldade em entender algumas das suas declarações ou justificações que deu para não concordar ou discordar deste Projeto de Resolução, mas tenho que lhe dizer que também concordo, e não estou aqui a misturar nem o Estagiar U com o Estagiar L, nem o Estagiar U com o Estagiar L e T. Aliás, eles fazem todos parte da mesma regulamentação. Portanto, estão todos consagrados, os três estágios, no mesmo diploma. Portanto, não fomos nós que os misturámos. Aliás, já está assim a algum tempo.

Também tive o cuidado de não usar a palavra contrato de trabalho, ou mesmo trabalho, porque de facto isto é um programa de estágio, não é um contrato de trabalho. São coisas diferentes.

Penso até que na minha intervenção usei a palavra contrato de trabalho, ou trabalho, apenas uma vez e de forma bastante “cirúrgica” exatamente por causa disso.

Já que há dúvidas, se calhar o mais fácil é tentar perceber, ponto a ponto, por que é que o Partido Socialista não concorda com esta resolução. Eu, aqui, de forma construtiva, valorizei sempre o Programa Estagiar e disse sempre que a nossa postura aqui era no sentido de não pela via financeira, que concordamos e foi reforçada, pudéssemos ainda mais melhorar este programa de forma a satisfazer aquilo que são algumas queixas e a valorizar o Programa Estagiar e sobretudo os seus beneficiários.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Ponto n.º 1 – reposição integral do Programa Estagiar U.

Nós já dissemos, e até posso juntar aquilo que é o ponto n.º 1 com o ponto n.º 5 em relação à fiscalização, que já foi dito ali, e bem, pelo Sr. Deputado Paulo Mendes.

Aquilo que foi dito em sede de Comissão é que esta redução a nível das horas se dava após terem sido detetados abusos por denúncias de situações de empresas que utilizavam os estagiários para necessidades permanentes.

Ora, isto só acontece, porque a fiscalização que até agora tem sido feita é claramente ineficaz, senão já teria detetado e corrigido estes abusos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, esta redução, não faz sentido que seja este o motivo apontado. E mais!... Se os senhores tivessem a boa vontade para fazer uma redução teriam feito de forma proporcional, ou seja, teriam reduzido 40% no horário semanal e teriam igualmente reduzido 40% na remuneração que é paga

ao jovem, em vez de serem reduzidos em 50%. Estamos aqui a falar de mais 66 euros que, para nós, parece uma quantia pouco significativa, mas para um jovem já ajuda nas suas despesas diárias, por exemplo, são jovens universitários e que têm outros encargos.

Portanto, este valor, embora pareça pouco, seguramente já ajuda estes jovens universitários a fazerem face às despesas que terão ao longo do ano letivo. Não consigo perceber esta teimosia do Partido Socialista.

Mas também consigo perceber, se tivessem a intenção de corrigi-la já o teriam feito na Resolução de 5 de novembro de 2019.

Em relação à questão dos prazos, também foi dito pelo Sr. Vice-Presidente em sede de Comissão que não seria esse o problema, mas recorro ao Sr. Vice-Presidente que a questão do NIF que enunciou, que às vezes estes atrasos se davam devido a situações burocráticas, isso não é verdade, porque o no NIF é introduzido na plataforma quando o estagiário submete a candidatura. Se houver um erro a candidatura não é aceite. Da mesma forma que falou da questão dos seguros, e recorro Sr. Vice-Presidente, que a questão dos seguros é da responsabilidade da entidade. Portanto, essas culpas não podem ser administradas ao estagiário...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... mas também já percebemos que não é esse o ponto da discórdia e também da nossa parte não seria por causa disso que esta Resolução não seria aprovada se fosse realmente esse o ponto da discórdia.

Em relação à publicação anual, o que nós pretendemos saber de forma transparente e até penso que o Governo tem todo o interesse em perceber o que é que se passa com os jovens da nossa Região, era tentar perceber qual era o número de jovens a frequentar os Programas Estagiar que são depois contratados pelas várias entidades. Eu tenho a certeza de que o Governo tem

estes dados. Tem que ter, seguramente, para também poder fazer uma avaliação correta daquilo que são estes programas.

Deputados João Bruto da Costa e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Da mesma forma que terminado o primeiro programa, nós pretendíamos saber quantos transitam para outros programas de contratação.

O Sr. Vice-Presidente disse em sede de Comissão que não tinha estes dados, mas depois naquilo que foi o Garantia Açores Jovens, nós tivemos uma resposta da parte da Direção Regional de Emprego e Qualificação Profissional e curiosamente vem cá: emprego jovem 2014/2019, contratados pelo PIIE 2234, em LP – Contratação 429, em LP – Conversão 198.

Tem ou não o Governo estes dados e não disponibiliza os dados?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Essa é uma questão. Se calhar o senhor tem os dados e não os quer disponibilizar.

Finalmente, número de jovens inseridos nestes programas e que se encontram a trabalhar noutras áreas profissionais diferentes da sua formação?

Isto é importante, Sr. Vice-Presidente. Seguramente o senhor tem os dados e nós pretendemos aqui uma ação transparente. Portanto, eu não consigo perceber por que é que não os faculta e por que é que não os disponibiliza?

Ponto n.º 4: “consagração de mais um período de candidatura”.

Confesso, Exmo. Senhor Deputado Paulo Mendes que aqui a nossa intenção não teve nada a ver com a época alta. E se esse for também ponto da discórdia, também podemos alterar para outra data.

Aqui, a nossa preocupação prende-se com o seguinte: atualmente a maior parte das universidades acaba o primeiro semestre no final de janeiro. O que é que o jovem faz entre o final de janeiro e o primeiro período de candidatura para o Estagiar L que ocorre em agosto e que só pode iniciar o trabalho em outubro?

Temos aqui um período de nove meses. Para onde é que estes jovens vão se não arranjam uma solução dentro da Região?

Deputado Carlos Silva (PS): Contrato de trabalho, Sra. Deputada!

A Oradora: Vão-se embora da Região. Vão procurar outras alternativas fora da Região e é por causa disso que nós pretendíamos que fosse introduzida uma outra época ou que fosse alargado aqui um prazo na última época, de forma a conseguirmos captar estes jovens que terminam o curso no final do primeiro semestre e que se fossem embora da Região. Era tão somente isso a nossa intenção. Não tem nada a ver com época alta...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas coincide com a época alta!

A Oradora: ... ou época baixa, e estaríamos disponíveis até, se quisessem dar um prazo mais curto de candidatura, porque também acreditamos que sejam menos os jovens a concorrer neste período, mas queríamos sobretudo tentar que estes jovens não abandonassem a Região e vissem também aqui na Região uma oportunidade para o seu futuro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Em relação à fiscalização, já foi aqui falada, o Exmo. Senhor Vice-Presidente também em sede de Comissão falou em mais de 200 ações e é óbvio que muitas delas infelizmente funcionam por denúncia, e sabendo nós que a denúncia não é a forma mais adequada, depois tem o jovem que trabalhar no clima hostil. Ora, nós pretendíamos que isso fosse posto de parte, porque obviamente não é agradável para ninguém fazer uma denúncia e depois ter que continuar a trabalhar com a mesma entidade, sabendo obviamente que podem daí advir algumas complicações.

Em relação ao ponto n.º 6: “identificar no sítio do Programa Estagiar a Equipa da Acompanhamento e Avaliação”, que é mencionada no regulamento do Conselho de Governo, no artigo 19.º, porque até agora nós não sabemos quem é esta equipa. Nós não sabemos como é que é a sua constituição.

Sabemos o que está escrito no regulamento, que deve ser constituída por sete jovens até 35 anos e que estes jovens, por cada hora de produção efetiva, deverão receber cerca de 7 euros por hora.

O que nós queremos e acreditamos é que de facto se esta equipa, se for eficaz, terá um acompanhamento mais próximo junto dos estagiários a quem eles poderão reportar algumas das suas insatisfações e alguns dos ditos abusos, porque terão um acompanhamento e poderá ser feita uma avaliação mais efetiva, mais próxima do jovem estagiário. E seguramente se esta equipa tiver uma ação eficaz garantidamente diminuirão as denúncias e a fiscalização talvez não terá que ser feita da forma que é.

Portanto, era esse o nosso objetivo em pôr aqui esta equipa, como está prevista no regulamento, a trabalhar, até porque esta equipa também está previsto que tenha deslocações a outras ilhas. Portanto, há aqui uma clara intenção do Governo em que ela atue, não percebemos é por que é que não atua.

Também gostaríamos de saber qual é a diferença entre os seis meses ou o ano, como é dito pelo Exmo. Deputado Tiago Branco. Porquê? Qual é o problema de termos relatórios semestrais? Qual é o problema? É muito mais fácil, teremos mais ação, os jovens sentir-se-ão mais acompanhados e é isso o objetivo deste ponto, é sentir que no fundo o jovem não é desmerecido por ninguém, sobretudo pelo Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Para finalizar, a questão dos pontos 7, 8 e 9, o ponto 7 está de facto relacionado com os seguintes pontos porque acreditamos e achamos que é importante que o jovem estagiário não fique, o primeiro ano, ou os primeiros nove meses, como é o caso dos jovens de São Miguel, sem poder ter um período de férias e que seja obrigado a gozá-lo entre o 12.º e o 15.º mês de forma seguida.

Pensamos nós que se houver um entendimento claro entre o jovem, entre a entidade promotora e até com a conivência da Direção Regional de Emprego e Qualificação Profissional, daí o ponto 7 da Resolução, se de forma clara e de forma transparente, todos os intervenientes no processo poderão ser beneficiados, sobretudo o jovem que assim escusa passar os primeiros 11 meses de estágio a trabalhar sem ter direito a um período de férias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E é, sim, obrigado a gozado de forma seguida...

Deputado Carlos Silva (PS): O estagiário não é funcionário, Sra. Deputada!

A Oradora: ... e de forma obrigatória entre o 12.º e o 15.º mês.

Isto não acontece em nenhuma entidade patronal, obrigar o funcionário a gozar um período de férias de forma seguida, sem que possa decidir, nem que seja por comum acordo, quando e como deverá ter as suas férias.

É por causa disso que nós trouxemos este Projeto de Resolução a esta Casa, porque são várias as situações.

Achamos que o Programa Estagiar poderia ser melhorado e estávamos disponíveis para que tal acontecesse.

Lamentamos que da parte do Partido Socialista até agora não tenhamos visto uma postura diferente.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que está em apreciação neste momento naturalmente não são as virtudes dos Programas Estagiar, são as alterações que o Partido Social Democrata nos traz aqui a esta Casa. Enfim, todos nós reconhecemos as virtudes dos Programas Estagiar, também conhecemos algumas das suas limitações, os açorianos também as conhecem. Portanto, a reflexão que nos interessa aqui fazer é sobre se estas propostas que o PSD nos traz são ou não benéficas, são ou não pertinentes e podem ou não melhorar o funcionamento destes programas.

Portanto, indo diretamente aos pontos que são apresentados, começo por referir que no nosso entendimento faria total sentido repor o Estagiar U no formato anterior à Resolução do Conselho de Governo n.º 35, de 2018.

Se o objetivo deste Programa é que os estagiários adquiram determinadas competências, que tenham um determinado nível de aprendizagem, então não faz sentido absolutamente nenhum reduzir a carga horária desta forma drástica, passando de 35 horas semanais para apenas 20 e nós consideramos que isso é muito pouco, isso penaliza os estagiários, penaliza a sua aprendizagem.

Se há, de facto, abusos por parte das entidades promotoras que, enfim, utilizam estes estágios para satisfazer necessidades permanentes,...

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): Permanentes, não!

O Orador: Peço desculpa, para dar gozo de férias aos seus funcionários, se isso acontece, o que há que fazer é reforçar a fiscalização. Não há que reduzir a carga horária que implica também a redução, neste caso, do pagamento aos jovens,...

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): Apoiado!

O Orador: ... da compensação pecuniária, e isto traz uma dupla penalização aos jovens, que têm menos tempo de contacto com o estágio, têm menos compensação pecuniária e, portanto, saem duplamente penalizados e isto não me parece que seja no interesse dos jovens.

Vejam: estes jovens estagiários passam a ganhar pouco mais do que os miúdos que estão no OTLJ. Isto não faz absolutamente sentido nenhum, no nosso entendimento.

Depois, se efetivamente a solução tivesse que passar, por alguma outra razão, por uma redução da carga horária, isto não é um programa de emprego, isto não é um trabalho, não há aqui obrigatoriedade de fazer um pagamento contra, sei lá, valor por hora.

Portanto, podia ser perfeitamente ser reduzida a carga horária e não ser reduzida a compensação pecuniária. Era uma forma de não penalizar duplamente os jovens.

Também em relação à redução de oito para cinco dias para emissão do mapa de assiduidade, enfim, o processo é relativamente simples, é feito online, é um processo expedito, portanto, parece-nos que é exequível que isso aconteça e que isso traria efetivamente ganhos de eficiência ao nível do processamento das remunerações dos estagiários.

Em termos da publicação anual das estatísticas, neste caso, o CDS é sempre a favor da introdução de toda a transparência possível nos processos. Parece-nos que também seria uma medida positiva e isto reflete-se também ao nível do ponto 6. Portanto, nós também estamos de acordo com esta possibilidade.

Em relação a mais um período de candidaturas, nós compreendemos por que é que existem dois e por que é que são na altura que são, para corresponder com os períodos do término do percurso escolar dos estagiários, mas a verdade é que a criação de mais um prazo de candidatura não acarreta qualquer tipo de implicação e se acarreta o Sr. Vice-Presidente, seguramente, irá esclarecer qual.

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): Muito grave!

O Orador: Depois, daria mais uma oportunidade. Bom, vamos esperar e vamos aguardar os seus esclarecimentos.

Depois, seria uma forma de, por algum acaso, o Estagiários que não tinham conseguido apanhar a janela de oportunidade anterior, não tinham que ficar meses, até agosto, à espera de uma nova oportunidade. Parecia-nos também positivo.

Em relação ao reforço da fiscalização e ao aumento do número de ações junto das entidades promotoras, reconhecendo que esse esforço já é feito atualmente, também consideramos que qualquer aumento do esforço é benéfico e traria sempre resultados positivos, até porque grande parte das queixas que nos chegam prendem-se sempre com questões que poderiam ser resolvidas com maior fiscalização.

Não temos também nada a opor em relação aos pontos 7, 8 e 9, sendo certo que em relação ao ponto 7 nós não concordamos com o argumento que foi apresentado pelo Sr. Deputado Tiago Branco. Quem tem até ao sexto mês para comunicar que quer prorrogar um prazo, ser no sexto ou ser no nono, qual é a diferença que faz? É uma data e tem que ser cumprida.

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): É que se decidir no sétimo já não pode!

O Orador: Sim. Mas se é no sexto, por que é que não há de ser antes do sexto? Qual é que é o problema?

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): A diferença é essa!

O Orador: Portanto, parece-nos que seria também muito positivo.

Vou aguardar os esclarecimentos do Sr. Vice-Presidente. Gostaria de saber quais são as implicações tão negativas de trazer mais uma fase de candidatura para estes programas? Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): Eu já explico!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à proposta do PSD, concordamos com a maioria das alterações propostas. É fundamental que exista uma fiscalização rigorosa e intensiva, para garantir o cumprimento do disposto no contrato das funções a desempenhar pelo estagiário. Considerando esta necessidade manifestada por todos os jovens é necessário repensar o atual sistema dotando-o de meios e ferramentas.

As principais queixas dos jovens são: o pagamento não ser feito num dia fixo, o prazo das candidaturas e as empresas não contratarem.

Sendo este um programa útil e significativo, compete a este Parlamento dedicar-lhe uma atenção especial no sentido do seu aperfeiçoamento e na garantia da continuação dos seus bons resultados.

Nunca nos devemos esquecer do objetivo principal que é a integração profissional dos estagiários. É este, afinal, o objetivo original de todo o programa de estágios: criar condições para que as empresas absorvam os nossos jovens, promover, portanto, a empregabilidade.

A realidade da aplicação dos programas tem mostrado que, infelizmente, isso não é muitas vezes o que acontece. Muitos promotores recebem sucessivamente estagiários para exatamente as mesmas funções, acabando por nunca assumir a sua efetiva contratação, concluído o estágio, obtendo claras e significativas vantagens económicas e defraudando as justas expectativas dos jovens que, empenhadamente, aí realizaram o seu estágio, com a esperança de encontrarem colocação. E, não são apenas as empresas de menor dimensão que persistem nesta prática negativa. Muito longe disso!

Falamos também de grandes empresas e inclusive de empresas públicas! Ora, esta é uma subversão do espírito dos programas Estagiar que deve ser combatida. No entanto, tal deve ser feito com a necessária prudência, de forma

a evitar um desinteresse dos promotores que comprometesse o sucesso da iniciativa.

Quero terminar salientando o seguinte: a necessidade de introduzir modificações nos programas de estágios reúne largo consenso entre os jovens e as suas organizações e corresponde a uma profunda ambição da juventude açoriana, expressa pela voz das suas associações representativas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sobre esta proposta eu gostaria de começar por dizer o seguinte:

Como disse na Comissão é uma proposta e, como tal, tem aspetos que nós consideramos positivos, tem aspetos que nós não concordamos e tem aspetos, apesar das intenções serem positivas, as consequências práticas seriam exatamente o contrário daquilo que é o objetivo da medida.

Nesse contexto, o próprio mercado de trabalho e o equilíbrio no âmbito dos apoios e das medidas deve ter sempre em atenção a forma como as mesmas podem influenciar a lógica da relação da oferta e da procura e coisas que a aparente tinha boas intenções, as suas consequências práticas, a sua aplicabilidade, revertem-se exatamente ao contrário em termos de consequências às intenções subjacentes a essas medidas.

Começaria por dizer que neste momento temos 2366 jovens a beneficiar do estagiar. O estagiar é uma medida que, como foi referido, iniciou-se em 1998, que tem evoluído muito positivamente e que tem contribuído para aumentar muito significativamente a empregabilidade jovem.

A taxa de desemprego jovem nos últimos 12 meses reduziu 25% face ao que existia no período anterior. E gostaria aqui de anunciar que, e é a primeira vez que o assumimos, concluindo o inquérito referente aos estagiários que acabaram

em 2018, o Estagiário L ou T, 82,6% conseguiram trabalho até seis meses após a conclusão desse estagiário.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Há um aumento de 60% para 82,6%,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Então há dados!

O Orador: ... o aumento mais significativo desde sempre, o que demonstra bem a eficácia destes programas que são complementares com as outras medidas de emprego.

É o melhor resultado de sempre em termos de empregabilidade jovem após os estágios. Ou seja, aqueles que acabaram o estagiário em 2018, 82,6%, ou seja, em cada cinco mais de quatro conseguiram...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que está publicado?

O Orador: ... estar no mercado de trabalho a trabalhar, o que é uma excelente notícia.

Com o âmbito das medidas de apoio, é verdade, as medidas de apoio à contratação, neste momento o Programa de Inserção e Integração de Estagiários já apoiou a contratação de 2249 jovens após concluir o seu estágio e indo ao encontro também das preocupações legítimas do Bloco de Esquerda, 268 foram diretamente contratados sem termos, através do apoio do Programa L.

Por isso, eu acho que este debate, para ser construtivo, deve ser feito com todo o rigor e com toda a objetividade, medida a medida, e ação a ação.

Evidentemente que metade delas não pode ter sido feita em Comissão, porque foi apresentado hoje, mas lá iremos à sua discussão.

Começando por aquela questão, que é a primeira questão que é levantada, a primeira proposta, que tem a ver com a proposta de reposição do tempo do Estagiário U.

A redução do Estagiar U teve a ver com uma questão, que foi a solicitação dos próprios jovens, e tem a ver com o facto desse Programa Estagiar não visar, se fosse a tempo completo por um mês, implicaria automaticamente que o mesmo fosse usado para substituição de trabalhadores que entravam de férias.

É bom chamar a atenção, e isso é transversal a todas estas medidas:

Qualquer medida que se crie em termos de mercado de emprego, que incentive a colocação por essa via e a substituição de emprego, tem uma consequência ao mesmo tempo: é deixar quem está desempregado com menos uma oportunidade de emprego. Isso é essencial neste equilíbrio.

Temos que olhar para os estagiários, mas temos que olhar para os jovens desempregados e para os outros desempregados. Não pode haver nenhuma medida para beneficiar um. Destorce o mercado...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... e prejudique outros jovens desempregados.

Para mim e para o Governo, jovens desempregados devem ser tratados todos por igual e devemos criar condições de mercado para que todos tenham as mesmas oportunidades.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Destorcer o mercado é injusto para os jovens. Beneficia uns em relação a outros.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Por isso estas medidas têm que ser feitas com todo o cuidado.

Quero dizer que não invejo aqui nesta proposta qualquer intenção desse aspeto, mas talvez uma reflexão menos cuidada de todas as implicações terá essas consequências.

Em relação ao Estagiar U a questão é muito claramente essa: o Estagiar U não pode servir para substituir trabalhadores em mês de férias. Não é um estágio. É um primeiro contacto com o mercado de trabalho e é feito de forma a que não permita às empresas utilizar esse primeiro contacto para substituir quem está de férias.

Há aqui uma questão percentual que tem razão e que será corrigida, que é o facto de a variação do tempo de trabalho ter sido 40% e a variação da remuneração ter sido 50. Acho que se deve ajustar as duas. Se há redução (no próximo ano assim será, posso dizer-lhe desde já) do horário de trabalho a 40%, a redução do ponto de vista de apoio deve ser também correspondente a 40%.

Agora essa é uma matéria que quer dizer que não é uma matéria de fiscalização. Não é possível fiscalizar aqui alguma norma nessa matéria. Se é durante três meses e houve outras alterações, que é bom dizer, nesse Estagiar U, que não foram referidas, houve uma alteração fundamental que era reduzir o limite máximo (que o Bloco de Esquerda falou e muito bem, mas que já está contemplada na alteração) de Estagiários U que cada entidade pode ter, precisamente para evitar aquilo que disse.

Então se é metade, contrata-se o dobro e fica com o mesmo problema. Ou seja, ao mesmo tempo foi reduzir o número que possa ter cada um, de forma a que efetivamente não permita que esta medida seja para substituição em época alta de trabalhadores em férias e com isso prejudicar os outros jovens que estão desempregados e justificar as outras situações de desemprego, porque são medidas de apoio ao emprego, não são medidas de substituição de outras situações de emprego.

Segunda proposta: “redução para cinco dias do mapa de assiduidade.”

Como referi, não temos nada a obstaculizar a esta matéria, mas quero alertar-vos todos para o seguinte: a penalização por não entrega do mapa a tempo é fazer com que essas entidades deixem de poder recorrer ao estagiar.

Portanto, essa penalização dessa redução vai levar a um maior incumprimento de entidades, menos entidades que se podem candidatar, menos jovens que podem ter primeira experiência profissional nesta medida. Mas da nossa parte não temos nada a opor a que isso assim aconteça e que se reduza de oito dias para cinco dias.

Em relação à informação que deve ser disponibilizada. Primeira questão: a informação disponibilizada, relevante, aliás, todos estes programas estagiar são apoiados no âmbito do Fundo Social Europeu, tem regras muito claras e transparência de informação que são disponibilizadas e publicadas, quer no âmbito do EUROSTAT, quer no âmbito das outras entidades, mas não é por aí que vamos à questão. Agora precisamos perceber o que é que queremos.

Em relação à publicação anual da informação, do número de contratados, concordamos perfeitamente. Concordamos com o n.º 3, a).

A alínea b), como está aqui escrito, o número de pessoas abrangidas por isto é zero, porque não há nenhum programa de emprego subsidiário do Estagiar. Há medidas de apoio à contratação que não são programas de emprego. O texto, como está, implica que seja zero o número de pessoas abrangidas por essa publicação.

Portanto, tem que ser necessariamente corrigido e mudado.

Ponto 3: aí temos uma divergência absoluta. Aliás, não somos nós, é a Comissão Europeia. Ou seja, não há dados, não se pretende, pela Comissão que haja dados, sobre se o estagiar está a fazer um estagiar fora da sua área de formação.

É um princípio que viola todas as regras europeias em termos de apoio à empregabilidade.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: O princípio, desculpem-me a palavra, arcaico, do século passado, de que uma pessoa tendo uma formação numa área deve ter emprego exatamente nessa área, não corresponde à realidade do mercado de trabalho, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... à evolução do mercado de trabalho e aos princípios definidos pela OCDE, pela Comissão Europeia e por todas as políticas ativas de emprego do séc. XXI.

Sendo isso um dado que não é relevante, não é um dado que é solicitada informação, porque a relação de estágio implica o acordo entre as duas partes, e uma pessoa pode ter formação numa área e achar que as suas competências, que são cada vez mais globais e cada vez mais competências genéricas, possa exercer essa sua atividade profissional numa área diversa.

Portanto, o próprio inquérito de que a própria Comissão Europeia assim o entende, considera que essa informação não é relevante, porque isso não é importante do ponto de vista de políticas de empregabilidade.

Esses dados da alínea c) não temos, a Comissão Europeia não tem, e é um entendimento de que é uma matéria que não é nada relevante do ponto de vista de políticas de emprego e de apoio ao emprego jovem.

Portanto, em relação ao ponto de informação, o primeiro ponto sim, o segundo ponto se ficar como senhores escreveram é zero (portanto, acho que têm que corrigir), o terceiro somos completamente contra: nós, a Comissão Europeia e todas as políticas de emprego.

Em relação ao ponto 4, à introdução de mais um período de candidatura a iniciar-se no dia 1 de maio. Isto é o exemplo de uma medida que pode ter subjacente uma boa intenção, mas que as suas consequências seriam muito más em termos de mercado de trabalho e muito más para os jovens. Passo a explicar: O início de maio é o período de maior aumento das ofertas de emprego. Se nós colocamos um período de candidaturas ao estagiar no início de maio, para

entrar no início de maio, onde há um maior período de aumento de ofertas de emprego, a consequência imediata é que todos os outros jovens desempregados terão muito menos possibilidades de terem emprego e voltarem a trabalhar.

Portanto, não tem lógica nenhuma, num momento em que há o maior aumento da oferta de emprego, onde há maior possibilidade de jovens desempregados, de quem está desempregado ter a entrada no mercado de trabalho, criar um programa apoiado, que por cada posto de trabalho que entrar por esta via é mais um jovem que continuará no desemprego, é mais uma pessoa que ficará no desemprego.

Por isso, com todo o realismo, uma boa ideia, que se calhar seria uma boa intenção, aplicada à prática teria consequências muito más para os jovens desempregados e para todos os desempregados.

Aliás, até se nós analisarmos a procura, não há. É muito pontual a situação de jovens que estejam neste período, que tenham habilitação e que não possam, a partir das suas candidaturas, em agosto, o fazer, porque não é por acaso que as candidaturas são em janeiro e começam a trabalhar em outubro e em dezembro. Coincide com os dois períodos de baixa das ofertas de trabalho, para evitar que as empresas e as outras entidades utilizem este instrumento para substituir outras possibilidades de contratação de jovens que estão desempregados.

Nesta matéria não concordamos de maneira nenhuma. É nefasto e não é bom para os jovens.

Quarta medida. Em relação à quarta, estamos falados.

Mais fiscalização! Concordamos sempre com mais fiscalização, mas não é aceitável, porque não é verdade a forma como está escrito este ponto, porque o que este ponto diz é que deve ser feita mais fiscalização, concordamos todos com isso, e ações regulares, ao contrário do que até agora é só por denúncia.

Ao aprovarmos isto aqui estamos a assumir uma mentira, que até agora a fiscalização é só por denúncia. Isso não é verdade!

Portanto, não se pode aceitar uma coisa que todos reconhecem que não é verdade. Todos os jovens estagiários têm um inquérito anual, portanto, todos eles são verificados, têm possibilidade de responder e de serem fiscalizados.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Nem todos respondem!

O Orador: Há mais de 100 ações aleatórias no terreno em cada ano e isso no seu conjunto tem contribuído para que 80 entidades estejam penalizadas a não poder recorrer ao estagiar.

Agora, se me permitem e com rigor pela verdade, o que está aqui escrito e a Sra. Deputada irá concordar, não corresponde à verdade, porque não é verdade que agora só atuam por denúncia. Portanto, ninguém pode aprovar uma coisa que não corresponde à verdade.

Proposta sexta: em relação à colocação do relatório da Comissão de Acompanhamento, da nossa parte concordamos. Essa equipa de acompanhamento é constituída por quadros técnicos e depois é reforçada no âmbito da divisão de programas de emprego.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Duas vezes!

O Orador: Portanto, da nossa parte, colocar quem são as pessoas, tudo bem.

Relatórios de execução, semestral ou anual, do ponto de vista da eficácia de resultados, nós consideramos que é anual, mas se quiserem fazer o relatório semestral não é por aí que se altera.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dá muito trabalho! É melhor anual!

O Orador: Portanto, é a mesma questão? Não é!

Ponto sete, que é obrigar a que até ao sexto mês a empresa tenha que dizer se faz a prorrogação de estágio. Mais uma medida que aparentemente podia ter uma boa intenção, mas é péssima na sua execução.

É péssima na sua execução, porque faz com que todas as empresas que decidam entre o sexto e o nono mês, ou entre o sexto e o décimo segundo mês, aí é que decidem a prorrogação, já não o poderem fazer.

Ou seja, o que isso vai fazer é que a segunda parte do estágio será para muitos menos jovens, porque as empresas ficam penalizadas e os jovens ficam penalizados, porque a partir do sexto mês não podem decidir a continuação de estágios. É uma má medida para os jovens e não é uma medida contrária ao seu espírito, porque limita a possibilidade de prorrogação.

Em relação ao período de descanso que agora é um mês entre o 12.º e o 15.º mês, é isto que está estipulado. O que propõem é que seja a partir de um determinado período, a partir do 6.º mês ser intercalado.

Quero dizer-vos e estive agora a confirmar com toda a equipa do emprego, não houve nenhum jovem a reclamar isto, mas tenho que vos dizer que há muitas empresas a reclamarem por esta alteração.

Portanto, esta alteração beneficia as empresas, não beneficia os jovens, porque se permitíssemos essa alteração da flexibilização do período de férias, o que iríamos fazer, era que as férias dos jovens passariam a ser em função dos interesses da empresa...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por comum acordo!

O Orador: ... e não um direito adquirido num período fixo que não tenha a ver com as necessidades das empresas. É um facto que podem ver. É falar com todas os jovens e falar com as empresas. Há empresas que acham que deve haver essa alteração; nós não temos conhecimento de jovens que acham que deve haver essa alteração,...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Por comum acordo! Não é obrigatório que seja assim!

O Orador: ... porque essa alteração na prática, e acredito na boa vontade da intenção, iria desfazer e desregular aquilo que é a intenção deste período que não é de férias, que é de descanso, e que deve ser num período que corresponda não para evitar precisamente a substituição de trabalhadores, que não

corresponda a uma necessidade da empresa, mas a um direito dos jovens nesse período.

Em relação ao ponto 9 nós concordamos, mas não acrescenta nada,...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Pois não! É subsequente ao ponto 7 e 8 que o senhor não quis perceber!

O Orador: ... porque já é assim nos termos em que é.

É essa a nossa posição sobre esta matéria.

Há aqui pontos que concordamos; há pontos que até como estão escritos não correspondem às vossas intenções e a consequência não será essa; há pontos com boas intenções, mas que na prática terão os resultados contrários às suas intenções, e há pontos que não concordamos.

Há aqui um caminho para trabalhar? Existirá.

A proposta como está não é, penso, uma proposta que corresponda às intenções dos próprios proponentes.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Mendes pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Vice-Presidente:

Só para referir à Mesa que o Sr. Vice-Presidente acabou por não responder a uma pergunta direta feita pelo nosso Grupo Parlamentar e que é importante para o enriquecimento do debate.

A pergunta, reitero, das 80 entidades excluídas por um período de dois anos (esse foi um facto relatado pelo Sr. Vice-Presidente em sede de Comissão),

quantas foram penalizadas por ação fiscalizadora e quantas o foram graças a denúncia?

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Fica registada a sua interpelação. Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista olha para esta proposta sem qualquer tipo de preconceito.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Para nós não nos interessa se proposta é do Bloco de Esquerda, do PSD, do CDS, do PPM, de nenhuma outra força política.

Deputado José San-Bento (PS): É sempre bom lembrar isso!

O Orador: Nós acreditamos que o Partido Social Democrata quando entregou esta proposta tinha boas intenções, mas a verdade é que da análise que nós fazemos desta proposta, esta proposta tem, como já foi aqui referido, alguns pontos que, a nosso ver, merecem a nossa concordância.

Tem outros pontos que a nosso ver merecem ser melhorados e tem outros pontos que a meu ver também não fazem sentido.

Portanto, aquilo que nós propomos ao Partido Social Democrata e a esta câmara é que nós temos a possibilidade efetiva de conseguir aprovar uma proposta que melhore a vida dos nossos jovens.

Portanto, sem qualquer tipo de preconceito, aproveitemos o próximo intervalo para nos sentarmos, sem fundamentalismo, e se queremos aprovar não 100% das nossas propostas, mas aquelas que forem o mínimo dominador comum que de alguma forma melhorem a vida dos açorianos, pois bem, sentemo-nos então, conversemos e assim aprovemos aqui uma proposta que verdadeiramente responda aos anseios dos açorianos.

É essa a postura do Partido Socialista,...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... de uma melhoria que consegue dialogar com as forças políticas que com ele quiserem dialogar.

Sabemos que há possibilidade de não termos tudo o que queremos. Estamos disponíveis para ceder, como fizemos nas taxas moderadoras. Espero que os Srs. Deputados estejam também disponíveis para ceder o suficiente para nós conseguirmos aprovar uma boa proposta para os açorianos, porque assim temos uma proposta que acima de tudo cumpre um objetivo: melhora a vida dos açorianos e conseguimos eliminar alguns pontos que a nosso ver poderiam prejudicar a vida dos açorianos, nomeadamente dos nossos jovens.

Sentemo-nos então!... Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigado.

Exmo. Sr. Presidente, Exmo. Sr. Vice-Presidente, Exmo. Senhor Secretários, Exmos. Sras. e Srs. Deputados:

Ainda no decorrer deste debate e depois de tudo aquilo que disse, quer da tribuna, quer já na justificação para os pontos que nós introduzimos como melhoramento do Projeto de Resolução, com todo o sentido de responsabilidade e sentido democrático, obviamente o PSD encontra-se disponível para negociar a proposta. Portanto, sentemo-nos todos em prol dos jovens açorianos da nossa Região, porque, de facto, entendemos que este Programa tem que ser melhorado, como já disse, não pela componente financeira, mas por outros

pontos não financeiros que aquilo que nos fazem chegar variadíssimos jovens é que há ainda um longo caminho a percorrer.

Apesar de tudo, gostaria só de relembrar o Exmo. Senhor Vice-Presidente, porque provavelmente não percebeu no decurso da minha intervenção, que os pontos 7.º, 8.º e 9.º estão todos interligados. Portanto, quando nós introduzimos um prazo para a denúncia, ou não, da renovação do contrato de estágio é no sentido de facilitar que se o jovem pretender gozar de períodos de férias, a entidade já saiba de antemão que haverá uma prorrogação.

Portanto, os pontos 7.º, 8.º e 9.º estão interligados. Foi esse o nosso entendimento.

Em relação ao ponto 4, quando fala na questão da concorrência desleal dos contratos de trabalho, Sr. Vice-Presidente, aí há algo que nós não podemos aceitar.

Nós não conseguimos aqui abranger os jovens que terminam o curso no primeiro semestre. Não tem nada a ver com aquilo que foram outras razões aqui apresentadas, mas também deixe-me que lhe recorde, Sr. Vice-Presidente, é que curiosamente 1 de maio, de facto, é a época alta, e que maior parte dos contratos de trabalho que são feitos neste período tem duração de três meses. Portanto, estamos aqui a combater contra trabalho precário.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade, Sra. Deputada!

A Oradora: E com isso nós não podemos compactuar.

Portanto, a nossa pergunta é, qual é a alternativa que o Governo, ou que o Partido Socialista, neste caso, tem, para que estes jovens que terminam no primeiro semestre da faculdade, portanto, no final de janeiro, não sejam postos de lado?

Mas volto novamente a dizer, e reitero aqui, que temos toda a abertura para negociar esta proposta com cedências de ambas as partes e de forma a beneficiar os jovens estagiários da nossa Região.

Muito obrigada.

Deputados João Bruto da Costa e Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo pede a palavra para?

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PS):** Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PS):** Era para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Voltamos às vinte para as sete.

Eram 18 horas e 25 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 25 minutos.

Penso que todos os líderes já têm na sua posse a proposta de substituição integral do Projeto de Resolução “Programas Estagiar”.

Pergunto se há inscrições para o debate?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação. Estamos em condições de votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou favoravelmente esta nova proposta de redação, porque pareceu-nos que esta proposta de redação era uma proposta melhorada da proposta que anteriormente tinha sido aqui submetida.

Esta é uma proposta que mostrou a disponibilidade do Partido Socialista e de todos os partidos da oposição para nós conseguirmos, em conjunto, melhorar a vida daqueles para quem trabalhamos, as açorianas e os açorianos.

Quando assim é, quando todos se disponibilizam de uma forma democrática, com humildade para conseguirmos trabalhar em prol da nossa terra, conseguimos um bom resultado.

Assim, aconteceu!

Nesse sentido, aquilo que ao Partido Socialista merece salientar, é saudar a disponibilidade de todos os Deputados desta Casa no sentido de termos uma proposta melhor.

Conseguimos corrigir um conjunto de problemas que a proposta tinha e conseguimos efetivamente melhorar a vida das pessoas com esta propostas.

Neste sentido, o Partido Socialista votou favoravelmente com orgulho e com vontade.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, para uma declaração de voto, a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Exmo. Senhor Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Senhores Membros do Governo:

O Partido Social Democrata trouxe esta proposta a esta Casa, porque estava ciente de uma existência de algumas deficiências no Programa Estagiar,

digamos assim, e que de facto teriam que ser corrigidos com o intuito de melhorar o programa e melhorar sobretudo a vida dos seus beneficiários.

Ainda bem que nesta Casa foi possível chegar a este consenso entre todas as bancadas. Saúdo a bancada do Partido Socialista que se dispôs então a negociar connosco, bem como o contributo de todos os outros partidos com assento nesta Assembleia.

Foi possível corrigir, de facto, a proposta inicial e foi também possível corrigir algumas lacunas do atual regulamento dos Programas Estagiar.

Quando assim é, de facto, é muito mais fácil e dá muito mais gozo fazer política, porque o intuito desta bancada foi tão somente beneficiar todos os jovens que necessitam de recorrer ao Programa Estagiar para serem inseridos no mercado laboral.

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estava inscrito no debate antes do Sr. Vice-Presidente, mas retirei a minha inscrição porque tinha dúvidas e queria ouvir o que tinha a dizer sobre o diploma. Acho que deu um contributo importante.

Mas fundamentalmente o mérito é quem o tem. Portanto, queria felicitar a Sra. Deputada Mónica Seidi pela iniciativa e felicitar o Partido Socialista pela capacidade de diálogo que deu no âmbito da discussão deste diploma.

A verdade é esta: os problemas que foram levantados foram corrigidos, foi possível consensualizar uma posição nesta matéria e, de facto, eu penso que o diploma está melhorado e há um conjunto de objetivos que são alcançados e,

fundamentalmente, a situação dos jovens que frequentam os Programas Estagiar está beneficiada.

Nesse sentido, foi atingido o objetivo da política e a política é mesmo essa: é dirigir para as pessoas para melhorar a situação das pessoas.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já tive oportunidade naturalmente de saudar o Partido Social Democrata por ter trazido esta iniciativa a esta Casa. Aproveito também para saudar a postura do Partido Socialista, bem como a abertura do Governo para que se fosse possível alcançar este consenso, alargar e melhorar este diploma e, por sua vez, melhorar o funcionamento destes programas que são tão importantes em prol dos jovens açorianos, para o qual o CDS também teve muito gosto em se associar e dar o seu contributo.

Esta é, sim, a forma de fazer uma oposição construtiva, que é uma marca do CDS,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e mais um passo para que de futuro se possam conseguir novos consensos alargados.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais manifestações para declarações de voto vamos avançar na nossa Agenda para o ponto 9: **Eleição do Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Consultivo do Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Me-CDPD).**

Rege esta matéria a alínea b), do n.º 2, do artigo 5.º, da Lei 71/2009, bem como os artigos 173.º a 175.º do nosso Regimento.

Peço aos senhores funcionários para iniciarem a distribuição dos boletins de voto.

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa recebeu a candidatura da Sra. Maria de Jesus de Sousa Medeiros Pacheco, como Representante da Região Autónoma dos Açores no referido Conselho.

A candidatura está subscrita pelos seis partidos com assento parlamentar neste Parlamento e consta também o termo de aceitação da Sra. Maria de Jesus de Sousa Medeiros Pacheco.

(Neste momento procedeu à votação)

Vamos dar início à votação. O Sr. Secretário da Mesa vai fazer a chamada.

(Neste momento procedeu-se à chamada dos Srs. Deputados)

Sras. e Srs. Deputados, vamos anunciar o resultado da votação. Tem a palavra o Sr. Secretário para o efeito.

Secretário: Procedida à contagem, votaram 52 Deputados. A Sra. Maria de Jesus de Sousa Medeiros Pacheco obteve 51 votos a favor e 1 abstenção, para a eleição como Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Consultivo do Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade à nossa Agenda. Passamos para o ponto 10: **Pedido de urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 180/XI – “Terreno para a construção do novo Estabelecimento Prisional de São Miguel”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Para justificar a urgência e dispensa de exame em Comissão tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O pedido de urgência que o Bloco de Esquerda traz a esta Assembleia, prende-se com a necessidade de que entendemos existir neste momento, tendo em conta as decisões recentes judiciais relativamente ao processo de adjudicação do concurso público para a remoção das bagacinas para a preparação do terreno para a construção do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada.

No seguimento desta decisão, e tendo em conta o tempo que demorará essa remoção, parece-nos que esta Assembleia deve tomar posição no sentido de ser discutido uma proposta que recomenda ao Governo da República que decida por outro terreno com melhores condições.

Parece-nos que este é momento indicado para fazê-lo uma vez que é decisão judicial e que faz com que o processo volte quase à estaca zero.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Está justificada a urgência. Pergunto se há inscrições?

Não havendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Aprovada a urgência e dispensa de exame em Comissão, passamos para o ponto 11 da nossa Agenda.

Para apresentação da iniciativa dou novamente a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A construção do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, que se arrasta há décadas, é do ponto de vista humano, para a população prisional e para quem lá trabalha, uma questão de direitos humanos, tal é a degradação inconcebível a que o Ministério da Justiça deixou chegar este estabelecimento prisional.

Na anterior legislatura, finalmente o Governo da República assumiu o compromisso de construir um novo estabelecimento prisional. Mas esse compromisso está ainda por cumprir.

Não podemos permitir que este compromisso fique para a história como mais um que não foi cumprido.

Por Resolução do Conselho de Governo, em outubro de 2017, o Governo Regional cedeu o terreno da chamada Mata das Feiticeiras, no concelho de Lagoa, Ilha de São Miguel, ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, para construção do novo estabelecimento prisional.

Este terreno, com área de 9 hectares, é ocupado por um cone vulcânico de bagacina que impede a construção imediata do novo equipamento.

Em junho de 2019, em visita aos Açores, a senhora Ministra da Justiça, Francisca Van Dunen, afirmou que, naquela fase, estaria a ser concluído o processo de adjudicação da remoção da bagacina do terreno da Mata das Feiticeiras.

Ao longo do tempo foram os açorianos e açorianas percebendo que seria necessário um moroso e dispendioso processo de deslocação de inertes da Mata

das Feiticeiras para outro local da ilha, antes do início da construção propriamente dita.

A opção por este terreno começou assim a revelar-se um absurdo. Absurdo porque dispendioso e demorado e porque exige – literalmente – mover uma montanha.

A remoção de bagacinas foi lançada a concurso com um prazo máximo de 2 anos e com um custo de 3 milhões de euros.

No entanto, a adjudicação da obra de remoção das bagacinas foi alvo de contestação por um dos concorrentes, tendo sido posteriormente anulado o concurso por decisão judicial.

Esta anulação leva a que o processo de construção da nova cadeia volte ao ponto de partida, uma vez que será necessário lançar um novo concurso para o desmonte do enorme volume de bagacinas do terreno.

É urgente a construção de um novo Estabelecimento Prisional em Ponta Delgada. Ninguém o nega! Por ser tão urgente é preciso que esta decisão judicial sirva para se refletir, mas também e principalmente para corrigir o erro cometido.

O erro que foi a escolha deste terreno e rapidamente identificar um terreno adequado, com condições adequadas, que permita que a obra arranque rapidamente e que não exija que se movam 5 milhões de toneladas de bagacina só para se iniciar a construção de um novo estabelecimento prisional em São Miguel.

Uma nova localização com condições adequadas com certeza que trará celeridade a todo o processo.

E sem dúvida que será mais rápido do que remover uma enorme montanha.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O processo do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, tendo em conta (e está fundamentado na iniciativa e no preâmbulo da iniciativa) e é reconhecido por todos, que estão em causa direitos humanos e o exercício pleno de direitos humanos, devia envergonhar todos nós porque, numa ilha com mais de 700 km², não se conseguiu encontrar um único local que de uma forma célere conseguisse resolver o problema.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto há aqui uma questão, quase de uma geração, que está a ser, e será julgada, negativamente por aquilo que tem sido a demora na resolução desse assunto.

Todos nós sabemos que é um problema que vem de vários Governos, que não é só do atual nem do último Governo. Todos nós temos responsabilidades nessa matéria.

A verdade é que quem fez sucessivas promessas nos últimos anos, fingindo que tentava resolver o problema, não o resolveu e a única solução que está de pé, neste momento, é um local que, ainda que o processo judicial não tivesse em curso, só daqui a três anos é que seria possível ter o terreno de uma forma plana que permitisse desenvolver o projeto.

Portanto, aqui há uma questão que é fundamental.

Depois há questões que não são acessórias e que são relevantes do ponto de vista da responsabilidade política.

Depois do Memorando de Entendimento com o Governo da República, em abril de 2016, o Governo Regional responsabilizou-se, ou comprometeu-se, em facilitar o encontro de um terreno, ou que indicasse um terreno com condições, não propriamente que cedesse um terreno.

Portanto, há aqui boa vontade em excesso, mas que na prática se traduz exatamente no contrário, na demora do processo.

Portanto, a questão depois decorre do ponto de vista processual. Há um conjunto de incongruências, de declarações de responsáveis políticos regionais e nacionais, ligados ao Ministério da Justiça, que acabam por ser relevantes e que no seu conjunto mostram que há aqui uma estratégia de empurrar o assunto no tempo.

Empurrar, porque também temos um Governo da República, na última legislatura, que uma das características que teve foi reduzir e congelar o investimento público.

Deputados João Bruto da Costa e António Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, à partida, desde o início, sabia que não teria verbas para investir e concretizar esse projeto.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas em 20017 há uma Resolução do Conselho do Governo, em outubro. Nessa Resolução é feita a cedência do terreno ao Estado, depois chega-se à conclusão que tem que ser corrigida para o Instituto de Gestão Financeira do Ministério da Justiça, e essa alteração leva oito meses.

Só ao fim de oito meses é que uma simples Resolução do Conselho de Governo é alterada numa matéria tão simples como a entidade que seria beneficiária da cedência do terreno.

Mas depois disso, ainda há informações que foram públicas, que é o próprio Ministério da Justiça que questiona o Instituto do Mar e da Atmosfera relativamente às condições de outro local, nos Arrifes. Tudo indica que seria nas instalações militares nos Arrifes.

Portanto, há aqui um conjunto de incongruências em tão pouco tempo que mostram bem a falta de vontade, quer do Governo da República, quer a falta de eficácia do Governo Regional em, não propriamente ceder um terreno, mas

facilitar um local que permitisse resolver rapidamente ou pelo menos retirar desculpas ao Governo da República para o início da obra.

Nós, aquilo que vimos, é exatamente o contrário. Foi uma colaboração no sentido de emperrar a obra.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Muito bem!

O Orador: Finalmente, só no dia 9 de janeiro de 2020, portanto, há uma semana, é que o terreno está registado em nome do Instituto de Gestão Financeira do Ministério da Justiça.

Portanto, só há uma semana (basta, quem quiser pedir no Registo Predial, a certidão) é que está feito o registo.

Portanto, nós entendemos que todo este processo, independentemente de uma outra dimensão que o problema tem, que é a dimensão da escolha daquele local, das características daquele local, é uma perfeita aberração a escolha daquele local para a construção de um Estabelecimento Prisional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu tenho que usar uma expressão que agora está um pouco na moda, mas tenho que usar: é uma vergonha a escolha daquele local! É um insulto aos açorianos a escolha de uma montanha, que tem que ser desmontada, e que existe há 30 anos como cascalheira e que tem sido utilizada.

Todos nós sabemos que a desmontagem daquela cascalheira terá custos elevadíssimos. Aliás, estão quantificados em 3 milhões de euros, mas isso é uma parte do custo. É aquilo que o Instituto de Gestão Financeira terá que suportar e que foi o concurso.

Mas há outro custo, que é o valor pelo qual o Governo, ou o Instituto de Segurança Social da Região, ficou com aquele terreno, ainda só em pagamento, que foi 1 milhão e 600 mil euros.

Portanto, 1 milhão e 600 mil euros foi quanto o Governo ou o Instituto de Segurança Social, ainda só em pagamento, perdoou dívidas da Segurança Social

a uma determinada empresa, é legítimo, como também é legítimo, e eventualmente do ponto de vista legal, a aplicação daquele terreno a esse fim, mas moralmente há dúvidas, porque os descontos dessa doação em pagamento resultaram de descontos de entidades patronais e de trabalhadores para fins do Instituto da Segurança Social e o fim acaba por ser outro, embora com enquadramento legal.

Portanto, a questão essencial é essa e a conclusão é essa. É bom que o Governo mude e tem mecanismos para reverter a situação. Que procure um terreno alternativo que possa estar disponível em poucos meses, para que o projetista ou a entidade que venha a executar o projeto de arquitetura possa desenvolver o projeto, porque não há projeto nenhum. Nem sequer há quotas do terreno, nem se sabe que quotas terá o terreno.

Portanto, nenhum arquiteto faz um projeto sem ter as quotas do terreno. Ninguém sabe quais serão as quotas, porque o que está lá uma montanha.

Fico-me por aqui nesta fase.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada é objeto de notícia há mais de vinte anos: por sinal, sempre da mesma notícia, isto é, da necessidade ‘urgente’ de ser substituído por instalações novas, construídas de raiz, de forma a finalmente dar outro uso ao atual edifício, que remonta aos meados do século XIX e que é de facto a cadeia mais antiga do País. Este estabelecimento deve ser obviamente substituído por um novo.

Agora que finalmente começou a decorrer este processo, vemos opções sem sentido nenhum como a escolha deste terreno. O PCP concordou e apoiou a necessidade da construção desse estabelecimento, embora haja alguma perplexidade relativamente ao local escolhido, não seria possível encontrar uma solução num terreno que não tivesse essas condicionantes e que permitisse construir com idênticos padrões de qualidade?

Trata-se de um terreno que exigirá a remoção de milhares de toneladas de bagacinas, o que implicará um atraso de dois anos e um custo adicional de 3 milhões de euros na construção do futuro Estabelecimento Prisional. A Representação Parlamentar do PCP considera possível e desejável a indicação de um terreno que afaste estes inconvenientes e permita a construção em menos tempo e com menos custos.

Desta forma, a Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente a proposta apresenta pelo Bloco de Esquerda.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Em 2017, depois de quatro décadas e não duas, de necessidade de construir uma nova prisão, um novo Estabelecimento Prisional em São Miguel, finalmente um Governo da República deu início ao processo para a construção do novo Estabelecimento Prisional.

Nunca ninguém anteriormente, nunca nenhum Governo da República, tinha tido a capacidade...

Deputado Francisco César (PS): É verdade! Isso é que é verdade!

O Orador: ... para avançar com esta obra...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Qual obra? Arranjaram o pior terreno possível. É mesmo para não avançar!

O Orador: ... sempre tão solicitada.

Isto para nós significa que não foi uma falha de nenhum Governo em particular, foi um falhanço do Estado. Foi o Estado que não teve a capacidade de resolver esse problema.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Por mais que isso custe,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Custa é aos açorianos, não é aos partidos da oposição!

O Orador: ... como já se nota, aliás, pelos apartes, aos partidos da oposição, foi necessária uma vitória do Partido Socialista, foi necessário um Governo liderado por António Costa, uma geringonça na Assembleia da República,...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Onde é que está a cadeira?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado julga que as pessoas são tontas, mas não são!

O Orador: ... e a eleição de um Deputado chamado Carlos César, justiça seja feita, para que este processo finalmente tenha sido desbloqueado depois de mais 40 anos sem nada fazer.

Eu ainda estou recordado do histerismo da Dra. Berta Cabral...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Histerismo?! Histerismo?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Fica-lhe muto bem essa expressão!

O Orador: ... a prometer que ia construir e resolver esse problema. Foi o que se viu, nesta como em muitas outras obras.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É bom que se diga, Sras. e Srs. Deputados, é muito fácil vir aqui (é um amor antigo) e acusar o Partido Socialista...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado aparece sempre como padroeiro das causas impossíveis!

O Orador: ... de insensibilidade e fazer aqui uma demagogiazinha em torno dessa questão.

Agora, os senhores acham que os Deputados do Partido Socialista não se questionaram sobre essa solução?

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Acham que este Grupo Parlamentar não se preocupou em saber por que é que a solução era esta? Por que é que nós íamos levar mais de dois anos a conseguir nivelar um terreno?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E ainda assim foi esta a solução. Isso é que é grave!

O Orador: Claro que nós nos preocupámos com isso!

Claro que nós procurámos saber o que é que se estava a passar.

É evidente que tivemos sempre a preocupação com estas questões, porque nós somos do PS nos Açores, mas também somos contribuintes e também temos esse tipo de preocupação sempre.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E em que é que resultou?

O Orador: O que é bom que se diga é que este processo não está, ao contrário do que se tentou fazer aqui, na estava zero.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está atrás da estaca zero!

O Orador: Já muito trabalho foi feito, nomeadamente já existe um plano funcional em que já se sabe a área de implantação necessária para esse estabelecimento prisional, e conseqüentemente já há uma ideia muito clara para as necessidades de instalação deste equipamento.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Que grande avanço! Isto é que é matéria!

O Orador: Portanto, nesta matéria do futuro Estabelecimento Prisional de São Miguel, o que é preciso que todos percebam é que não há uma solução ideal

disponível. Há uma solução menos má, há uma solução de compromisso. Esta é que é a verdade.

Portanto, nós também não queremos voltar à estaca zero. Aliás, a proposta do Bloco de Esquerda, Sr. Deputado, deixe-me que lhe diga, é de absoluta contradição.

A situação é gravíssima, a situação é muito urgente. Há uma violação dos direitos humanos, mas afinal para tudo, acaba com tudo, cancela-se tudo e volta tudo à estaca zero. Isto não é uma forma de resolver este problema.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A situação é grave, a situação é urgente, e por isso é que o Partido Socialista quer que este processo se resolva o mais rapidamente possível.

Nós não queremos adiar uma solução. Nós não queremos adiar o sofrimento que os reclusos têm no atual estabelecimento prisional.

Deputado António Almeida (PSD): Já adiaram com essa solução!

O Orador: Portanto, nós queremos uma solução rápida e nós queremos que a melhor solução, dentro daquilo que é possível, seja implementada o mais rapidamente possível.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Assistimos aqui já a uma interpretação, no seu melhor estilo, do Sr. Deputado José San-Bento. Já o vi até fazer muito melhor do que isto.

Mas dizer-lhe, Sr. Deputado José San-Bento, em primeiro lugar, que V. Exa. entusiasmou-se e profere uma afirmação que depois tenta corrigir logo a seguir, que foi, foi preciso uma vitória do PS... Qual vitória do PS? Em 2015?

Deputado José San-Bento (PS): Nos Açores!

O Orador: Os senhores ganharam as eleições em 2015, Sr. Deputado?

Não! Os senhores perderam as eleições em 2015 e os senhores tomaram o poder de assalto na República, em 2015, e fizeram uma geringonça, Sr. Deputado.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Bem lembrado!

O Orador: Depois começou a amaciar o Carlos César, isto e aquilo...

Deputado José San-Bento (PS): Vitória política incontestável!

O Orador: ... para ver se disfarçava.

É que isto é pior que a Mata das Feiticeiras!

O que o senhor acabou de dizer é pior que a bagacina toda que lá está, Sr. Deputado.

Portanto, Sr. Deputado, os senhores não tiveram nenhuma vitória, não foi preciso nenhum Governo do PS, uma vitória do PS.

Sr. Deputado, um pouco mais de humildade democrática fica bem.

Depois, Sr. Deputado, o senhor diz que efetivamente o processo não está na estava zero. É verdade! O que lhe falta é estacas! Não tem estaca! O que lhe falta é uma estaca para começar a obra, mas não tem, só tem bagacina, só tem cascalho, Sr. Deputado. Isso, efetivamente, é um problema.

Portanto, joga contra a urgência que o senhor veio aqui advogar.

Se não consegue encontrar um terreno em São Miguel, Sr. Deputado, mas quer fazer um grupo de trabalho para irmos à procura do terreno,...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é a especialidade do PSD. Pode ser que o Sr. Deputado Paulo Moniz proponha isso!

O Orador: ... garanto-lhe que não precisa de dois dias para encontrarmos um terreno e a bom preço, Sr. Deputado. Encontramos um terreno, a bom preço,

bem localizado, para se fazer rapidamente o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada.

Aliás, na Assembleia da República, os senhores, por duas vezes, chumbaram uma proposta do CDS, ou duas propostas do CDS, relativamente a verba para se avançar nessa obra.

Depois, Sr. Deputado António Lima, também dizer-lhe o seguinte:

O senhor não é uma Virgem Maria neste processo. Os senhores têm culpas no cartório. Os senhores foram membros do Governo da República. Ai foram!... Quando lhes interessava! Aumentámos as pensões por propostas do Bloco de Esquerda. Aumentámos isto. Isso melhorou-se porque o Bloco de Esquerda estava na gerigonça.

Então, não falaram a uma só voz, Sr. Deputado. Onde é que está a uma só voz?

Então os senhores estiveram estes cinco anos de parceiros na gerigonça na Assembleia da República e o resultado foi zero. Também vem aqui fazer esse número como bem lhe apetece e bem gosta de fazer.

Aliás, também votaram contra as propostas do CDS para alocar verba à construção do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada. Essa também é uma verdade, não tirando naturalmente a mais-valia da sua proposta aqui apresentada.

Mas, também como V. Exa. diz, os factos não se apagam. A história é a história, não é verdade, e a história é essa.

Qual foi o contributo do Bloco de Esquerda, na República, o seu magistério de influência, junto do poder que os senhores tomaram de assalto, os senhores foram cúmplices do assalto, para se fazer e iniciar a construção da cadeia.

É que aquele sítio quando foi escolhido toda a gente sabia onde é que era. Aquilo não foi feito às escondidas, apesar de ter sido... Se calhar tem algum feitiço que a pessoa não vê, alguma feiticeira para ali escondida que faz assim um feitiçozinho e ninguém percebe o que é que se está ali a passar.

Mas o Bloco na Assembleia da República não se opôs ao PS a dizer, não, não, não. Os senhores agora fizeram-se caros para se abster no Orçamento. Também se podiam ter feito caros para dizer “eh pá, isso é a Mata das Feiticeiras, isso vai dar mau resultado, é melhor a gente mudar de sítio”.

Não! Também aceitaram o sítio e foi o seu Governo da República, o Governo do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista que aceitaram isso, mas concordo consigo, é urgente. Aquilo ali pode ser uma montanha sem fundo, que se escava, escava, escava, e pode ser ponto, Sr. Deputado José San-Bento, onde não seja possível enfiar estaca.

Se não for possível enfiar estaca, naturalmente que naquele terreno arenoso não é possível, se calhar, fazer um Estabelecimento Prisional com a dimensão e condições de segurança que são necessárias fazer. Num terreno arenoso, de bagacina, não sei se é possível fazer um estabelecimento prisional. Não sei se na aquele sítio foram feitos os estudos técnicos necessários a essa pergunta que se tem que fazer.

Aquele sítio, aquele solo, segura fundações para um edifício daquela dimensão e com aquelas características? É a pergunta.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero aqui referenciar que esta questão do Estabelecimento Prisional de São Miguel é algo que envergonha o Estado Português e os sucessivos governos que tiveram a responsabilidade, ao longo de todo este período, de criar as condições que se exigem num local daqueles.

É evidente que vivemos dias em que esta não é a prioridade de muitos setores de opinião em Portugal e nos Açores, mas eu considero que honra este

Parlamento, o facto de todas as intervenções dos partidos que já tiveram oportunidade de se pronunciar sobre esta matéria, que exista essa preocupação.

Agora essa preocupação tem que ser uma preocupação genuína, tem que ser uma preocupação em que, de facto, existem políticas, factos concretos, iniciativas concretas, que permitam atingir o objetivo que aqui toda a gente abraçou.

Mas a verdade (é minha convicção, é a minha leitura, é a minha interpretação) é que o Governo da República do Partido Socialista tendo assumido essa responsabilidade, tendo assumido esse compromisso, não o cumpriu com a celeridade necessária, não teve a vontade política para que a obra se concretizasse.

A verdade é esta: quando se estabelece uma meta e se tem um verdadeiro compromisso político em relação à resolução daquela questão essa questão fica resolvida numa legislatura.

A verdade é que o Bloco de Esquerda, nesta matéria, tem razão na forma como apresenta o assunto, porque da forma com está corremos o risco de chegar ao final da legislatura e este processo não estar concluído, não só não estar concluído, como a solução que agora existe é uma solução muito cara. Não é como Sr. Deputado José San-Bento dizia, que é uma solução rápida.

Não é uma solução rápida! É uma solução muito lenta, é uma solução que está a atrasar o processo. Se calhar é isso que alguns decisores políticos querem, é atrasar e afastar o mais depressa possível, nunca dizendo que não o querem fazer, mas atrasar a concretização da construção do Estabelecimento Prisional de São Miguel.

Outra questão é que também não simples. Também como foi referenciado, por aquilo que disse o Sr. Deputado José San-Bento, que era simples, não é simples! O processo, neste momento, está entulhado de complexidade. Portanto, também não é simples. Não é rápido, nem é simples.

Vale a pena retomar nesta fase, vale a pena reorientar a questão e, como propõe o Bloco de Esquerda, iniciar um novo caminho que seja mais rápido do que o pântano em que estamos, neste momento, nesta questão? Eu acho que sim.

Finalmente, uma referência que é meramente política também, mas que não posso deixar de fazer, que o Sr. Deputado Artur Lima também já fez, e penso que é justo que se faça, porque estamos aqui a discutir também a concretização das situações e as responsabilidades políticas.

Se valoriza esta iniciativa do Bloco de Esquerda é também importante dizer que o Bloco de Esquerda teve o papel importante e decisivo na legislatura anterior. Integrou a maioria parlamentar que se formou.

Existia um Governo do segundo maior partido português, na altura, com maior representação, que era o Partido Socialista (o partido com maior representação Parlamentar era o PSD), e se esse partido que não tinha sido o mais votado, e que não era aquele que tinha mais deputados, se esse partido exerceu governação em Portugal foi porque o Bloco de Esquerda e o PCP o apoiaram e formara a maioria parlamentar.

Nesse sentido, o Bloco de Esquerda também tem uma especial responsabilidade nesta matéria, porque a verdade é que o processo se complicou e o Bloco de Esquerda não teve a força política necessária, o empenho político necessário, para que esta questão se tivesse resolvido com maior celeridade.

Eu não tive esta importância, infelizmente, nem tive essa oportunidade, mas a verdade é que o Bloco de Esquerda teve. Por isso tem que assumir também a sua quota parte de responsabilidade, mas não é por isso que eu não deixo de valorizar a proposta e a iniciativa do Bloco de Esquerda e de a considerar positiva para resolver este assunto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para participar no debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional Berto Messias.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Peço a palavra, porque me parece importante referir e informar a câmara daquele que foi e tem sido o papel do Governo dos Açores no acompanhamento desta matéria e também dizer, enquanto Governo desta Região, que naturalmente que nós partilhamos também a preocupação do Bloco de Esquerda e estou certo, de todas as bancadas deste Parlamento, de que o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada é um investimento urgente e é um investimento que tem que ser feito depressa.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, isso parece-me que do ponto de vista do princípio, a preocupação do Bloco de Esquerda é uma preocupação importante, mas tem outra parte, tem a parte da realidade e da sua aplicação prática.

A verdade é que o Bloco de Esquerda, na sua abordagem por vezes utópica/irrealista e inconsciente, faz uma proposta que no fundo, e aplicada na prática, atrasa muito mais todo este processo.

Sras. e Srs. Deputados, como muitos bem sabem, nós não definimos a localização de um terreno para uma infraestrutura desta forma, nem criamos as condições para se avançar para o investimento desta forma, por dar cá aquela palha e de uma forma, enfim, rápida e célere, porque isto tem os seus mecanismos e os seus pressupostos, que têm obviamente que ser cumpridos.

Desse ponto de vista, não posso deixar de informar aquele que tem sido e que foi o papel do Governo Regional nesta matéria, que fez aquilo que tinha que fazer, que fez aquilo que lhe foi solicitado de forma rápida e de forma célere.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Arranjou o pior terreno possível!

O Orador: Desde logo, foi, após pedido do Ministério da Justiça e do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, prestado todo o apoio a este instituto e ao Ministério da Justiça no âmbito dos levantamentos que foram

pedidos, das informações que foram solicitadas, das indicações que foram solicitadas, para definir a localização deste Estabelecimento Prisional na Ilha de São Miguel, definição essa que é feita pelo Ministério da Justiça com base num conjunto vasto de pressupostos e de requisitos como são área, a área de implantação, as acessibilidades, a distância de zonas urbanizadas, enfim, um conjunto de pressupostos e de requisitos que são definidos pelo Ministério da Justiça e o Governo dos Açores deu todo o apoio solicitado ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Até tinha bagacina e tudo!

O Orador: ... no âmbito dos levantamentos topográficos e de todas as informações que foram solicitadas relativamente a essa matéria.

No seguimento desse processo também o Governo, como sabem, já foi aqui referido, cedeu a título gratuito o terreno conhecido, vulgo Mata das Feiticeiras, para a instalação deste estabelecimento prisional.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, o Governo dos Açores fez a sua parte. O processo seguiu o seu caminho, teve (sejamos justos) avanços significativos. Nos últimos quatro anos avançou-se mais neste processo do que nos 20 anos anteriores, sejamos justos. Em boa verdade o Estado, o Estado enquanto Estado (não me refiro ao Governos da República, nem sequer aos partidos que lideraram os vários Governos da República, refiro-me ao Estado), durante muito tempo não olhou para este assunto como devia olhar, e nos últimos quatro anos avançou-se mais neste processo do que nos 20 anos anteriores, e a verdade é que temos um conjunto de medidas já tomadas que levarão à execução deste investimento naquele terreno que referi e também como se pode constatar, aliás, isso acontece agora no orçamento para 2020, a inscrição deste investimento e desta obra no Orçamento de Estado, aliás, como já tinha acontecido em outras medidas, como foi também a portaria que definiu esta localização e este investimento.

A verdade é que foi lançado o procedimento da primeira fase que, como sabem, tem a ver com a remoção da bagacina que está na Mata das Feiticeiras, num investimento de três milhões de euros. Diga-se também a título informativo que estamos a falar de um investimento de três milhões de euros para remoção das bagacinas num investimento global da infraestrutura de cerca de 50 milhões de euros, é disso que estamos a falar quando falamos do estabelecimento prisional de Ponta Delgada, e agora soubemos que há um conjunto de questões processuais, administrativas e legais que infelizmente, segundo as notícias que vieram a público, criaram um conjunto de contestações entre as empresas derrotadas do concurso para a remoção das bagacinas e que segundo sabemos também pode estar eminente uma recomendação ... Há, aliás, uma recomendação do tribunal pela não adjudicação da obra estando em vias de haver a possibilidade de anulação do concurso para esta primeira fase.

Portanto, esta não é de facto uma boa notícia neste processo. De facto não é, mas no estado de direito em que nós vivemos, as Sras. e os Srs. Deputados terão que perceber que há um conjunto de pressupostos e de mecanismos legais que, no âmbito daquilo que são as regras deste procedimento e deste concurso da primeira fase deste investimento, têm obviamente que ser cumpridas e as empresas que concorreram estão obviamente no seu direito de fazer aquilo que bem entendem no âmbito das regras que estão definidas no concurso desta primeira fase.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ou seja, o processo está a andar para trás!

O Orador: Sabemos também que o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça já formalizou um protocolo com a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, estão já a trabalhar no projeto que será a base do projeto e dos pressupostos para o lançamento do concurso para o projeto de arquitetura e especialidades. Também foi já formalizado um

protocolo com o Laboratório Nacional da Engenharia Civil que no âmbito dos levantamentos e das informações que já possui sobre este terreno está já a trabalhar na área das infraestruturas e, portanto, o processo está a andar. Nós estamos muito mais à frente do que aquilo que estávamos há quatro anos atrás. Obviamente que estas vicissitudes que são agora conhecidas não são boas notícias, obviamente que não são. As empresas concorrentes têm obviamente este direito de recorrer ao tribunal e dessa forma daqui decorrer as decisões judiciais que tem que decorrer. O Ministério da Justiça e o Instituto obviamente que têm que cumprir a lei. Agora, parece-me evidente, Sras. e Srs. Deputados, que tendo em conta o momento em que nós estamos esta proposta do Bloco de Esquerda, sendo aprovada, seria um significativo retrocesso neste processo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Nós, como compreenderão, não definimos a localização do estabelecimento prisional em São Miguel, não fazemos os levantamentos que foram feitos ao longo dos últimos meses, talvez anos, assim sem mais nem menos, Sr. Deputado António Lima.

Portanto, deixe-me dizer-lhe que pelas informações que tenho, a parte e o momento deste processo em que estamos (e estamos muito mais à frente do que estávamos há quatro anos atrás, apesar destas vicissitudes) não tenho a mais pequena dúvida que a aprovação da proposta do Bloco de Esquerda atrasaria consideravelmente este processo e atiraria a conclusão do desejado por todos, estou certo, Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada para muito mais à frente do que aquilo que está previsto que seja concluído o investimento.

Para já é só, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Antes de também dar algumas notas sobre as várias intervenções, as várias posições que já foram aqui feitas, gostaria de começar pelo fim da sua intervenção.

Não sei se reparou, mas a sua intervenção tem uma contradição insanável, porque diz o Governo e diz o Partido Socialista que identificar um novo terreno agora iria atrasar todo o processo.

Ora, eu relembro que desde que o Governo da República, o anterior Governo da República, tomou posse, até ter sido identificado o terreno e ter sido cedido ao Instituto de Gestão de Equipamentos da Justiça passaram-se dois anos e o tempo que irá demorar a retirar as bagacinas são três anos. Está claro, muito mais claro, que identificar um terreno que no máximo poderia demorar dois anos, quando a remoção das bagacinas, com um custo de três milhões de euros, poderá demorar três anos.

Sabemos, como é óbvio, que nunca demorará três anos a identificar um terreno se houver vontade política para identificar esse terreno.

Mas voltando um pouco atrás e às várias intervenções que existiram, julgo que há aqui questões também que queria colocar tanto ao Partido Socialista, como ao Governo.

Em primeiro lugar, dizer que julgo que aqui, nesta Casa, toda a gente percebe o que é uma maioria parlamentar e um Governo e sabe distinguir o que é o poder executivo do poder legislativo e quem executa os orçamentos, quem executa as decisões são os poderes executivos, são os Governos, e o Bloco de Esquerda na anterior legislatura foi apoio parlamentar a um governo e não teve poderes executivos. Isto fica claro e julgo que a essa matéria nem vou voltar a ela, porque ela já foi muito mais do que debatida, não só aqui, como na Assembleia da República muitas vezes.

Disse-se que esta decisão de se iniciar o processo de construção do novo estabelecimento prisional foi a primeira vez que se tomou uma decisão e que se começou a ir tão longe, mas recordo que em 2008, por exemplo, Carlos César, Presidente do Governo, anunciou que iria ceder um terreno em São Miguel, no Pico da Pedra, para se iniciar a construção do estabelecimento prisional de Ponta Delgada, ou seja, já estivemos praticamente tão perto da construção do estabelecimento prisional de Ponta Delgada, do novo estabelecimento prisional, do que estamos agora, já tinha sido nessa altura anunciada a cedência de um terreno. Não sei se foi cedido senão, se chegou a ser, ou se foi apenas um anúncio, mas o que é certo é que esse anúncio foi feito.

Pergunto onde é que está este terreno, porque era um terreno da Região? Ainda existe?

A verdade é que o Instituto da Segurança Social tem património e não só, a Região tem património. Possivelmente nem seria necessário adquirir um terreno. Poderia ser se não se encontrasse ...

Deputado José San-Bento (PS): Onde é que está esse terreno?

O Orador: ... um terreno adequado, mas muito recentemente o Instituto da Segurança Social alienou um conjunto de terrenos, alguns com 21 mil metros quadrados, com 15 mil metros quadrados, ou seja, a Região tem património, tem terrenos que devem e deviam ter sido analisados e eu pergunto: o Partido Socialista diz que fez a sua análise, interrogou-se sobre essa escolha.

Deputado José San-Bento (PS): Já lhe vou explicar!

O Orador: Não percebi qual foi o resultado dessa análise. É porque fez a análise, mas não disse quais são as conclusões dessa análise.

Eu e o Bloco de Esquerda não nos ficámos pelas notícias. Nós fomos à tal Mata das Feiticeiras e observámos o local. Toda a gente que ali vai àquela zona, no concelho da Lagoa, percebe que aquele local, que aquele terreno, que é um cone vulcânico gigantesco, irá ter um processo de remoção daquelas bagacinas que

irá demorar anos e outra questão que coloco já agora ao Governo, porque por aquilo que se percebe das resoluções do Concelho de Governo sobre esta matéria, as bagacinas são propriedade da Região.

Pergunto: onde é que vão colocar cinco milhões de toneladas de bagacinas?

Vão criar um novo cone, noutra local alternativo na ilha de São Miguel?

Estamos a mudar a orografia da ilha de São Miguel aos poucos?

Essa é uma questão que lhe deixo.

Tenho uma questão, porque tenho aqui uma fotografia muito interessante.

Em 2018, ainda esse terreno era propriedade da Região, a Sra. Secretária de Estado Adjunta da Justiça visitou a tal Mata das Feiticeiras e ao visitar (e tenho aqui uma fotografia do próprio Ministério da Justiça e esta notícia passou na RTP/Açores) ...

(Neste momento, o Orador mostra uma fotografia à câmara)

... pode-se ver que atrás dela estava uma máquina a remover inertes do tal cone vulcânico.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Era para português ver!

O Orador: Está aqui pequenina atrás da Sra. Secretária de Estado.

Havia e pode-se ver em movimento no telejornal da RTP/Açores esse acontecimento.

Curioso! Se esse terreno era da Região, se o concurso para a remoção das bagacinas nem tinha sido lançado, muito menos adjudicado, como é que é possível que lá estivesse uma máquina a remover as bagacinas curiosamente no dia em que a Sra. Secretária de Estado visitou esse local e essa é uma pergunta que deixo ao Governo Regional, porque lá estava o Sr. Diretor Regional das Obras Públicas a acompanhar a visita e o Sr. Diretor Regional certamente que informou o Sr. Secretário Regional, Berto Messias, ou outro membro do

Governo, sobre o motivo de lá estar uma máquina a retirar património da Região não se sabe para onde, não se sabe com que autorização, não se sabe quem, não se sabe para quê. É uma pergunta que deixo.

Há outras interrogações que eu tenho e que suscitam dúvidas e não é só ao Bloco de Esquerda, à sociedade em geral, e gostaria de perceber também se é verdade, porque foi noticiado e gostaria de perguntar ao Governo Regional se assim é.

Por aquilo que foi noticiado esse terreno foi entregue ao Instituto de Segurança Social para saldar uma dívida de uma empresa, dívidas à Segurança Social.

A questão que coloco é se essa empresa foi uma das empresas que concorreu e até venceu o concurso público de adjudicação para a remoção das bagacinas com um custo de três milhões de euros. Outra questão que gostaria de ver esclarecida.

Julgo que há aqui também uma questão de concurso público, de irregularidades eventualmente, de contestações que levam a uma possível anulação do concurso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto não foi uma insinuação, foi uma afirmação!

O Orador: Neste país e nesta Região parece que os concursos públicos estão a dar muitas vezes para o torto, como se costuma a dizer. Tivemos recentemente o caso da incineradora que o concurso público foi anulado, por decisão judicial, com uma decisão irregular. Agora, temos mais uma situação deste tipo. É estranho, é mesmo estranho, e é preocupante que os técnicos que elaboram esses concursos públicos ...

Deputado Francisco César (PS): As entidades não têm absolutamente nada a ver com isso!

O Orador: ... e os dirigentes que os autorizam não tenham cuidado para insinuações tão sensíveis, não acautelem que os concursos cheguem até ao fim e

não seja tão fácil interromper o concurso levando a que haja atrasos como este, atrasos enormes, nos processos.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de esclarecer primeiro duas questões, que são praticamente idênticas, entre o Deputado San-Bento e o Sr. Secretário.

Sr. Deputado San-Bento, a questão do plano funcional não tem a ver com aquele terreno e para isso basta que veja a declaração conjunta no ponto 7- A em que na altura o Governo se comprometia a procurar um terreno, mas na altura já o plano funcional estava a ser elaborado.

Portanto, o plano funcional não tem a ver com o terreno em concreto, basta ler a declaração conjunta. Basta ler o n.º 7-A da declaração conjunta e fica esclarecido.

Deputado José Contente (PS): Leia o que lá está!

O Orador: Não sei se quer que leia, posso ler, mas há pouco tempo.

Diz o seguinte aqui, alínea a), n.º 7: “O Governo Regional dos Açores assumiu o compromisso de cooperar na identificação do terreno adequado para a construção do novo estabelecimento prisional, cujo programa funcional se encontra já em elaboração.”

Portanto, não era preciso haver terreno para elaborar o plano funcional.

Daquilo que disse o Sr. Secretário Regional. A questão da adjudicação à Faculdade de Arquitetura foi feita pelo Ministério da Justiça para um conjunto de novos estabelecimentos prisionais do país para que definisse planos funcionais que depois poderão ser replicados. É uma medida inteligente e, portanto, não tem a ver concretamente com o estabelecimento prisional de São

Miguel do qual não há início de projeto de arquitetura sem que o terreno esteja disponível.

A questão que o Sr. Deputado António Lima levantou do destino das bagacinas é uma questão relevante, porque a exploração de pedreiras de cascalheiras o custo mais significativo é o transporte dessas cascalheiras, por isso é que as cascalheiras têm um período de vida muito prolongado, porque vão sendo transportadas à medida que há destino final para a sua utilização e não construir novos montes.

Aqui faço a pergunta: qual é o destino daquelas bagacinas?

O Governo com certeza deu orientações ao Ministério da Justiça de qual seria o destino, de qual seria o depósito daquelas bagacinas.

Para além disso, a exploração de uma pedreira de cascalheira não é só o que está à vista. Depois explora-se a sua base, escava-se até onde se encontra cascalho e depois utiliza-se esse espaço para o depósito de detritos de construção civil que é essencial que se faça. Depois faz-se a cobertura vegetal para recuperar o terreno.

Portanto, essas matérias do ponto de vista económico, do ponto de vista da utilização de recursos são relevantes e essa solução esquece completamente essa situação.

No fundo, acho que o próprio Governo nem acredita, ou pelo menos tem sérias dúvidas, de que o estabelecimento seja construído naquele local, ou tem algumas dúvidas. Digo isso porquê?

Porque aqui no registo da sessão que foi feito há uma semana para o Instituto de Gestão Financeira do Ministério da Justiça há aqui uma cláusula de reserva que diz o seguinte: “reversão do imóvel [ou seja, do terreno] para o património da cedente [da Região, neste caso o Instituto de Segurança Social dos Açores] caso não seja observado o fim a que motivou a sessão”, ou seja, ...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é a própria Região que impõe!

O Orador: ... a construção do novo estabelecimento. Ou seja, o próprio registo tem aqui uma clausula que demonstra desconfiança relativamente à intenção do Governo da República.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós não vamos (prometo) eternizar esta discussão. Eu acho que o essencial já está referido, mas deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, convém ter limites no sentido daquilo que nós dizemos. Eu apelava para o senhor não se deixar seduzir pela insinuação fácil e rasteira. Não se deixe seduzir! Aliás, nós não temos o Bloco de Esquerda nessa conta, Sr. Deputado.

O senhor fala sobre o estabelecimento prisional. Eu já lhe disse, Sr. Deputado, o senhor acha que nós não íamos estudar esse dossier, que não nos íamos preocupar com aquilo que obviamente a opinião publicada refere e as pessoas manifestam como preocupação?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estamos muito preocupados!

O Orador: É evidente que sim!

Para este equipamento foi estudada a concessão pela Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, pela Faculdade de Arquitetura de Lisboa, portanto, por pessoas que sabem o que estão a fazer, que sabem do que é que estão a tratar.

O senhor dá aqui um exemplo (ainda bem que falou nisso): “Mas a Região tinha um terreno um com 15 mil metros quadrados, outro [quero ser rigoroso] com 21 mil metros quadrados.”

Sr. Deputado, só para ter uma ideia, o que nós estamos a falar é de um estabelecimento que terá 22.600 metros quadrados de área construída e mais 41 mil metros quadrados de área exterior. 41 mil metros quadrados de área exterior!

Sr. Deputado, o maior terreno que o senhor sugeriu dava para construir um terço do estabelecimento prisional. Um terço!

Está a ver, Sr. Deputado! Está a ver como é que essas coisas não são o que parecem e são muito mais complexas do que isso. Está a ver porque é que eu disse aqui que neste caso não há uma solução ideal, há uma solução menos má, há uma solução de compromisso. É por essas razões. Nós estamos a falar dessa área de 63.600 metros quadrados para um investimento, como muito bem aqui disse o Sr. Secretário, de 50 milhões de euros e desses 50 milhões, numa obra desta dimensão, nós despendermos menos de 6% no terrapleno é aceitável por mais que se queira fazer demagogia com isso. Lamento, mas não tem razão. É razoável que isso assim seja atendendo à complexidade da obra, atendendo à dimensão da infraestrutura. Isso é que é a verdade.

Portanto, nós não nos devemos deixar seduzir pelos facebook, pelos editoriais dos jornais, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Há editoriais que são bons!

O Orador: ... pela demagogia fácil e lamento dizer isso, mas nós não devemos deixar-nos seduzir por isso.

Os deputados regionais têm obrigação de olhar para essas coisas com outra profundidade, com outra análise e com outra sensibilidade. Portanto, isso é que é fundamental.

Como eu referi, eu não quero eternizar a discussão desse problema, mas nós estamos muito à vontade, como acho que já se percebeu, neste debate.

O Partido Socialista está de peito aberto nesta solução e nós queremos resolver esse problema. Nós queremos que finalmente ao fim de 40 anos este processo avance ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... e que se resolva esse problema que é grave e não dizer que é grave e depois vir aqui dizer para tudo, volta à estaca zero. Isto é incompreensível!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Peço a palavra para esclarecer algumas das questões que me foram colocadas e dizer, em primeiro lugar, também no seguimento das palavras pertinentes do Sr. Deputado José San-Bento relativamente às afirmações, na nossa perspetiva, insidiosas da parte do Bloco de Esquerda relativamente aos concursos públicos na nossa Região. Sabe muito bem o Sr. Deputado qual é o enquadramento legal que hoje existe para os concursos públicos na nossa Região, sabe muito bem os instrumentos de transparência, de rigor e de escrutínio que existem hoje na nossa Região e, portanto, não posso deixar de lamentar, Sr. Deputado António Lima, que quando, enfim, se vê um pouco condicionado e percebe que o debate lhe está a correr mal, porque já percebeu que a sua proposta prejudica de forma irreversível ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem! Essa é que é a questão!

O Orador: ... a execução deste processo, recorra a uma terminologia e a um registo no qual nós não nos revemos de fazer acusações insidiosas, curiosamente usando dois exemplos de dois concursos públicos nos quais o Governo Regional não tem qualquer participação. Na sua ânsia de atacar o Governo deu dois exemplos de dois concursos nos quais o Governo não tem qualquer participação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem de responder a isso!

O Orador: Relativamente à pergunta sobre o depósito das bagacinas. As bagacinas são depositadas no depósito dos estaleiros da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas da Região na ilha de São Miguel que ficam sensivelmente a quatro quilómetros da Mata das Feiticeiras. Portanto, será aí que ficarão estas bagacinas.

Devo também dizer o seguinte para que fique claro e acho que é uma informação pertinente. Com o armazenamento de bagacinas no estaleiro situado a quatro quilómetros da Mata das Feiticeiras o Governo deixará de adquirir bagacinas durante os próximos anos pelo que se estima que esta poupança pode atingir os 250 mil euros/ano.

Informa-se também que essa quantidade de bagacina irá suprimir as necessidades internas e regulares do Governo Regional na ilha de São Miguel durante cerca de 20 anos, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Acredita quem quiser!

O Orador: ... onde se inclui intervenções em estradas florestais, em estradas agrícolas, em estradas regionais, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor diga o que quiser, mas no espaço das obras públicas o senhor não armazena aquela bagacina!

O Orador: ... na melhoria das condições de estradas agrícolas para os nossos agricultores, na melhoria das estradas florestais para os nossos agricultores e,

portanto, será este, respondendo à pergunta que nos colocaram, o destino das bagacinas que serão removidas da Mata das Feiticeiras, depositadas nos estaleiros da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas em São Miguel e que serão colocadas ao serviço da população para aquilo que for necessário.

Portanto, Sr. Presidente, são estas as questões que foram colocadas ao Governo e que respondi.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A área do terreno da Mata das Feiticeiras são 99 mil metros quadrados. Aquilo que disse o Sr. Deputado San-Bento é um terreno que precisava de 60 mil metros quadrados, 22 mil de construção, mais 48. Portanto, nós temos aqui 40 mil metros quadrados a mais. Foi o que disse.

Deputado Francisco César (PS): Mas 21 mil não dava!

O Orador: Ou seja, no fundo o que disse é que de acordo com o plano funcional para a construção do estabelecimento prisional seria necessário um terreno com 60 mil metros quadrados, ou seja, esta é a questão que se coloca: se em São Miguel, independentemente de ser propriedade da Segurança Social, ou de privados, ou da Região, é necessário um terreno com 60 mil metros quadrados.

Deputado José San-Bento (PS): 63 mil e 600!

O Orador: O terreno em causa tem 99 mil metros quadrados.

Portanto, a questão da complexidade de procurar um terreno de 60 mil metros quadrados, Sr. Deputado, desculpe lá, não tem essa complexidade, não há essa

justificação. Está a colocar a questão como se estivesse à procura de um local, por exemplo, numa ilha como o Corvo, para fazer um aeroporto. Só havia aquele local. Não é a questão do estabelecimento prisional. É um erro.

A questão das bagacinas, Sr. Secretário, não é verdade aquilo que diz. O estaleiro da Secretaria não tem espaço para o depósito daquilo.

Deputado Francisco César (PS): Há tem, tem!

O Orador: E as bagacinas não são só aquelas que estão à vista, são aquelas que podem ser utilizadas para escavação daquele espaço. Portanto, essa questão é relevante.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O senhor vai comigo ao estaleiro e mostro-lhe!

O Orador: Ainda assim voltamos à questão do custo do terreno. O terreno, mesmo que partindo do pressuposto que só custaria os três milhões de euros mais aquilo que foi o valor da doação em pagamento, estávamos a falar de cinco milhões de euros para 60 mil metros quadrados.

Portanto, 60 mil metros quadrados em São Miguel, terreno agrícola, na reserva agrícola ou fora da reserva agrícola, não é barato, é caríssimo. Deve ter sido a transação mais cara que alguma vez se fez em São Miguel.

De qualquer maneira, queria pedir à Mesa que distribuísse a Certidão de Teor por todos os grupos parlamentares para conhecimento.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Quando for rececionada será distribuída às Sras. e aos Srs. Deputados.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Partido Socialista refugia-se na questão daquele terreno é o único que tem a área necessária e tem as condições necessárias para construir um equipamento com aquela área.

Bem sabemos que vivemos em ilhas e que muitos terrenos estão divididos em terrenos pequenos, mas há terrenos, sem dúvida, em São Miguel.

Deputado Francisco César (PS): Diga um!

O Orador: Sr. Deputado, eu não sou agente imobiliário ...

Deputado Francisco César (PS): Diga um terreno que saiba com essa dimensão!

O Orador: ... e não tenho vontade disso.

Presidente: Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Deputado António Lima fazer a sua intervenção, se faz favor.

O Orador: Agora, o que o Governo tem de fazer é de procurar no seu património e no mercado terrenos que possam cumprir essa função.

Acho curioso o argumento de que o Governo vai poupar em bagacinas 250 mil euros por ano. Vejamos: o Governo Regional tem, através do Instituto de Segurança Social, a posse de um terreno que tem um cone de bagacinas, que é sua propriedade, inclusive, obviamente o subsolo, ou seja, todas as bagacinas que pode o Governo Regional utilizá-las obviamente cumprindo aquele que é o procedimento normal nestas matérias de extração de inertes e de impacto ambiental.

No entanto, o Governo Regional diz que não pode extrair e que vai poupar ao adquirir algo que já é seu, vai poupar porque vai ter acesso a algo que já é seu.

Oh, Sr. Secretário, aquelas bagacinas já são da Região, não tem nada a poupar. A única coisa que o Governo tem de fazer quando necessitar é extrair cumprindo aquela que é a regulamentação relativamente a esta matéria.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Quem a tira de lá?

O Orador: Outra questão já que os Srs. Deputados do Partido Socialista e o Governo acham muito interessante que possam armazenar aquela bagacina noutra local.

Não sei se sabem, mas aquelas bagacinas estão altamente compactadas por séculos ou milhares de anos de deposição, quando aquelas bagacinas forem retiradas daquele cone vão ocupar um volume muitíssimo superior àquele volume que tem neste momento. Não sei a área do estaleiro, mas em altura, garanto-vos, que a altura do monte ficará muito superior àquela que lá está.

Por isso, tudo isto é um absurdo, tudo isto é ridículo.

A única explicação que eu vejo sinceramente para isto é que não se quer construir estabelecimento prisional coisa nenhuma e a única coisa que se quer fazer é “empurrar com a barriga”, fingindo que se quer fazer, ganhando algum tempo, enganando as pessoas ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Essa é que é a verdade!

O Orador: ... e isso é lamentável.

O Sr. Deputado Francisco César há pouco dizia: “Queremos melhorar a vida daqueles para quem nós trabalhamos.”

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, melhorar a vida daqueles para quem trabalhamos é tomar decisões e tomar uma decisão de recomendar ao Governo da República para encontrar outro terreno, mesmo que ele custe mais do que três milhões de euros, que de certeza não irá custar, tem de ser mais rápido, ...

Deputado Francisco César (PS): Ah! Não pode é ser aquele!

O Orador: ... não temos que ficar três anos à espera de remover uma montanha que os senhores não vão saber o que fazer com ela ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Já disse o que vamos fazer com ela!

O Orador: ... e vamos andar atentos, porque não aceitaremos nenhum atentado ambiental para esconderem aquela montanha que dali vão retirar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, obrigado, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Uma questão que deve ficar absolutamente clara aqui. Eu prometi que nós não íamos eternizar o debate e vou cumprir.

Queria só deixar claro que do nosso ponto de vista, Sr. Deputado, registo o esforço com que o senhor tentou voltar à tona da água, fica-lhe bem, a proposta é sua, agora há uma coisa que tem de ficar clara: nós não defendemos que se construa esse tipo de equipamentos, não só esse em concreto, na nossa reserva agrícola.

A nossa reserva agrícola é uma área fundamental e que deve ser ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Os painéis solares conciliam-se com a agricultura, como nós tentámos provar. Como nós tentámos provar, claro que sim!

Portanto, a desafetação da reserva agrícola é uma coisa muito séria e são casos absolutamente excecionais.

A vossa proposta, Sr. Deputado, e esse é que é o problema e é por isso que nós vamos votar contra, é um enorme retrocesso neste processo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para o debate.

Não registando a Mesa mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do Partido Socialista, tendo votado favoravelmente 18 deputados do PSD, 2 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM e faltou a Deputada Independente que não se encontra na sala.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, passo a ler a proposta de deliberação final: A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de janeiro.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Dou então por concluídos os nossos trabalhos.

Agradeço a colaboração das Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo na condução dos trabalhos e desejo a todos uma boa noite e um bom jantar.

Eram 20 horas 52 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputadas que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Partido Popular (CDS-PP)

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Documentos entrados

1 - Propostas de Lei:

Assunto: Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2020-2023 – n.º 6/XIV (GOV) - n.º 281/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 12 – 17

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 01 – 07;

Assunto: Pela justa equiparação da IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., na aplicação da taxa reduzida do IVA à reabilitação de edifícios para habitação social – n.º 9/XIV (GOV) - n.º 283/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 01 – 14

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 02 – 03.

2- Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Que define o regime jurídico da residência farmacêutica, tendo em vista a obtenção do título de especialista na correspondente área de exercício profissional, para as carreiras farmacêutica e especial farmacêutica – MS – (Reg. DL 8/XXII/2019) – **n.º 147/XI-GR**

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 01 – 09

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2020 – 01 – 28;

Assunto: Que altera as normas de comercialização do arroz a trinca de arroz destinados ao consumidor final – MA – (Reg. DL 49/XXII/2019) – **n.º 148/XI-GR**

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2020 – 01 – 09

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 01 – 28.

3 - Projeto de Decreto Legislativo Regional

Assunto: [Cria o Comité de Bioética da Região Autónoma dos Açores – n.º 50/XI](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2020 – 01 – 15

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2020 – 03 – 02.

4 - Projetos de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo a revisão do rácio de atribuição e a contratação urgente dos assistentes operacionais e assistentes técnicos necessários ao funcionamento das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional – n.º 179/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2020 – 01 – 10

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2020 – 02 – 17;

Assunto: [Terreno para a construção do novo Estabelecimento Prisional de São Miguel – n.º 180/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2020 – 01 – 15

Com pedido de urgência e Dispensa de exame em Comissão

5 - Requerimentos:

Assunto: [Procedimentos Aeroportuários da Aerogare Civil das Lajes](#)

Autores: Artur Lima e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2020 – 01 – 10

Referência: 54.01.03 – N.º 808/XI;

Assunto: [Situação dos trabalhadores do Hotel da Graciosa](#)

Autor: João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 01 – 13

Referência: 54.03.04 – N.º 809/XI;

Assunto: [Falta de consultas de especialidade na Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge](#)

Autora: Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2020 – 01 – 13

Referência: 54.01.05 – N.º 810/XI;

Assunto: [Condições de acesso à Saúde no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira](#)

Autor: Artur Lima (CDS-PP)

Data de Entrada: 2020 – 01 – 13

Referência: 54.01.03 – N.º 811/XI;

Assunto: [A não referência, na resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2019, à ilha do Corvo no âmbito dos mecanismos de apoio previstos para o restabelecimento do transporte marítimo de mercadorias e combustível](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 01 – 13

Referência: 54.07.09 – N.º 812/XI;

Assunto: [Pensões em atraso na Ilha das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 01 – 13

Referência: 54.04.08 – N.º 813/XI;

Assunto: [Empréstimo Obrigacionista - Sata](#)

Autores: António Pedroso, Luís Garcia, Luís Rendeiro e António Vasco Viveiros (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 01 – 14

Referência: 54.03.00 – N.º 814/XI.

6 - Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Operação Madrid - Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 01 – 10

Referência: 54.03.03 – N.º 727/XI;

Assunto: [Deslocação de médicos especialistas à Unidade de Ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 01 – 10

Referência: 54.01.05 – N.º 745/XI;

Assunto: [Consolidação da Arriba do Boqueirão, na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 01 – 10

Referência: 54.07.09 – N.º 760/XI;

Assunto: [Avaliação dos impactos das transmissões televisivas relativas às equipas que recebem apoios por parte da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 01 – 10

Referência: 54.06.00 – N.º 762/XI;

Assunto: [Ponto de carregamento para viaturas elétricas na ilha do Corvo e aquisição de uma viatura elétrica para o Serviço de Ambiente do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 01 – 10

Referência: 54.07.09 – N.º 767/XI;

Assunto: [Projeto para a construção das novas instalações do Serviço de Ambiente e do Parque Natural da Ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 01 – 10

Referência: 54.07.09 – N.º 770/XI;

Assunto: [Centro de Oncologia dos Açores – Angra do Heroísmo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 01 – 10

Referência: 54.01.03 – N.º 806/XI;

Assunto: [Grupo de trabalho responsável pela revisão do subsídio social de mobilidade vigente](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 01 – 13

Referência: 54.07.00 – N.º 755/XI;

Assunto: [Encargos relacionados com o abastecimento das ilhas do grupo ocidental na sequência dos estragos ocasionados pela passagem do furacão *Lorenzo*](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 01 – 13

Referência: 54.07.00 – N.º 773/XI.

7 - Comunicações/Informações:

Assunto: Correio eletrónico sobre o tema “Saúde”

Proveniência: José Carlos Martins de Góis

Data de Entrada: 2020 – 01 - 10;

Assunto: Remessa de relatórios aprovados:

Relatório n.º 19/2019 – VIC/SRATC (Ação n.º 19-407VIC3) – Município de Santa Cruz da Graciosa;

Relatório n.º 20/2019 – VIC/SRATC (Ação n.º 19-408VIC3) – Município de Santa Cruz das Flores.

Proveniência: Fernando Flôr de Lima, Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2020 – 01 - 10;

Assunto: Remessa de relatório cuja homologação foi recusada

Relatório n.º 01/2020 – VIC/SRATC (Ação n.º 18-426VIC3) – Fundo Regional do Emprego

Proveniência: Fernando Flôr de Lima, Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2020 – 01 - 13;

Assunto: Ofício do Conselho Económico e Social dos Açores sobre a Eleição dos Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Especializadas Permanentes a

13 de janeiro de 2020 e sobre a operacionalização da Agenda do CESA para 2020

Proveniência: Gualter Furtado, Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores

Data de Entrada: 2020 – 01 - 14;

Assunto: Ofício a solicitar a deliberação de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 180/XI – “Terreno para a construção do novo Estabelecimento Prisional de São Miguel”

Proveniência: António Lima e Paulo Mendes, do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2020 – 01 - 15;

Assunto: Ofício a remeter a substituição integral do Projeto de Resolução n.º 158/XI – “Implementação de uma Rede de Creches e de CATL entre as freguesias de São Bartolomeu e Altares, no concelho de Angra do Heroísmo”

Proveniência: António Lima e Paulo Mendes, do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2020 – 01 – 15;

Assunto: Ofício S/003/2020/XI a solicitar a apresentação em Plenário do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XI – “Cria o Comité de Bioética da Região Autónoma dos Açores”

Proveniência: Francisco do Vale César, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2020 – 01 – 15.

8 - Relatórios:

Assunto: [Elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 01 – 13;

Assunto: [Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do deputado Paulo José Maio Sousa Mendes](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 01 – 15;

Assunto: [Elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2020 – 01 – 13;

Assunto: [Elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2020 – 01 – 14;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 35/XIV \(PCP\) – Garante o acesso gratuito ao medicamento a utentes com mais de 65 anos, doentes crónicos e famílias com carência económica – n.º 263/XI AR](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2020 – 01 – 14;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 80/XIV \(PEV\) – Desincentiva a venda de alimentos com excesso de açúcar, gordura e sal nas máquinas de venda automática em escolas, procedendo à alteração do decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março – n.º 269/XI AR](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2020 – 01 – 14;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 123/XIV \(PEV\) – Criação de subsídio para vítimas de violência que são obrigadas a abandonar o seu lar – n.º 271/XI AR](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2020 – 01 – 14;

Assunto: [Elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 01 – 13;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 134/XIV \(PS\) – Recomenda ao Governo que promova uma avaliação do Princípio da Convergência das taxas aeroportuárias – n.º 275 AR](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 01 – 10;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que revê o modelo de prestação dos serviços de atribuição de faixas horárias e de horários nos aeroportos nacionais – MIH – \(Reg. DL 60/XXII/2019 – n.º 145 GR](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 01 – 10;

9 – Diário:

Está presente nesta Sessão Plenária o Diário da Assembleia n.º 114.

As redatoras, Ana Machado e Maria da Conceição Fraga Branco